

PROGRAMA OPERACIONAL **POTENCIAL HUMANO**

Relatório de Execução 2008

Identificação

PROGRAMA OPERACIONAL	Objectivos: Convergência e Competitividade e do Emprego
	Período de programação: 2007-2013
	Número do programa (CCI): 2007PT05UPO001
	Designação do programa: Programa Operacional Potencial Humano

RELATÓRIO EXECUÇÃO	ANUAL DE	Ano do relatório: 2008
		Data de aprovação do relatório anual pelo comité acompanhamento: 23 de Junho de 2009

Relatório de Execução 2008

Índice

1. Introdução	4
2. Aspectos Gerais da Execução do Programa Operacional Potencial Humano (POPH)	9
i) A Agenda Operacional Temática para o Potencial Humano	9
ii) Medidas para assegurar a qualidade e a eficácia da execução do Programa Operacional	13
- Sistema de Gestão do Programa Operacional	13
- Recrutamento do pessoal para o Secretariado Técnico	16
- Plano de Formação	18
- Sistema de Informação – recolha de dados	19
- Estruturação de um sistema de controlo interno	24
2.1 - Realização e Análise dos Progressos globais do POPH	29
2.1.1 - Informação sobre o progresso Financeiro	29
2.1.2 - Informação sobre a execução Financeira global	30
2.1.3 - Informação sobre a repartição da utilização do Fundo Social Europeu	33
2.1.4 - Informação sobre os projectos físicos	42
2.1.5- Informação sobre a execução física por grupos-alvo	49
2.1.6 - Análise qualitativa dos resultados globais	52
2.1.7 – Impacto na promoção da igualdade de oportunidades, sociedade de informação e política de ambiente	60
2.1.8 – Informação relativa aos públicos mencionados no artº 10º do Reg. 1081/2006	62
2.1.9 - Projectos promovidos pelos parceiros sociais - regiões do Objectivo de Convergência	65
2.2 – Informação sobre a conformidade com direito comunitário	67

Relatório de Execução 2008

2.3 – Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para as resolver	68
2.4 – Mudanças no contexto de implementação do programa operacional	69
2.5 – Alteração substancial na aceção do artigo 57º do Reg. (CE) nº 1083/2006	72
2.6 – Complementaridade com outros instrumentos	72
2.7 – Modalidades de acompanhamento	73
3 – Execução por Eixo Prioritário	75
3.1. – Análise de execução dos eixos prioritários 1, 8 e 9	75
- Acções de dupla certificação de Nível II	76
- Acções de dupla certificação de Nível III	81
- Acções de dupla certificação de Nível IV	89
3.2 – Análise de execução dos eixos prioritários 2, 8 e 9	94
- Reconhecimento e validação de competências (CNO)	96
- Cursos de educação e formação de adultos	102
- Formações modulares certificadas	107
3.3 – Análise de execução dos eixos prioritários 3, 8 e 9	113
- Formação-acção para PME's /AEP	117
- Formação-acção para entidades da economia social	121
- Formação para a inovação e gestão	123
- Qualificação dos profissionais da administração central, local e dos profissionais da saúde	127
3.4 – Análise de execução dos eixos prioritários 4	135
- Bolsas de formação avançada	136
- Promoção do emprego científico	139
- Bolsas e programas para estudantes do ensino superior	141

**Relatório
de
Execução
2008**

3.5 – Análise de execução dos eixos prioritários 5	144
- Apoios ao emprego	144
- Estágios profissionais	148
- INOV Contacto	152
3.6 – Análise de execução dos eixos prioritários 6, 8 e 9	156
- Formação para a inclusão	157
- Integração de imigrantes	162
- Integração de pessoas com deficiência	171
3.7 – Análise de execução dos eixos prioritários 7, 8 e 9	180
- Sistema estratégico de informação e conhecimento	181
- Sensibilização e divulgação da igualdade de género e prevenção da violência de género	182
- Planos para a Igualdade	184
- Apoio técnico e financeiros a ONG's	186
- Formação para públicos estratégicos	187
- Apoio ao empreendedorismo e actividades geridas por mulheres	190
4. Coerência e Concentração	193
- Articulação do POPH com o Planos Nacionais	194
5- Assistência Técnica	196
6- Informação e Publicidade	198
Anexo I – Legislação aplicável e relação de contratos	205
Lista de siglas	211

Relatório de Execução 2008

1. Introdução

A Comissão Directiva do Programa Operacional Potencial Humano tem de apresentar à Comissão Europeia, até 30 de Junho de 2009, um relatório com a execução do ano de 2008, previamente discutido e aprovado pela Comissão de Acompanhamento e pela Comissão Ministerial de Coordenação do POPH.

O presente relatório visa evidenciar a execução registada em 2008 assinalando os principais factores que no plano estratégico e operacional contribuíram para os resultados desse exercício.

Os aspectos retratados através deste relatório apontam para as seguintes linhas de tendência:

✓ O POPH conheceu uma intensa dinâmica de execução...

Com um grau de compromisso de 1.760.543.737,52 euros de comparticipação de Fundo Social Europeu, o que representa 28,8% das dotações do período de 2007-2013, o POPH aprovou em 2008 7.377 projectos, que se distribuem por todos os eixos prioritários do programa e pelos anos de 2007 a 2011.

A execução abrangeu 721.460 pessoas em vários tipos de intervenção que vão desde a qualificação inicial, a processos de RVCC, a educação e formação de adultos, a formações modulares certificadas, passando por formação para a inclusão, formação em língua portuguesa para imigrantes, formação para pessoas com deficiência ou formação para a igualdade. A intervenção do POPH esteve presente na área da ciência e do ensino superior apoiando os bolseiros do ensino superior ou de doutoramento e pós-doutoramento e ainda o emprego de doutorados. Foram ainda apoiadas intervenções dirigidas à inserção de jovens na vida activa e ao combate ao desemprego com os programas de apoios à contratação e os estágios profissionais para diversos sectores da economia, incluindo a administração local.

Relatório de Execução 2008

Esta dinâmica operacional materializa-se numa execução de 367.467.836,96 euros de FSE e interage directamente com as empresas, as instituições e as famílias através da circulação de meios financeiros tutelados pelos pagamentos que, no ano de 2008, atingiram 350.055.128 euros.

✓ ... num ano particularmente exigente...

O ano de 2008, não foi um ano fácil. Desde logo porque o POPH tem uma dimensão de concentração de meios e políticas sem precedentes em termos de Fundo Social Europeu. Esta concentração gera oportunidades mas envolve dificuldades de tomo.

Na verdade o Programa foi chamado a lidar com um volume extremamente elevado de candidaturas num contexto adverso marcado pela transição entre quadros, por um novo modelo de governação, pela assimilação de novos instrumentos regulamentares e pelas próprias condições de gestão do Programa, como as que estão relacionadas com as limitações de recursos humanos.

Foi necessário desenvolver o Sistema de Informação (SIIFSE) quase sempre um pequeno passo à frente da execução dos próprios projectos. Foi necessário harmonizar culturas organizacionais e reforçar equipas. Foi necessário negociar com parceiros e com a Comissão Europeia. Foi necessário mobilizar todos os esforços para diminuir os prazos de análise de candidaturas e de pedidos de reembolsos. Foi necessário garantir a análise dos reembolsos para a apresentação de uma execução adequada, mobilizando recursos internos e dos Organismos Intermédios.

Todos estes factores tiveram impactos críticos em dimensões centrais, cuja melhoria continuará a ser perseguida, como os que se prendem com os prazos de decisão, a eficácia dos instrumentos regulamentares ou a comunicação com os *stakeholders*.

✓ ... com inevitáveis impactos no reporte de execução...

O ano de 2008 é o primeiro ano com execução efectiva dentro dos critérios da prestação anual de contas junto da Comissão Europeia. De facto só no final de 2008 foi possível apresentar o primeiro

Relatório de Execução 2008

pedido de pagamento intermédio. A preparação do relatório teve de ser feita num curto espaço de tempo, onde a extracção e validação de dados do SIIFSE assumiram uma importância decisiva.

Esta validação de dados fez emergir algumas insuficiências na recolha designadamente ao nível dos formandos dos cursos plurianuais estruturados em projectos de candidatura anual. Este facto prejudicou o tratamento das novas entradas nos sistemas reflectidos nas várias tipologias de intervenção, com particular destaque para a formação profissional e RVCC

Esta recolha de dados permitiu ainda identificar a necessidade de aperfeiçoar conceitos, designadamente no sistema dos Centros de Novas Oportunidades, onde a informação registada fica aquém da verdadeira dimensão e esforço da intervenção.

A emergência de um novo tipo de interveniente, o Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas (OREPP), em plena marcha dos processos originariamente com outra natureza, acarretou a necessidade de um conjunto de novas tarefas, que vão desde alterações no SIIFSE, à mudança de estratégias e à reorganização de processos e equipas dos organismos visados.

Estas mudanças tiveram um impacto negativo na execução desses organismos, impedindo que seja reflectido neste relatório o esforço de execução efectivamente desenvolvido, designadamente nos Eixos 4, 5 e 6 do Programa.

Por outro lado, num conjunto limitado de tipologias, as aprovações dos projectos só ocorreram já no 2º semestre de 2008, tendo as entidades, na sua maioria, arrancado com as acções no último trimestre, designadamente no âmbito da Formação para PME's e Entidades da Economia Social.

Finalmente, com o objectivo de maximizar a execução do QCA III, foram transitados para o PRODEP projectos aprovados pelo POPH com execução no montante de 21 M€ FSE, diminuindo também por essa via o volume de execução em 2008.

A conjugação de todos estes factores contribui para que em determinadas tipologias se tenha verificado algum afastamento da execução face aos objectivos traçados.

✓ ... ainda assim foram dados passos muito positivos na afirmação do Programa.

**Relatório
de
Execução
2008**

Em 2008 foram consolidadas as bases de um programa com impacto positivo na sociedade portuguesa.

A máquina foi montada, com serviços desconcentrados a funcionar nas regiões-plano. A divulgação do programa mobilizou mais de 5.000 participantes. Foram aprovados 40 regulamentos específicos. O sistema de gestão e controlo foi certificado sem reservas. Montou-se um sistema de informação que permite a gestão electrónica integral das operações. Fecharam-se contratos com 16 parceiros institucionais. E criou-se um modelo de tesouraria que possibilita prazos de pagamento mais curtos

Em 2008 arrancou o acompanhamento no terreno com resultados animadores. Foram reflectidas na execução 58 verificações no local, sem que tenham sido verificadas situações graves que impliquem correcções em sede de saldo.

Em Janeiro de 2009 as candidaturas aprovadas pelo POPH abrangiam mais de 1 milhão de portugueses em acções de formação de dupla certificação

As candidaturas aprovadas representavam um investimento (DPT) de 2,5 Mil M€ de euros, cerca de um terço da dotação total do Programa (8,8 Mil M€).

As aprovações foram selectivas: em 2008 foram aprovadas 38,9% das candidaturas recebidas.

A incidência do investimento foi assertiva: tal como programado, os Eixos 1, 2 e 3 concentraram a maior parcela das candidaturas aprovadas (78,6%) e do financiamento concedido (73,7%).

A distribuição regional foi em linha com o programado representando as regiões de convergência 95,4% do total da execução aprovada.

No âmbito do QREN o POPH apresentou em 2008 uma das melhores taxas de compromisso (28,8%). A taxa de execução do POPH, face à dotação global do PO, foi de 6%, com uma taxa de realização face às aprovações de 20,9%.

Para o balanço positivo deste percurso muito contribuiu o empenho dos colaboradores do Programa a quem é devida uma palavra de público reconhecimento.

**Relatório
de
Execução
2008**

Mas também é devido um agradecimento a todos os *stakeholders*, beneficiários e destinatários do Programa, sem os quais não seria possível cumprir a missão do POPH: qualificar os portugueses, qualificar Portugal.

2. Aspectos Gerais da Execução do Programa Operacional Potencial Humano (POPH)

i) A Agenda Operacional Temática para o Potencial Humano

O Programa Operacional Potencial Humano (POPH) representa uma aposta estratégica na qualificação dos portugueses e no reforço da coesão social, que a dimensão do seu esforço financeiro bem evidencia.

O Programa Operacional Potencial Humano (POPH) foi aprovado pela Comissão Europeia em 17 de Outubro de 2007 e tem como objectivos estratégicos:

- a superação do défice estrutural de qualificações da população portuguesa;
- a promoção do conhecimento científico, a inovação e a modernização do tecido produtivo e da Administração Pública, alinhados com a prioridade de transformação do modelo produtivo português pelo reforço das actividades de maior valor acrescentado;
- o estímulo à criação e à qualidade do emprego, destacando-se a promoção do empreendedorismo;
- a promoção da igualdade de oportunidades e promoção da inserção social de pessoas vulneráveis a trajectórias de exclusão social. Neste objectivo inclui-se a integração da igualdade de género como factor da coesão social.

Estes objectivos estratégicos concretizam-se através de nove grandes vertentes ou eixos prioritários, aos quais se adiciona o eixo de apoio a operações de assistência técnica.

A operacionalização destes eixos prioritários está explicitada num conjunto de tipologias de intervenção que o Quadro 1 resume. A codificação destas tipologias está indexada às regiões de convergência, sendo que, sempre que aplicáveis nas regiões do Algarve ou de Lisboa, o seu conteúdo programático não se altera.

**Relatório
de
Execução
2008**

Os eixos prioritários do POPH são:

Eixo 1 - Qualificação Inicial

Eixo 2 - Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida

Eixo 3 - Gestão e Aperfeiçoamento Profissional

Eixo 4 - Formação Avançada para a Competitividade

Eixo 5 - Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa

Eixo 6 - Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social

Eixo 7 - A Promoção da Igualdade de Género

Eixo 8 -Algarve – região que integra as regiões elegíveis para financiamento pelos Fundos Estruturais a título do Objectivo da Convergência, ao abrigo do regime de apoio transitório e específico (*phasing out*) .

Eixo 9 - Lisboa – a região de Lisboa integra as regiões elegíveis para financiamento pelos Fundos Estruturais a título do Objectivo da Competitividade Regional e do Emprego, em regime de *phasing in*,

Eixo 10 – Assistência técnica. Os eixos 8 e 9 integram igualmente o domínio de intervenção da assistência técnica, para idênticos fins.

A gestão destas dimensões estratégicas é desenvolvida com recursos próprios, mas também mediante o recurso a uma relevante contratualização com organismos públicos e entidades privadas. Estes *stakeholders* institucionais assumem várias naturezas jurídicas:

OISG - Organismo Intermédio com Subvenção Global (11)

OISS – Organismos Intermédios sem Subvenção (5)

OREPP – Organismo responsável pela Execução de Políticas públicas (3)

Relatório de Execução 2008

e responsabilidades em várias tipologias de intervenção, conforme demonstrado no Quadro que segue. A formalização das relações institucionais, à data de 31 de Dezembro de 2008, estava ainda em curso num OISG e nos três OREPP, neste último caso atendendo ao processo negocial com a Comissão Europeia.

Relação das tipologias por regiões-objectivo, codificadas a partir das regiões de convergência

TP convergência	Identificação	Regiões			(*)Formas especiais candidatur a ou gestão
		Conver-gência	Algarve	Lisboa	
1.1	Sistema de Aprendizagem	✓	✓		BREP
1.2	Cursos Profissionais	✓	✓	✓ ¹	
1.3	Cursos de Educação e Formação de Jovens	✓	✓		
1.4	Cursos de Especialização Tecnológica	✓		✓ ²	
1.5	Reequipamento dos Estabelecimentos de Ensino	✓			
2.1	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	✓	✓	✓	OISS
2.2	Cursos de Educação Formação de Adultos	✓	✓	✓	
2.3	Formações Modulares Certificadas	✓	✓	✓	
2.4	Reequipamento e Consolidação da Rede de Centros de Formação	✓			
3.1.1	Formação-acção para PME's	✓	✓		OISG
3.1.2	Programa de Formação-Acção para Entidades da Economia Social	✓	✓		
3.2	Formação para a Inovação e Gestão	✓	✓	✓	
3.3	Qualificação dos profissionais da Administração Pública Central e Local e dos Profissionais da Saúde	✓ ³	✓ ³	✓ ³	OISS
3.5	Qualificação dos Profissionais do Sector da Educação	✓	✓	✓	OISS
4.1	Bolsas de Formação Avançada	✓			BREP
4.2	Promoção do Emprego Científico	✓			OREPP
4.3	Bolsas e programas para estudantes do ensino superior	✓			BREP
5.1	Apoios ao Emprego, do Eixo 5 – Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa	✓			BREP OREPP

¹ Limitado aos anos de 2008 e 2009, relativamente aos cursos realizados por escolas secundárias públicas e aos cursos de formação na área da hotelaria, restauração e turismo promovidos pelo TP, IP.

² Limitado aos anos de 2008 e 2009, relativamente aos cursos realizados por Escolas Tecnológicas.

³ À Administração Pública Central na região de Lisboa aplica-se o "spill-over effect" na proporção de 68,5%, 27,5% e 4%, respectivamente, para regiões de convergência, Lisboa e Algarve

Relatório de Execução 2008

Relação das tipologias por regiões-objectivo, codificadas a partir das regiões de convergência

TP convergência	Identificação	Regiões			(*)Formas especiais candidatura a ou gestão
		Conver- gência	Algarve	Lisboa	
5.2	Estágios Profissionais	✓			OREPP OISS
5.3	INOV Contacto				BREP
6.1	Formação para a Inclusão	✓	✓	✓	
6.2	Qualificação das Pessoas com Deficiências e Incapacidades	✓	✓	✓	OISG
6.3	Apoio à Mediação e Integração das Pessoas com Deficiências e Incapacidades	✓	✓	✓	BREP OREPP
6.4	Qualidade dos Serviços e Organizações	✓	✓	✓	OISG
6.5	Acções de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas	✓	✓	✓	
6.6	Formação em Língua Portuguesa para estrangeiros	✓	✓	✓	OISG
6.7	Apoio a consórcios locais	<i>Suspense</i>			
6.8	Apoio ao Acolhimento e Integração de Imigrantes e inclusão social de crianças e jovens	✓	✓	✓	BREP
6.9	Acções de Formação e Iniciativas de Sensibilização dirigidas a públicos estratégicos no domínio do acolhimento e integração dos Imigrantes	✓	✓	✓	BREP OISG
6.10	Acções de Investigação e Promoção de Campanhas de Sensibilização da Opinião Pública em matéria de Imigração	✓			BREP
6.11	Programas integrados de promoção do sucesso educativo	✓	✓	✓	OISS
6.12	Apoio ao investimento em respostas integradas de apoio social	✓	✓	✓	OISG
6.13	Contratos locais de desenvolvimento social	✓	✓	✓	OREPP
7.1	Sistema estratégico de informação e conhecimento	✓			BREP
7.2	Planos para a igualdade	✓	✓	✓	OISG
7.3	Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais	✓	✓	✓	OISG
7.4	Apoio a projectos de formação para públicos estratégicos	✓	✓	✓	OISG
7.5	Sensibilização e divulgação da Igualdade de Género e Prevenção da Violência de Género	✓			
7.6	Apoio ao empreendedorismo, associativismo e criação de redes empresariais de actividades económicas geridas por mulheres	✓	✓	✓	OISG
7.7	Projectos de intervenção no combate à violência de género	✓	✓	✓	
10.1	Reforço de capacitação institucional dos parceiros sociais	✓	✓	✓	

Relatório de Execução 2008

Relação das tipologias por regiões-objectivo, codificadas a partir das regiões de convergência

TP convergência	Identificação	Regiões			(*) Formas especiais candidaturas ou gestão
		Convergência	Algarve	Lisboa	
10.2	Assistência técnica	✓	✓	✓	

(*) Legenda : OISS – Organismos intermédio sem subvenção; OISG – Organismo intermédio com subvenção global; BREP – Beneficiário responsável pela execução de políticas públicas; OREPP – Organismos responsável pela execução de políticas públicas

ii) Medidas para assegurar a qualidade e a eficácia da execução do Programa Operacional

• Sistema de Gestão e Acompanhamento

O modelo de governação dos Programas Operacionais do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN), definido pelo Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, estabelece, para cada Programa Operacional (PO), um órgão de direcção política, um órgão de gestão e um órgão de acompanhamento.

O Órgão de direcção política do POPH corresponde à **Comissão Ministerial de Coordenação**, sendo constituída pelos Ministros com as responsabilidades governativas mais relevantes no âmbito do PO e apresenta a seguinte composição:

- Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, que coordena;
- Ministro da Presidência;
- Ministra da Educação;
- Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- Ministro da Cultura.

Podem ser chamados ainda a participar nas reuniões da Comissão Ministerial de Coordenação outros ministros relevantes em razão das matérias.

Relatório de Execução 2008

Das competências atribuídas à Comissão Ministerial de Coordenação destacam-se as que têm um carácter mais operacional e que são:

- a aprovação dos regulamentos específicos;
- a aprovação dos contratos celebrados entre as autoridades de gestão e os organismos intermédios;
- a apreciação das propostas dos relatórios anuais e do relatório final de execução;
- a apreciação e aprovação da proposta de plano de avaliação do PO;
- a apreciação das propostas de revisão e de reprogramação do PO, sem prejuízo da competência da Comissão de Acompanhamento.

O órgão de gestão é a **Autoridade de Gestão**, que reporta directamente à Comissão Ministerial de Coordenação do PO, aos órgãos técnicos de coordenação e monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN (Observatório do QREN e Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu), de auditoria e controlo (Inspecção-Geral das Finanças) e de certificação (Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu), estes últimos investidos de **Autoridade de Auditoria** e de **Autoridade de Certificação** previstas no Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho.

À Autoridade de Gestão compete assegurar a gestão e qualidade da execução do PO, de acordo com os princípios da boa gestão financeira, tendo a natureza jurídica de estrutura de missão e sendo composta pelos seguintes órgãos:

- a) Comissão Directiva;
- b) Secretariado Técnico.

A estrutura de missão para o POPH foi criada através do número 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007, de 12 de Outubro de 2007, a fim de exercer as competências previstas no Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho e tem a duração prevista para a execução do PO, cessando funções com o envio à Comissão Europeia da declaração de encerramento emitida pela Autoridade de Auditoria.

Relatório de Execução 2008

Através do número 2 da mesma Resolução do Conselho de Ministros e, na sequência da proposta apresentada pela Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, através do ministro coordenador, foram nomeados os membros da Comissão Directiva do POPH, composta por um gestor, que preside, e por dois vogais executivos, com produção de efeitos desde 1 de Agosto de 2007.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Rectificação n.º 19-B/2008, publicada no Diário da República, 1.ª série, de 11 de Abril, criou o **Secretariado Técnico** cabendo-lhe desempenhar as funções que lhe forem conferidas pelo Gestor do PO, por sua iniciativa, ou na sequência de proposta da Comissão Directiva.

A estrutura orgânica do secretariado técnico foi aprovada em 2008 pela Comissão Ministerial de Coordenação do QREN, sob proposta do membro do Governo coordenador da Comissão Ministerial de Coordenação do POPH, sendo composto pela:

- Unidade de Análise I
- Unidade de Análise II
- Unidade de Análise III
- Unidade de Gestão Financeira e Administrativa
- Unidade de Avaliação e Controlo Interno
- Núcleo Regional do Norte
- Núcleo Regional do Centro
- Núcleo Regional do Alentejo
- Núcleo Regional do Algarve

O Secretariado Técnico integra um máximo de 211 elementos, entre secretários técnicos, técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais.

- a) 11, no que respeita a secretários técnicos;
- b) 163, no que respeita a técnicos superiores (actuais técnicos superiores e técnicos);
- c) 34, no que respeita a assistentes técnicos (actuais técnicos profissionais e assistentes administrativos);

Relatório de Execução 2008

d) 3, no que respeita a assistentes operacionais (actuais auxiliares e operários).

Os Secretários Técnicos, em número de 10, foram nomeados pelo Despacho nº 3667/2009, de 29 de Janeiro

O secretariado técnico integra, em simultâneo, um máximo de 9 equipas de projecto com cariz temporário, cujos responsáveis se designam de coordenadores de equipa. De igual modo a 29 de Janeiro de 2009 foram nomeados pela Comissão Directiva os 9 coordenadores.

O modelo de governação do POPH, nos termos dos mencionados diplomas, completa-se com a **Comissão de Acompanhamento**, que assegura a participação dos municípios, dos parceiros económicos e sociais e das entidades institucionais pertinentes em razão da transversalidade da matéria e é responsável pelo exercício das competências definidas nos regulamentos comunitários para as comissões de acompanhamento (Ver Ponto 2.7. – Modalidades de Acompanhamento).

• Recrutamento de pessoal para o Secretariado Técnico

Distribuição do pessoal em 18.02.2009

	Central	Norte	Centro	Alentejo	Algarve	Efectivo total
Comissão Directiva	3	-	-	-	-	3
Secretariado Técnico	88	35	17	13	10	163
Previsão (<i>Compliance</i>)	125	36	25	15	10	211

Como referido o secretariado técnico do POPH está dimensionado para 211 membros, aos quais acresce a Comissão Directiva do Programa.

O secretariado técnico do POPH começou por ser preenchido, nos termos previstos no artigo 68º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 22 de Abril, com os meios humanos que transitaram dos Programas Operacionais POEFDS, PRODEP III e POAP, através dos respectivos despachos dos membros do governo competentes.

Relatório de Execução 2008

Àqueles acresceram trabalhadores com contrato individual de trabalho com termo resolutivo que desempenhavam funções noutros programas operacionais e estruturas de apoio técnico do QCAIII, nos termos previstos no artigo 68º do DL 312/2007 e do nº 13 da Resolução do Conselho de Ministros nº 25/2008.

Todavia, essa transição de meios humanos oriundos do QCAIII revelou-se ainda assim manifestamente insuficiente face à composição definida em sede de Conselho de Ministros, pelo que houve necessidade de recorrer a outras formas de recrutamento para o preenchimento do secretariado técnico do POPH.

Nessa medida, foi desencadeado, em Agosto de 2008, um procedimento na BEP – Bolsa de Emprego Público – para recrutamento de colaboradores já pertencentes aos quadros da Administração Pública, considerando a previsão do n.º 4 do art.º 44º do Decreto-Lei n.º 312/2007, que determina o recurso à requisição e destacamento de pessoal pertencente aos quadros da Administração Pública e à cedência ocasional de trabalhadores de pessoas colectivas públicas, nos termos previstos na Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho.

Este procedimento e publicitação na BEP foi realizado pelo Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, organismo legalmente responsável pelo apoio logístico e administrativo ao POPH.

Decorrido e concluído o procedimento no âmbito da BEP, do mesmo resultou o recrutamento de apenas dois Técnicos Superiores. Com efeito, e sem prejuízo do elevado número de candidatos, constatou-se a indisponibilidade manifestada pelos organismos de origem em ceder os trabalhadores em causa, pelo que o número efectivo de novos colaboradores decorrente do procedimento na BEP foi francamente reduzido.

Com este facto e com o resultado deste processo, tornou-se necessário recorrer a outra das formas de recrutamento para o secretariado técnico previstas na Lei, mais concretamente ao recrutamento com base na celebração de contrato individual de trabalho com termo resolutivo,

O processo de publicitação e pré-selecção dos candidatos foi desenvolvido pela “Factor H – Consultores em Gestão e Recursos Humanos Lda.”, cuja contratação respeitou os procedimentos do Código dos Contratos Públicos.

Publicitada a oferta em jornais de referência e grande tiragem ainda no ano de 2008, apresentaram-se ao processo de recrutamento 2295 candidatos.

Relatório de Execução 2008

Apresentadas as candidaturas, realizou-se o processo de recrutamento, designadamente a triagem e pré-selecção feita pela Factor H e a selecção final feita pelo próprio POPH. Esta selecção final, que numa primeira fase incidiu sobre 101 pessoas, teve sempre por base um relatório de avaliação feito pela empresa contratada e uma entrevista realizada por um colectivo, de número e representações variáveis em função das matérias.

Sem prejuízo desse recrutamento não ter ainda preenchido todas as vagas do secretariado técnico previstas, o mesmo consubstanciou-se, até 01 de Junho de 2009, no recrutamento de 36 pessoas. Este número, bem como as características profissionais e habilitacionais dos trabalhadores, serão com mais propriedade identificadas no relatório de 2009, ano de efectivo recrutamento e início de funções.

• Plano de Formação

Com base na análise do levantamento de necessidades formativas efectuado aos recursos humanos do POPH, e tendo em vista o desenvolvimento das competências e expectativas de desenvolvimento pessoal dos colaboradores do POPH, em articulação com as exigências estratégicas definidas pela Comissão Directiva, foi aprovado, em Julho de 2008, pela Comissão Directiva do POPH, o Plano de Formação, para o biénio 2008-2010.

A formação proposta para 2008 recaiu sobretudo, nas acções de formação consideradas prioritárias para dar resposta às especificidades do novo Quadro, caracterizado, fundamentalmente, pela existência de novos modelos de organização do trabalho, pela introdução de novas regras de funcionamento, pela necessidade de adaptação a um novo sistema de informação e pela existência de novos *stakeholders*.

Neste contexto, em 2008 foram realizadas 4 acções de formação do curso “SIIFSE – Sistema Integrado de Informação do FSE”, das quais 2 dirigidas a técnicos dos Organismos Intermedios com Subvenção Global, públicos e privados, e 2 dirigidas a técnicos superiores e técnicos de apoio administrativo da Autoridade de Gestão, de forma a familiarizar os utilizadores com as funcionalidades e potencialidades da aplicação. Estas acções abrangeram 61 participantes.

Enquadrada no âmbito da formação específica, releva-se a realização de uma acção de formação em “IDEA 7 – Utilização Básica” - um software de análise de dados -, dirigida aos técnicos da Unidade de Avaliação e Controlo Interno (UACI) e da Assessoria de Sistemas de Informação (ASI) do POPH.

No âmbito da formação dirigida a todos os colaboradores do POPH, cabe salientar a realização do 1º Encontro de Quadros do POPH, em Outubro de 2008, que teve como objectivo promover a motivação e o espírito de equipa, a comunicação, a coesão e a interiorização dos valores e cultura da organização.



● Sistema de Informação – recolha de dados

O SIIFSE é o sistema de informação obrigatoriamente utilizado pelos beneficiários, pela Autoridade de Gestão, pelos organismos intermédios com subvenção global (OISG), pelos organismos intermédios sem subvenção (OISS) e pela Autoridade de Certificação (IGFSE). Com o SIIFSE interage ainda o Sistema de Informação Financeira (SIF) do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, entidade que assume as funções de tesouraria do PO.

Os trabalhos do SIIFSE iniciaram-se no mês de Maio de 2007, com a definição dos formulários de recolha sabendo-se, de antemão, que poderiam vir a sofrer ajustes resultantes da preparação da regulamentação geral e específica, que decorreu até ao final do ano de 2007.

Relatório de Execução 2008

Durante o ano de 2008 e os primeiros meses de 2009 foi dado um impulso essencial ao desenvolvimento de todas as funcionalidades directamente associadas ao sistema de gestão que, como fica bem demonstrado no quadro seguinte, é um sistema de elevada complexidade. Deve considerar-se que no essencial o sistema de gestão está construído. As excepções assinaladas na quarta coluna do quadro, estão intimamente associadas a atrasos na definição das metodologias e à aprovação dos próprios regulamentos específicos.

Formulários	Tipologias de Intervenção	Funcionalidades em Produção	Funcionalidades em Testes de Aceitação
F01 – Formação Genérico	1.1 - 8.1.1 ♦ 1.2 - 8.1.2 - 9.1.2 1.3 - 8.1.3 ♦ 1.4 - 9.1.4 2.2 - 8.2.2 - 9.2.2 ♦ 3.2 - 8.3.2 - 9.3.2 3.3 - 8.3.3 - 9.3.3 ♦ 3.4 - 8.3.4 - 9.3.4 3.5 - 8.3.5 - 9.3.5 ♦ 3.6 - 8.3.6 - 9.3.6 6.1 - 8.6.1 - 9.6.1 ♦ 6.2 - 8.6.2 - 9.6.2 6.4 - 8.6.4 - 9.6.4 ♦ 6.6 - 8.6.6 - 9.6.6 6.9 - 8.6.9 - 9.6.9 ♦ 7.4 - 8.7.4 - 9.7.4 7.6 - 8.7.6 - 9.7.6	Candidatura e Análise de Candidatura Pedido de Alteração e Análise de Pedido de Alteração Execução Física, Reembolso e Análise de Reembolso Saldo e Análise de Saldo	--
F02 – Infra-estrutura e equipamento	1.5. 2.4 6.12 - 8.6.12 - 9.6.12	Candidatura e Análise de Candidatura	Pedido de Alteração e Análise de Pedido de Alteração Execução Física, Reembolso e Análise de Reembolso Saldo e Análise de Saldo
F03 – CNOs	2.1 - 8.2.1 - 9.2.1	Candidatura e Análise de Candidatura Pedido de Alteração e Análise de Pedido de Alteração Execução Física, Reembolso e Análise de Reembolso Saldo e Análise de Saldo	--
F04 – Formação Modular	2.3 - 8.2.3 - 9.2.3	Candidatura e Análise de Candidatura Pedido de Alteração e Análise de	--

Formulários	Tipologias de Intervenção	Funcionalidades em Produção	Funcionalidades em Testes de Aceitação
		Pedido de Alteração Execução Física, Reembolso e Análise de Reembolso Saldo e Análise de Saldo	
F05 – Formação-Ação	3.1 - 8.3.1	Candidatura e Análise de Candidatura Pedido de Alteração e Análise de Pedido de Alteração Execução Física, Reembolso e Análise de Reembolso Saldo	--
F06 – Ensino Superior	4.1 4.2 4.3	Candidatura e Análise de Candidatura Pedido de Alteração e Análise de Pedido de Alteração Execução Física, Reembolso e Análise de Reembolso Saldo e Análise de Saldo	--
F07 – Apoios ao Emprego	5.1.	Candidatura e Análise de Candidatura Reembolso e Análise de Reembolso Saldo e Análise de Saldo	--
F08 – Estágios Profissionais	5.2. 5.3.	Candidatura e Análise de Candidatura Pedido de Alteração e Análise de Pedido de Alteração Execução Física, Reembolso e Análise de Reembolso Saldo e Análise de Saldo	--
F09 – Estágios Administração Pública	5.2.	Candidatura e Análise de Candidatura Pedido de Alteração e Análise de Pedido de Alteração Execução Física, Reembolso e	--

Relatório de Execução 2008

Formulários	Tipologias de Intervenção	Funcionalidades em Produção	Funcionalidades em Testes de Aceitação
		Análise de Reembolso Saldo	
F10 – Contratos Desenvolvimento Social	6.13 – 8.6.13 – 9.6.13	Candidatura e Análise de Candidatura Execução Física, Reembolso e Análise de Reembolso Saldo	Pedido de Alteração e Análise de Pedido de Alteração Análise de Saldo
F11 – TEIP	6.11 - 8.6.11 - 9.6.11	Candidatura e Análise de Candidatura Execução Física, Reembolso e Análise de Reembolso Saldo	Pedido de Alteração e Análise de Pedido de Alteração Análise de Saldo
F12 – Projectos não Formativos	6.2 - 8.6.2 - 9.6.2 ♦ 6.4 - 8.6.4 - 9.6.4 6.5 - 8.6.5 - 9.6.5 ♦ 6.7 - 8.6.7 - 9.6.7 6.8 - 8.6.8 - 9.6.8 ♦ 6.9 - 8.6.9 - 9.6.9 6.10 ♦ 7.1 ♦ 7.2 - 8.7.2 - 9.7.2 7.3 - 8.7.3 - 9.7.3 ♦ 7.5	Candidatura e Análise de Candidatura Pedido de Alteração e Análise de Pedido de Alteração Execução Física, Reembolso e Análise de Reembolso Saldo e Análise de Saldo	--
F13 – Apoio à deficiência	6.3 - 8.6.3 - 9.6.3	Candidatura e Análise de Candidatura Reembolso e Análise de Reembolso Saldo e Análise de Saldo	--
F14 – Empreendedorismo Feminino	7.6 - 8.7.6 - 9.7.6	Candidatura e Análise de Candidatura Pedido de Alteração e Análise de Pedido de Alteração Execução Física, Reembolso e Análise de Reembolso Saldo e Análise de Saldo	--
F15 – Assistência Técnica	10	Candidatura e Análise de Candidatura	--

Relatório de Execução 2008

Formulários	Tipologias de Intervenção	Funcionalidades em Produção	Funcionalidades em Testes de Aceitação
		Pedido de Alteração e Análise de Pedido de Alteração Execução Física, Reembolso e Análise de Reembolso Saldo e Análise de Saldo	
F18 – Formação-Ação para a Administração Pública	3.4 - 8.3.4 - 9.3.4	Candidatura e Análise de Candidatura	--
F19 - INOV Vasco da Gama	3.2 - 8.3.2 - 9.3.2	Candidatura e Análise de Candidatura	--

Funcionalidades Transversais em Produção	Funcionalidades Transversais em Testes de Aceitação
Autorização de Consulta de Dívidas SS/FP	Retorno de Ordens de Transferência
Gestão de Dívidas SS/FP	Tesouraria Gestor
Garantias Bancárias	Registo de Relatórios de Verificação, Auditoria e Certificação
Circuitos de Arquivamento e Indeferimento	Gestão de Execução de O.I.'s/Pagamentos da AG a O.I.'s
Validação para Autorização de Pagamentos/Adiantamentos	Reabertura de Saldo
Autorizações de Pagamento aos Beneficiários	Compensações de Crédito
Ordens de Transferência	Circuito de Revogação
Declarações Despesa	
Pedido de Pagamento Intermédio	
Gestão de Organismos Intermédios	
Configurações Gestor	
Gestão de Acessos	
Gestão de Prazos de Candidatura	
Regime de excepção na apresentação de Listagens de Despesa	

• Estruturação de um sistema de controlo interno

O sistema de controlo interno do Programa Operacional Potencial Humano desenvolve-se em torno dos seguintes pilares:

- Sistema Integrado de Informação (SIIFSE na sua componente de Autoridade de Gestão)
- Procedimentos escritos estruturados num Manual de Procedimentos
- Sistema de verificações no local (*on-the-spot*) às operações, mesmo que aprovadas por organismos intermédios (OISG) e organismos responsáveis pela execução de políticas públicas (OREPP)
- Contratualização numa base escrita com Organismos intermédios com ou sem subvenção global (contratos), Organismos Responsáveis pela Execução de Políticas Públicas (protocolos) e Tesouraria (protocolo)
- Recursos humanos com os conhecimentos e as competências necessárias

Dado que o Sistema de Informação, a contratualização e os recursos humanos têm um tratamento específico noutros pontos do relatório, cabe aqui referir o papel do Manual de Procedimentos e do Sistema de Verificações no local.

A dimensão do POPH, medido em número de recursos humanos ou dispersão geográfica, só por si aconselharia a que dispusesse de um Manual de Procedimentos com a descrição de normas e procedimentos, circuitos, fluxogramas, *checklists*, entre outros. As obrigações decorrentes da legislação comunitária vieram reforçar essa necessidade, tornando-a mesmo imperiosa.

O Manual de Procedimentos do POPH discorre sobre a análise e gestão dos projectos, sobre o acompanhamento dos Organismos Intermédios (regras que se aplicam também aos Organismos Responsáveis pela Execução de Políticas Públicas), verificações no local, controlo financeiro e comunicação de irregularidades.

A par destes procedimentos escritos, coexistem situações práticas do quotidiano que não estão formalizadas, como sucede em qualquer organização dinâmica. Existe, todavia, a preocupação de estarem suficientemente evidenciadas para poderem ser testadas e controladas, quando necessário.

O Manual de Procedimentos do POPH foi transmitido aos Organismos Intermédios para que estes elaborassem os seus próprios, com as devidas adaptações à sua realidade organizacional. Já no caso

dos OREPP os Manuais têm de ser diferenciados de modo a acolherem as especificidades das várias políticas públicas em causa.

O Sistema das Verificações no Local (*on-the-spot*) do POPH assenta em pressupostos de racionalidade, atendendo ao elevado número de projectos que tem por seu objecto, e que são:

- Eficácia: cada acção de verificação deve permitir concluir sobre a elegibilidade e razoabilidade das despesas e o “fornecimento do produto ou serviço”;
- Eficiência: cada acção de verificação deve consumir o número estritamente necessário de horas de trabalho;
- Economia: para cada projecto amostrado deve realizar-se apenas uma acção de verificação no local, salvo casos bem fundamentados.

As verificações no local (*on-the-spot*) não incidem sobre o censo dos projectos aprovados mas sobre uma amostra dos mesmos, são realizadas no espaço onde decorrem os projectos e onde as entidades tenham a respectiva documentação técnica e contabilística.

O sistema de verificações no local do POPH incide também sobre as operações e a gestão dos Organismos Intermédios com Subvenção Global (OISG) contratualizados, sem prejuízo das obrigações destes em matéria de verificações nos termos das competências delegadas pela Comissão Directiva, e sobre as operações e a gestão dos Organismos Responsáveis pela Execução de Políticas Públicas (OREPP). Apenas o ACIDI, sendo um OISG, transitoriamente, não está incumbido de montar um sistema próprio de verificações no local. As suas responsabilidades nesta matéria concretizam-se na integração de elementos seus nas equipas do POPH quando este realize verificações no âmbito da tipologia de intervenção contratualizada com aquele organismo.

As verificações no local do POPH são realizadas com os seus recursos regionais, que se podem organizar em núcleos de geometria variável entre a análise e gestão dos projectos e as verificações no local, tendo como única restrição o respeito pelo princípio da segregação de funções. Este princípio determina que quem tenha analisado uma candidatura ou reembolso (saldo incluído) de uma determinada entidade não possa realizar verificações no local a essa mesma entidade. De referir que os projectos do Eixo de Lisboa, em regra, serão verificados pela Núcleo Regional do Algarve.

**Relatório
de
Execução
2008**

Os trabalhos são orientados com base num conjunto de *checklists* que incidem sobre a organização geral dos projectos, aspectos técnicos, pedagógicos e financeiros. Dos resultados das verificações são produzidos relatórios, que são enviados às entidades.

Em termos da despesa e “serviços”, a verificação no local incide sobre um pedido de reembolso recém-submetido e sobre o último pedido de reembolso aprovado, metodologia que faz a bissectriz das perspectivas preventiva e correctiva do controlo da despesa executada.

Os pedidos de reembolso recém-submetidos ficam com a análise suspensa, até à inserção dos resultados dos relatórios das verificações no SIIFSE, no seu máximo grau de detalhe, ou seja, documento a documento de despesa ou registo a registo de formando ou acção, só para citar alguns exemplos.

Para que uma verificação no local se desenvolva, o projecto deve registar execução conforme programado nos termos do cronograma e indicadores inseridos em SIIFSE face à candidatura aprovada. Uma execução próxima dos **25%** de uma das componentes do projecto - técnica ou financeira – é o ponto de controlo, que conduz à selecção do pedido de reembolso a verificar num determinado projecto seleccionado para verificação.

Em termos operacionais, as verificações no local do POPH iniciaram-se em Outubro, com a primeira programação, sendo que a primeira acção no terreno se iniciou no dia 11 de Novembro de 2008. As primeiras equipas a avançar foram a do Norte e do Centro, atendendo a que dispunham de recursos transitados de Programas do QCAIII, integrados no POPH, com conhecimentos adequados ao desenvolvimento destas funções. Seguiram-se as equipas do Algarve e, por fim, do Alentejo.

De referir, que os organismos intermédios com subvenção global (OISG) estão obrigados à realização de verificações no local com base nos seus próprios meios, internos ou externos. No ano de 2008, nenhum dos organismos que apresentaram projectos com execução – IEF, CIG e AEP – cumpriram os objectivos nesta área específica da gestão, ficando-se este facto a dever-se à fraca implantação dos projectos durante o ano.

Em termos quantitativos e considerando a totalidade da despesa dos Eixos em que existem projectos com despesa verificada no local (ver quadro seguinte), a taxa de Esforço (calculada entre a despesa verificada e a despesa submetida pelos beneficiários) foi de 3,6%, o que se considera uma taxa muito

Relatório de Execução 2008

confortável para um primeiro ano de execução efectiva da despesa, tendo em consideração que se centra em apenas 6 meses de actividade.

O eixo 1 – Qualificação Inicial apresenta uma taxa mais elevada (6,88%), situação que decorre do facto de no início da actividade das verificações no local se ter dado prioridade à despesa de projectos executados no 2º semestre de 2007 ou iniciados no 2º semestre de 2007 e transitados para 2008. Esta decisão visou garantir, desde o início, uma boa taxa de cobertura de toda a despesa executada ao longo de todo o período de programação do QREN. Ora, foi no Eixo 1 que se concentram os projectos que preenchiam o requisito exposto.

Em termos de não elegibilidades o montante global detectado é quase residual, na medida em representa apenas 0,46% do Esforço de Verificação e 0,02% da despesa executada nos eixos em questão.

De referir que não há qualquer situação que careça de ser comunicada (ficha de irregularidade) nos termos previstos na secção 4 do Capítulo II do Regulamento (CE) 1828/2006 da Comissão, de 08.12. Esta comunicação, a ocorrer, deveria ter subjacente uma restituição de verbas de valor superior ou igual a 10.000 euros de comparticipação do FSE, justificada em projecto com despesa incluída em pedido de pagamento intermédio (PPI) à Comissão Europeia.

**Relatório
de
Execução
2008**



Eixo	TI	Regiões de convergência			Algarve			Lisboa		
		Esf. Verif.	Não Eleg.	Proj.	Esf. Verif.	Não Eleg.	Proj.	Esf. Verif.	Não Eleg.	Proj.
1	1.2	9.699.075,62	31.496,13	39	0	0	0	0	0	0
	1.3	797.067,32	433,81	8	0	0	0	0	0	0
Total		10.496.142,94	31.929,94	47	0	0	0	0	0	0
2	2.1	261.103,16	0	3	0	0	0	0	0	0
	2.2	813.209,72	12.489,46	5	0	0	0	0	0	0
Total		1.074.312,88	12.489,46	8	0	0	0	0	0	0
8	8.1.2	0	0	0	153.831,01	1.556,03	1	0	0	0
	8.2.2	0	0	0	39.763,93	549,86	1	0	0	0
Total		0	0	0	193.594,94	2.105,89	2	0	0	0
9	9.2.3	0	0	0	0	0	0	78.242,22	7.614,34	1
Total		0	0	0	0	0	0	78.242,22	7.614,34	1
Total		11.570.455,82	44.419,40	55	193.594,94	2.105,94	2	78.242,22	7.614,34	1

Despesa Total submetida pelos beneficiários	Nº Proj.	% de Verif.
152.638.940,78	1.152	6,88
145.322.558,30	2.548	0,74
14.335.657,01	251	1,35
16.281.962,45	282	0,48
328.579.118,54	4.233	3,60

Relatório de Execução 2008



2.1 Realização e análise dos progressos globais do POPH

2.1.1 Informação sobre os progressos financeiros

Unid.: euros

Eixo Prioritário	Fundo	Orçamento 2007-2013			Aprovações em 2008						Execução em 2008				
		Financiamento Público Total	Contrapartida Pública Nacional	Fundo	N.º de Projectos	Financiamento Público Total	Contrapartida Pública Nacional	Taxa %	Fundo	Taxa %	Financiamento Público Total	Contrapartida Pública Nacional	Taxa %	Fundo	Taxa %
1 – Qualificação Inicial	FSE	2.637.142.857	791.142.857	1.846.000.000	1.764	686.581.171,17	205.974.351,70	30,00	480.606.819,47	70,00	142.943.904,33	42.883.171,04	30,00	100.060.733,29	70,00
2 – Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	FSE	3.214.285.714	964.285.714	2.250.000.000	2.901	1.059.099.081,30	317.820.090,24	30,00	741.278.991,06	70,00	140.808.657,11	42.242.595,95	30,00	98.566.061,16	70,00
3 – Gestão e Aperfeiçoamento Profissional	FSE	484.071.429	101.271.429	382.800.000	1.133	95.528.527,80	19.984.568,16	20,92	75.543.959,64	79,08	9.083.786,07	1.900.327,93	20,92	7.183.458,14	79,08
4 – Formação Avançada	FSE	645.714.286	193.714.286	452.000.000	10	268.684.535,37	80.605.360,62	30,00	188.079.174,75	70,00	179.322.624,81	53.796.787,43	30,00	125.525.837,38	70,00
5 – Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa	FSE	523.714.286	157.114.286	366.600.000	285	141.901.116,72	42.570.335,00	30,00	99.330.781,72	70,00	8.430.994,03	2.529.298,07	30,00	5.901.695,96	70,00
6 – Cidadania, Inclusão e Desenv. Social	FSE	572.105.834	162.198.437	409.907.397	317	54.042.594,15	15.321.075,45	28,35	38.721.518,70	71,65	10.276.270,75	2.913.322,74	28,35	7.362.948,01	71,65
7 – Igualdade de Género	FSE	68.302.621	20.490.786	47.811.835	112	11.250.689,18	3.375.206,86	30,00	7.875.482,32	70,00	648.889,82	194.666,92	30,00	454.222,90	70,00
10 – Assistência Técnica	FSE	93.411.765	14.011.765	79.400.000	17	20.041.968,41	3.006.190,99	15,00	17.035.777,42	85,00	6.472.796,51	970.919,49	15,00	5.501.877,02	85,00
Sub-Total Objectivo Convergência	FSE	8.238.748.792	2.404.229.560	5.834.519.232	6.539	2.337.129.684,11	688.657.179,02		1.648.472.505,09		497.987.923,43	147.431.089,57		350.556.833,86	
8 - Algarve	FSE	141.503.774	38.754.177	102.749.597	350	64.488.609,81	17.663.430,24	27,39	46.825.179,57	72,61	13.257.362,70	3.631.191,64	27,39	9.626.171,06	72,61
Total Objectivo Convergência	FSE	8.380.252.566	2.442.983.737	5.937.268.829	6.889	2.401.618.293,92	706.320.609,26		1.695.297.684,65		511.245.286,13	151.062.281,21		360.183.004,92	

Relatório de Execução 2008



Eixo Prioritário	Fundo	Orçamento 2007-2013			Aprovações em 2008						Execução em 2008				
		Financiamento Público Total	Contrapartida Pública Nacional	Fundo	N.º de Projectos	Financiamento Público Total	Contrapartida Pública Nacional	Taxa	Fundo	Taxa	Financiamento Público Total	Contrapartida Pública Nacional	Taxa	Fundo	Taxa
9 – Lisboa	FSE	355.937.499	175.818.463	180.119.036	488	128.944.768,79	63.698.715,93	49,40%	65.246.052,86	50,60%	14.396.901,32	7.112.069,27	49,40%	7.284.832,04	50,60%
Total Objectivo da Competitividade regional	FSE	355.937.499	175.818.463	180.119.036	488	128.944.768,79	63.698.715,93	49,40%	65.246.052,86	50,60%	14.396.901,32	7.112.069,27	49,40%	7.284.832,04	50,60%

2.1.2 Informação sobre a execução financeira global

	Despesas pagas enviado à Autoridade de Gestão (Custo Total)	Despesas pagas aprovadas pela Autoridade de Gestão (Custo Total)	Contribuição pública correspondente à despesa aprovada pela Autoridade de Gestão	Despesa s privadas (CP+R)	Despesas pagas aos beneficiários (FSE) Adiantamentos	Despesas pagas aos beneficiários (FSE) Reembolsos	Despesas pagas aos beneficiários (FSE) Total dos pagamentos	Total dos pagamentos recebidos da Comissão
Total das regiões que beneficiam de apoio transitório no Total Geral	14.486.078,95	13.533.547,48	13.257.362,70	276.184,78	4.582.045,67	2.472.854,93	7.054.900,59	
Total das regiões que não beneficiam de apoio transitório no Total Geral	535.332.866,65	520.924.719,91	512.384.824,75	8.539.895,16	161.684.808,84	181.315.419,11	343.000.227,96	299.752.005,39
Total das despesas correspondentes à intervenção do FEDER no Total Geral	93.268,17	93.268,17	93.268,17	0,00	0,00	80.303,89	80.303,89	

Nota: à data de 31/12/2008, a contribuição pública correspondente à despesa aprovada pela Autoridade de Gestão perfazia o montante de 292.090.958 €

Relatório de Execução 2008



Eixo Prioritário	Despesas pagas pelos beneficiários incluídas no pedido de pagamento enviado à Autoridade de Gestão (Custo Total)	Despesas pagas pelos beneficiários incluídas em pedido de pagamento e aprovadas pela Autoridade de Gestão (Custo Total)	Contribuição pública correspondente à despesa aprovada pela Autoridade de Gestão	Despesas privadas (CP+R)	Despesas pagas pelo organismo responsável pelo pagamento aos beneficiários (FSE)			Total dos pagamentos recebidos da Comissão
					Adiantamentos	Reembolsos	Total	
1 – Qualificação Inicial	152.638.940,78	145.228.039,69	142.943.904,33	2.284.135,36	65.332.449,43	49.992.117,41	115.324.566,84	290.575.923,59
2 – Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	145.322.558,30	140.974.910,40	140.808.657,10	166.253,30	49.040.552,48	17.796.289,97	66.836.842,45	
3 – Gestão e Aperfeiçoamento Profissional	14.805.610,13	13.625.378,35	9.083.786,07	4.541.592,28	4.287.748,23	242.672,98	4.530.421,21	
4 – Formação Avançada	179.322.624,80	179.322.624,80	179.322.624,80	0,00	21.865.323,95	106.195.165,26	128.060.489,21	
5 – Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa	9.377.287,42	9.271.965,41	8.430.994,03	840.971,38	13.524.504,33	1.381.853,70	14.906.358,03	
6 – Cidadania, Inclusão e Desenv. Social	10.633.792,83	10.314.735,01	10.276.270,75	38.464,26	2.006.681,78	1.111.046,34	3.117.728,12	
7 – Igualdade de Género	697.954,48	652.281,13	648.889,82	3.391,31	165.940,42	0,00	165.940,42	
10 – Assistência Técnica	6.489.963,66	6.472.796,51	6.472.796,51	0,00	1.619.180,35	2.141.151,96	3.760.332,31	290.575.923,59
Sub-total convergência	519.288.732,40	505.862.731,30	497.987.923,41	7.874.807,89	157.842.380,97	178.860.297,62	336.702.678,59	
8 - Algarve	14.486.078,95	13.533.547,48	13.257.362,70	276.184,78	4.582.045,67	2.472.854,93	7.054.900,59	6.117.387,87
Total convergência	533.774.811,35	519.396.278,78	511.245.286,11	8.150.992,67	162.424.426,63	181.333.152,55	343.757.579,18	296.693.311,45
9 - Lisboa	16.044.134,23	15.061.988,59	14.396.901,32	665.087,27	3.842.427,87	2.455.121,49	6.297.549,37	9.176.081,80
Total Competitividade Regional e Emprego	16.044.134,23	15.061.988,59	14.396.901,32	665.087,27	3.842.427,87	2.455.121,49	6.297.549,37	9.176.081,80
TOTAL GERAL	549.818.945,60	534.458.267,39	525.642.187,45	8.816.079,94	166.266.854,51	183.788.274,04	350.055.128,55	305.869.393,25

Relatório de Execução 2008

A elegibilidade das despesas no POPH segue a regra geral da territorialização do QREN, o que no caso do FSE tem algumas especificidades, implicando uma modelação consoante os beneficiários e/ou destinatários da despesa. Varia assim de tipologia para tipologia.

As despesas inerentes à tipologia referente à Administração Pública central têm um efeito relevante de difusão, '*spill-over effects*', para além do espaço territorial em que ocorreram. A grande concentração de serviços da Administração Pública na região-capital conduz naturalmente que aqui se concentrem parte significativa dos projectos a realizar, sendo neste caso particularmente desequilibrada a relação territorial entre a localização dos projectos e a produção dos seus efeitos.

De facto, os processos de modernização da Administração Central do Estado - entendida num sentido lato e tendo como objectivos a redução dos custos de contexto e de melhoria da competitividade nacional, por via do aumento da eficiência da Administração - estendem-se ao conjunto do território nacional. Por seu turno, as despesas relativas a operações de Assistência Técnica não estão sujeitas ao critério de elegibilidade territorial. A respectiva elegibilidade é assim definida em função exclusivamente do objectivo da despesa e é independente da sua localização. São também operações com efeito difuso sobre o território abrangido pelo Programa Operacional

As regras para a quantificação destes efeitos de difusão nos dois casos são diferenciadas, sendo nas intervenções da Administração pública uma função da concentração da população residente nas regiões objectivo e na assistência técnica uma decorrência da proporcionalidade directa das correspondentes dotações financeiras em cada um dos Eixos Prioritários 8, 9 e 10.

O quadro anterior reflecte nos Eixos 3, 8, 9 e 10, para as duas tipologias citadas, a distribuição da despesa por aplicação das regras antes referidas. O quadro seguinte identifica-o, cruzando as duas perspectivas: localização (com origem nos projectos) e efeitos (afecção das despesas).

Elegibilidade das despesas em função da localização – casos específicos (euros)

	Efeitos de difusão – spill-over effects			Imputação regional das despesas da assistência técnica			Total dos projectos
	3.3	8.3.3	9.3.3	10	8.10	9.10	
9.3.3	466.987,29	27.269,33	187.476,65	0	0	0	681.733,27
10	0	0	0	6.472.796,51	122.627,42	258.665,63	6.854.089,56
Total nas tipologias	466.987,29	27.269,33	187.476,65	6.472.796,51	122.627,42	258.665,63	7.535.822,83

• Apoio restituído ou reutilizado

Durante o ano de 2008 não se registou qualquer pedido de restituição de apoios às entidades beneficiárias do POPH, pelo que a informação a reportar ao abrigo dos artigos 57º e do n.º 2 do artigo 98º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 é nula.

2.1.3 Informação sobre a repartição da utilização do Fundo Social Europeu por temas prioritários

Dimensão 1 – Temas prioritários

Código	Tema prioritário	Convergência	Convergência Phasing-Out	Total convergência	Competitividade Regional e Emprego
Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários					
62	Desenvolvimento de sistemas e estratégias de aprendizagem ao longo da vida nas empresas; formação e serviços destinados a melhorar a adaptabilidade à mudança; promoção do empreendedorismo e da inovação	6.199.174,44	221.968,31	6.420.142,75	814.834,88
Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade					
66	Implementação de medidas activas e preventivas no domínio do mercado de trabalho	5.901.695,96	0	5.901.695,96	0
69	Medidas para melhorar o acesso ao emprego e aumentar a participação sustentável e a progressão das mulheres no emprego, reduzir no mercado laboral a segregação baseada no sexo e conciliar a vida profissional e a vida privada, facilitando designadamente o acesso aos serviços de acolhimento de crianças e de cuidados às pessoas dependentes	454.222,90	7.987,64	462.210,54	52.190,05
70	Acções específicas para aumentar a participação dos migrantes no emprego e assim reforçar a sua inclusão social	940.382,82	123.788,38	1.064.171,20	372.371,09
Melhorar a inclusão social dos mais desfavorecidos					
71	Vias destinadas à integração e readmissão no emprego para os desfavorecidos: luta contra a discriminação no acesso e na progressão no mercado de trabalho, e promoção da aceitação da diversidade no mercado de trabalho	6.422.565,19	2.246.722,21	8.669.287,40	426.297,59
Melhorar o capital humano					
72	Concepção, introdução e implementação de reformas nos sistemas de ensino e formação por forma a desenvolver a empregabilidade, melhorar a pertinência para o mercado de trabalho do ensino e formação inicial	615.990,15	0	615.990,15	0

Relatório de Execução 2008

Dimensão 1 – Temas prioritários

Código	Tema prioritário	Convergência	Convergência Phasing-Out	Total convergência	Competitividade Regional e Emprego
	e profissional e actualizar continuamente as qualificações dos formadores, tendo em vista a inovação e uma economia baseada no conhecimento.				
73	Medidas para aumentar a participação no ensino e formação ao longo da vida, em especial através de acções destinadas a reduzir o abandono escolar prematuro e a segregação curricular baseada no sexo e a aumentar o acesso ao ensino e à formação inicial, profissional e superior, bem como a qualidade dos mesmos	271.681.023,57	6.916.864,48	278.597.888,05	5.877.347,47
74	Desenvolvimento do potencial humano no domínio da investigação e da inovação, nomeadamente através de estudos de pós-graduação e da formação de investigadores, bem como, de actividades em rede entre universidades, centros de investigação e empresas	52.471.608,26	0	52.471.608,26	0
Assistência técnica					
81	Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local	813.284,61	14.304,48	827.589,09	25.076,80
85	Preparação, implementação, monitorização e controlo	3.998.603,32	64.014,90	4.062.618,23	88.604,42
86	Avaliação e estudos, informação e comunicação	689.989,09	10.720,40	700.709,49	17.203,54
Total		350.187.540,30	9.606.370,80	359.793.911,10	7.673.925,86

Dimensão 2 – Forma de financiamento

Código	Forma de financiamento	Montante (euros)
1	Ajuda não reembolsável	367.467.836,96
2	Ajuda (empréstimo, subsídio de juros, garantia)	
3	Capital de risco (participação, fundo capital de risco)	
4	Outras formas de financiamento	
Total		367.467.836,96

**Relatório
de
Execução
2008**

Dimensão 3 - Território

Código	Tipo de território	Montante (euros)
1	Urbano	
2	Montanha	
3	Ilhas	
4	Áreas com população dispersa e muito dispersa	
5	Áreas rurais (para além das montanhas, ilhas e áreas com população dispersa e muito dispersa)	
6	Antigas fronteiras externas da EU (depois de 30.04.2004)	
7	Região Ultraperiférica	
8	Área de Cooperação Transfronteiriça	
9	Área de Cooperação Transnacional	
10	Área de Cooperação Inter-regional	
0	Não aplicável	367.467.836,96
Total		367.467.836,96

Relatório de Execução 2008

Combinação de códigos das dimensões 1- temas prioritários, 4- actividade económica, 5 – localização

Unid.: EUR

Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários

Dimensão 1 – Tema Prioritário	Código *Dimensão 5 – Localização (NUTS II)						
Código 62 - Desenvolvimento de sistemas e estratégias de aprendizagem ao longo da vida nas empresas; formação e serviços destinados a melhorar a adaptabilidade à mudança; promoção do empreendedorismo e da inovação	Norte	Centro	Alentejo	Região Objectivo Convergência (Norte, Centro, Alentejo)	Algarve	Total Convergência	Lisboa Competitividade
Dimensão 4 - CAE das entidades destes códigos							
01- Agricultura Caça e Silvicultura	-	20.307,85	2.535,90	-	-	22.843,75	-
03 – Indústrias Alimentares e das Bebidas	77.210,22	109.537,59	-	-	-	186.747,81	-
04 – Fabrico de Têxteis e Produtos Têxteis	616.532,80	125.204,27	21.322,37	-	-	763.059,44	-
05 – Construção de Material de Transporte	43.849,65	155.785,31	-	-	-	199.634,96	9.893,19
06 – Indústrias Transformadoras Diversas	706.766,98	780.704,44	13.103,04	-	-	1.500.574,46	-
07 – Extracção de Produtos Energéticos	1.985,11	13.770,24	-	-	-	15.755,35	-
09 – Captação, Tratamento e Distribuição de Água	3.503,24	25.613,26	-	-	-	29.116,50	-
10 – Correios e Telecomunicações	-	2.028,57	-	-	-	2.028,57	-
11 - Transportes	111.985,29	109.800,16	-	-	6.901,04	228.686,49	76.773,24
12 - Construção	249.712,25	149.202,13	-	-	15.096,86	414.011,24	-
13 – Comércio por Grosso e a Retalho	409.250,99	226.707,04	238,02	-	81.401,65	717.597,70	48.991,12
14 – Hotéis e Restaurantes	23.906,85	23.374,91	-	-	23.998,36	70.280,12	1.576,16
15 – Actividades Financeiras	-	-	-	-	-	-	9.987,76
16 – Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados às Empresas	146.576,60	66.043,45	21.300,88	-	22.112,53	256.033,46	91.162,35
17 – Administração Pública	308.013,54	42.096,32	51.099,52	-	-	401.209,38	440.702,19

**Relatório
de
Execução
2008**

18 - Educação	123.400,13	51.033,27	446,67	114.045,86	28.868,96	317.794,89	8.613,99
19 – Actividades de Saúde Humana	27.188,83	114.839,54	23.794,56	-	-	165.822,93	17.651,66
20 – Acção Social e Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	582.360,15	278.360,67	22.942,81	185.683,30	43.588,91	1.112.935,84	109.483,22
21 – Actividades Associadas ao Ambiente	15.322,74	687,12	-	-	-	16.009,86	-
Total	6.199.174,44				221.968,31	6.420.142,75	814.834,88

Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade

Dimensão 1 – Tema Prioritário	Código *Dimensão 5 – Localização (NUTS II)						
Código 66 - Implementação de medidas activas e preventivas no domínio do mercado de trabalho	Norte	Centro	Alentejo	Região Objectivo Convergência (Norte, Centro, Alentejo)	Algarve	Total Convergência	Lisboa Competitividade
Dimensão 4 - CAE das entidades destes códigos							
17 – Administração Pública	746.399,81	749.166,00	540.124,28	1.698.833,69	-	3.734.523,78	-
18 - Educação	832.061,45	774.939,56	528.625,56	-	-	2.135.626,57	-
20 – Acção Social e Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	5.941,48	17.636,96	7.967,17	-	-	31.545,61	-
Total	5.901.695,96				-	5.901.695,96	-
Dimensão 1 – Tema Prioritário	Código *Dimensão 5 – Localização (NUTS II)						
Código 69 - Medidas para melhorar o acesso ao emprego e aumentar a participação sustentável e a progressão das mulheres no emprego, reduzir no mercado laboral a segregação baseada no sexo e conciliar a vida profissional e a vida privada, facilitando designadamente o acesso aos serviços de acolhimento de crianças e de cuidados às pessoas dependentes	Norte	Centro	Alentejo	Região Objectivo Convergência (Norte, Centro, Alentejo)	Algarve	Total Convergência	Lisboa Competitividade
Dimensão 4 - CAE das entidades destes códigos							
11 - Transportes	-	7.000,00	-	-	-	7.000,00	-
16 – Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados	1.077,26	857,50	-	-	1.773,25	3.708,01	-

Relatório de Execução 2008

às Empresas							
17 – Administração Pública	-	3.424,76	-	-	-	3.424,76	1.987,18
18 - Educação	5.938,94	4.591,36	-	-	-	10.530,30	-
20 – Acção Social e Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	39.429,43	10.262,51	18.183,25	363.457,89	6.214,39	437.547,47	50.202,87
Total	454.222,90				7.987,64	462.210,54	52.190,05
Dimensão 1 – Tema Prioritário	Código *Dimensão 5 – Localização (NUTS II)						
Código 70 - Acções específicas para aumentar a participação dos migrantes no emprego e assim reforçar a sua inclusão social	Norte	Centro	Alentejo	Região Objectivo Convergência (Norte, Centro, Alentejo)	Algarve	Total Convergência	Lisboa Competitividade
Dimensão 4 - CAE das entidades destes códigos							
17 – Administração Pública	370.405,04	263.023,53	178.616,45	33.700,69	93.326,95	939.072,66	372.371,09
18 - Educação	41.132,34	47.099,27	6.405,50	-	30.461,43	125.098,54	-
Total	940.382,82				123.788,38	1.064.171,20	372.371,09

Melhorar a inclusão social dos mais desfavorecidos

Dimensão 1 – Tema Prioritário	Código *Dimensão 5 – Localização (NUTS II)						
Código 71 - Vias destinadas à integração e readmissão no emprego para os desfavorecidos: luta contra a discriminação no acesso e na progressão no mercado de trabalho, e promoção da aceitação da diversidade no mercado de trabalho	Norte	Centro	Alentejo	Região Objectivo Convergência (Norte, Centro, Alentejo)	Algarve	Total Convergência	Lisboa Competitividade
Dimensão 4 - CAE das entidades destes códigos							
16 – Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	114.224,67	181.519,16	29.860,59	-	32.327,38	357.931,80	38.440,92
17 – Administração Pública	5.342,68	146.327,37	944,24	-	52.759,05	205.373,34	2.687,84
18 – Educação	180.115,55	1.123.423,39	2.957,98	-	96.138,76	1.402.635,68	38.304,03
19 – Actividades de Saúde Humana	-	23.409,77	-	-	-	23.409,77	-

Relatório de Execução 2008

20 - Acção Social e Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	1.179.059,37	3.206.281,26	229.099,16	-	2.065.497,02	6.679.936,81	346.864,80
Total	6.422.565,19				2.246.722,21	8.669.287,40	426.297,59

Melhorar o capital humano

Dimensão 1 – Tema Prioritário	Código *Dimensão 5 – Localização (NUTS II)						
Código 72 - Concepção, introdução e implementação de reformas nos sistemas de ensino e formação por forma a desenvolver a empregabilidade, melhorar a pertinência para o mercado de trabalho do ensino e formação inicial e profissional e actualizar continuamente as qualificações dos formadores, tendo em vista a inovação e uma economia baseada no conhecimento.	Norte	Centro	Alentejo	Região Objectivo Convergência (Norte, Centro, Alentejo)	Algarve	Total Convergência	Lisboa Competitividade
Dimensão 4 - CAE das entidades destes códigos							
18 – Educação	288.800,30	205.466,14	121.723,71	-	-	615.990,15	-
Total	615.990,15				-	615.990,15	-
Dimensão 1 – Tema Prioritário	Código *Dimensão 5 – Localização (NUTS II)						
Código 73 - Medidas para aumentar a participação no ensino e formação ao longo da vida, em especial através de acções destinadas a reduzir o abandono escolar prematuro e a segregação curricular baseada no sexo e a aumentar o acesso ao ensino e à formação inicial, profissional e superior, bem como a qualidade dos mesmos	Norte	Centro	Alentejo	Região Objectivo Convergência (Norte, Centro, Alentejo)	Algarve	Total Convergência	Lisboa Competitividade
Dimensão 4 - CAE das entidades destes códigos							
01 – Agricultura, Caça e Silvicultura	136.568,48	64.736,98	534.349,17	-	-	735.654,63	-
03 – Indústrias alimentares e das Bebidas	85.552,19	8.013,51	82,60	-	-	93.648,30	9.966,33
04 – Fabrico de Têxteis e Produtos Têxteis	13.887,60	35.641,35	-	-	-	49.528,95	-
05 – Construção de material de Transporte	54.470,00	-	7.710,04	-	-	62.180,04	-
06 – Indústrias Transformadoras Diversas	101.005,34	31.209,66	2.731,77	-	-	134.946,77	-

Relatório de Execução 2008

11 – Transportes	1.265,53	396,98	-	-	-	1.662,51	-
12 – Construção	11.125,44	23.870,10	41.257,40	-	-	76.252,94	-
13 – Comércio por Grosso e a Retalho	333.614,90	327.030,73	-	-	-	660.645,63	-
14 – Hotéis e Restaurantes	33.734,67	7.281,74	123,83	-	6.204,36	47.344,60	3.560,45
15 – Actividades Financeiras	75.347,34	-	-	-	-	75.347,34	-
16 – Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	4.389.939,83	2.434.192,57	946.235,47	-	200.487,00	7.970.854,87	321.416,01
17 – Administração Pública	39.412.724,07	30.484.654,29	4.108.265,16	-	-	74.005.643,52	301.460,62
18 – Educação	87.657.624,96	49.880.702,65	12.182.462,79	-	5.014.980,92	154.735.771,32	3.909.153,26
19 – Actividades de Saúde Humana	48.208,02	53.629,99	91,33	-	-	101.929,34	-
20 – Acção Social e Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	18.638.863,58	15.410.146,26	4.091.946,64	-	1.695.192,20	39.836.148,68	1.331.790,80
21 – Actividades Associadas ao Ambiente	10.328,61	-	-	-	-	10.328,61	-
Total	271.681.023,57				6.916.864,48	278.597.888,05	5.877.347,47
Dimensão 1 – Tema Prioritário	Código *Dimensão 5 – Localização (NUTS II)						
Código 74 - Desenvolvimento do potencial humano no domínio da investigação e da inovação, nomeadamente através de estudos de pós-graduação e da formação de investigadores, bem como, de actividades em rede entre universidades, centros de investigação e empresas	Norte	Centro	Alentejo	Região Objectivo Convergência (Norte, Centro, Alentejo)	Algarve	Total Convergência	Lisboa Competitividade
Dimensão 4 - CAE das entidades destes códigos							
16 – Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	4.511.134,57	3.236.451,36	224.139,69	44.499.882,64	-	52.471.608,26	-
Total	52.471.608,26				-	52.471.608,26	-

Assistência Técnica

Dimensão 1 – Tema Prioritário	Código *Dimensão 5 – Localização (NUTS II)			
Código 81 – Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local	Convergência		Algarve	Total Convergência Lisboa Competitividade

Relatório de Execução 2008

Dimensão 4 - CAE das entidades destes códigos				
20 – Acção Social e Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	813.284,61	14.304,48	827.589,09	25.076,80
Total	813.284,61	14.304,48	827.589,09	25.076,80
Dimensão 1 – Tema Prioritário	Código *Dimensão 5 – Localização (NUTS II)			
Código 85 – Preparação, implementação, monitorização e controlo	Convergência	Algarve	Total Convergência	Lisboa Competitividade
Dimensão 4 - CAE das entidades destes códigos				
16 – Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	43.182,04	759,51	43.941,55	1.331,48
17 – Administração Pública	2.570.421,97	44.254,76	2.614.676,73	77.579,62
18 – Educação	65.867,25	1.158,51	67.025,76	2.030,95
20 – Acção Social e Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	1.319.132,06	17.842,12	1.336.974,18	7.662,38
Total	3.998.603,32	64.014,90	4.062.618,22	88.604,43
Dimensão 1 – Tema Prioritário	Código *Dimensão 5 – Localização (NUTS II)			
Código 86 – Avaliação e estudos, informação e comunicação	Convergência	Algarve	Total Convergência	Lisboa Competitividade
Dimensão 4 - CAE das entidades destes códigos				
16 – Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	63,41	1,12	64,53	1,96
17 – Administração Pública	513.670,20	9.030,00	522.700,20	15.832,43
18 – Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
20 – Acção Social e Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais	176.255,48	1.689,28	177.944,76	1.369,16
Total	689.989,09	10.720,40	700.709,49	17.203,55
TOTAL	350.187.540,30	9.606.370,80	359.793.911,10	7.673.925,86

2.1.4 Informação sobre os progressos físicos

A leitura e análise dos indicadores de realização deverão ser contextualizadas à luz dos factores que tiveram impactos críticos no apuramento da efectiva execução anual, dos quais se relevam:

- a disponibilização tardia das funcionalidades do SIIFSE, concentrando num curto período de tempo, a prestação de contas dos beneficiários, impedindo a análise e decisão da totalidade de reembolsos e pedidos de pagamento do saldo, em tempo oportuno;
- a identificação, já em 2009, de uma nova figura – OREPP, que teve impactos significativos na recolha de informação, física e financeira de algumas Tipologias com expressão relevante, impedindo, nestes casos e no prazo concedido para o encerramento da prestação de contas, a recuperação da informação para o SIIFSE;
- o volume significativo de candidaturas submetidas às diferentes Tipologias de Intervenção, que provocou atrasos nas decisões da Autoridade de Gestão com consequências inevitáveis no cronograma inicial de realização dos projectos, fazendo deslizar para o último trimestre do ano o início efectivo das acções.

Objectivo: CONVERGÊNCIA - Regiões Norte, Centro e Alentejo

Eixo	Indicador de realização	Quantificação		
		Execução de 2008	Meta 2007-2013	
			Meta anual (média)	Meta acumulada
1. Qualificação Inicial	N.º de abrangidos em acções de dupla certificação (9º ano de escolaridade e nível II) (a)	23.344	25.600	
	N.º de abrangidos em acções de dupla certificação (12º ano de escolaridade e nível III) (a)	72.079	102.000	
	N.º de abrangidos em cursos de especialização tecnológica (nível IV) (a)	1.356	2.500	
	N.º de estabelecimentos de ensino apoiados	0		1.400
2. Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	N.º de Centros / Equipas Novas Oportunidades apoiados	283	314	
	N.º de abrangidos em Centros Novas Oportunidades	199.670	204.000	
	N.º de adultos abrangidos em cursos de educação formação	36.877	30.600	

Eixo	Indicador de realização	Quantificação			
		Execução de 2008	Meta 2007-2013		
			Meta anual (média)	Meta acumulada	
3. Gestão e Aperfeiçoamento Profissional	N.º de adultos abrangidos em formações modulares certificadas	131.651	300.000		
	N.º de Centros de Formação Profissional criados/apoiados	0		40	
	N.º de empresas e outras entidades de direito privado sem fins lucrativos abrangidas em programas de formação-acção	378	4.500		
	N.º de activos abrangidos em acções de formação para a inovação e gestão	42.017	37.000		
	N.º de activos abrangidos em acções de formação para a inovação e gestão na Administração Pública	15.495	20.000		
4. Formação Avançada	N.º de Bolsas de Formação Avançada apoiadas anualmente	4.365	4.300		
	N.º de empresas e instituições de I&D apoiadas anualmente	38	380		
	N.º de estudantes do ensino superior apoiados anualmente	110.045	20.000		
5. Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa	N.º de projectos apoiados	690	8.120		
	N.º de estágios apoiados	1.251	16.500		
6. Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social	N.º de Contratos Locais de Desenvolvimento Social apoiados	0	45		
	N.º de formandos abrangidos por programas específicos de formação	5.816	2.300		
	N.º de Contratos Territoriais para o Sucesso Educativo	0		72	
	N.º de Equipamentos Sociais criados/apoiados	0		120	
	N.º de acções de sensibilização e informação	(c)			Educação para a Cidadania
	N.º de acções de educação e formação	(c)			
	N.º de formandos abrangidos em acções de formação em língua portuguesa	755	463		Empregabilidade e Igualdade de Oportunidades dos Imigrantes
	N.º de consórcios locais para o apoio a imigrantes apoiados	0	39		
	N.º de actividades locais apoiadas	60	58		
	N.º de acções de formação e iniciativas de sensibilização	0	97		
	N.º de campanhas de sensibilização da opinião pública	5			

Relatório de Execução 2008

Eixo	Indicador de realização	Quantificação			
		Execução de 2008	Meta 2007-2013		
			Meta anual (média)		Meta acumulada
	N.º de abrangidos em acções de desenvolvimento pessoal e profissional	719	4.800	Qualidade de Vida das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade	
	N.º de abrangidos em acções de integração no mercado de trabalho	0	2.900		
	N.º de acções de carácter complementar e estruturante	26			
7. Igualdade de Género	N.º de projectos promovidos por ONG / instituições sem fins lucrativos apoiados	8	84		
	N.º de empresas apoiadas para desenvolverem Planos para a Igualdade	5	17		
	N.º de pessoas abrangidas em acções de formação em Igualdade de Género	140	1.598		
	N.º de pessoas abrangidas em acções de formação em violência de género	0	141		
	N.º de mulheres abrangidas em acções de consultoria e assistência técnica à criação e desenvolvimento de micro-empresas geridas por mulheres	135	477		
	N.º de acções de Informação e Divulgação	29			

Objectivo: CONVERGÊNCIA - Apoio transitório e específico - Região do Algarve

Eixo8 (Tipologias)	Indicador de realização	Quantificação		
		Execução de 2008	Meta 2007-2013	
			Meta anual (média)	Meta acumulada
8.1. Qualificação Inicial	N.º de abrangidos em acções de dupla certificação (9º ano de escolaridade e nível II) (a)	901	340	
	N.º de abrangidos em acções de dupla certificação (12º ano de escolaridade e nível III) (a)	2.981	1.350	
	N.º de abrangidos em cursos de especialização tecnológica (nível IV) (a)	(d)	45	
8.2. Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	N.º de Centros / Equipas Novas Oportunidades apoiados	16	6	
	N.º de abrangidos em Centros Novas Oportunidades	8.070	3.900	
	N.º de adultos abrangidos em cursos de educação formação	985	585	
	N.º de adultos abrangidos em formações modulares certificadas	6.407	5.700	
8.3. Gestão e Aperfeiçoamento Profissional	N.º de empresas e outras entidades de direito privado sem fins lucrativos abrangidas em programas de formação-acção	29	170	
	N.º de activos abrangidos em acções de formação para a inovação e gestão	1.794	970	
	N.º de activos abrangidos em acções de formação para a inovação e gestão na Administração Pública	173	250	
8.6. Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social	N.º de Contratos Locais de Desenvolvimento Social apoiados	0	3	
	N.º de formandos abrangidos por programas específicos de formação	746	128	
	N.º de Contratos Territoriais para o Sucesso Educativo	0	(b)	
	N.º de Equipamentos Sociais criados/apoiados	0		29
	N.º de acções de sensibilização e informação	(c)		
	N.º de acções de educação e formação	(c)		
	N.º de formandos abrangidos em acções de formação em língua portuguesa	878	185	
	N.º de consórcios locais para o apoio a imigrantes apoiados	0	15	
	N.º de actividades locais apoiadas	4	23	
	N.º de acções de formação e iniciativas de sensibilização	0	39	

Combate à Pobreza e Exclusão Social

Educação para a Cidadania

Empregabilidade e Igualdade de Oportunidades dos Imigrantes

Relatório de Execução 2008

Eixo8 (Tipologias)	Indicador de realização	Quantificação			
		Execução de 2008	Meta 2007-2013		
			Meta anual (média)		Meta acumulada
	N.º de abrangidos em acções de desenvolvimento pessoal e profissional	392	300	Qualidade de Vida das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade	
	N.º de abrangidos em acções de integração no mercado de trabalho	0	(b)		
	N.º de acções de carácter complementar e estruturante	2	(b)		
8.7. Igualdade de Género	N.º de projectos promovidos por ONG / instituições sem fins lucrativos apoiados	0	5		
	N.º de empresas apoiadas para desenvolverem Planos para a Igualdade	1	1		
	N.º de pessoas abrangidas em acções de formação em Igualdade de Género	12	102		
	N.º de pessoas abrangidas em acções de formação em violência de género	0	32		
	N.º de mulheres abrangidas em acções de consultoria e assistência técnica à criação e desenvolvimento de micro-empresas geridas por mulheres	15	30		

Objectivo: COMPETITIVIDADE REGIONAL E DO EMPREGO - Região de Lisboa

Eixo 9 (Tipologias)	Indicador de realização	Quantificação		
		Execução de 2008	Meta 2007-2013	
			Meta anual (média)	Meta acumulada
9.1. Qualificação Inicial	N.º de abrangidos em acções de dupla certificação (9º ano de escolaridade e nível II) (a)	(d)	770	
	N.º de abrangidos em acções de dupla certificação (12º ano de escolaridade e nível III) (a)	1.387	3.000	
	N.º de abrangidos em cursos de especialização tecnológica (nível IV) (a)	480	500	
9.2. Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	N.º de Centros / Equipas Novas Oportunidades apoiados	53	10	
	N.º de abrangidos em Centros Novas Oportunidades	35.784	6.500	
	N.º de adultos abrangidos em cursos de educação formação	1.785	980	
	N.º de adultos abrangidos em formações modulares certificadas	4.771	9.500	
9.3. Gestão e Aperfeiçoamento Profissional	N.º de empresas e outras entidades de direito privado sem fins lucrativos abrangidas em programas de formação-acção	(d)	440	
	N.º de activos abrangidos em acções de formação para a inovação e gestão	2.255	2.500	
	N.º de activos abrangidos em acções de formação para a inovação e gestão na A.P.	3.525	2.500	
9.6. Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social	N.º de Contratos Locais de Desenvolvimento Social apoiados	0	7	
	N.º de formandos abrangidos por programas específicos de formação	558	270	
	N.º de Contratos Territoriais para o Sucesso Educativo	0		39
	N.º de Equipamentos Sociais criados/apoiados	0		12
	N.º de acções de sensibilização e informação	(c)		
	N.º de acções de educação e formação para a cidadania	(c)		

Combate à Pobreza e Exclução Social

Educação para a Cidadania

Eixo 9 (Tipologias)	Indicador de realização	Quantificação			
		Execução de 2008	Meta 2007-2013		
			Meta anual (média)	Meta acumulada	
	N.º de imigrantes e descendentes abrangidos em acções de formação em língua portuguesa	0	552		Empregabilidade e Igualdade de Oportunidades dos Imigrantes
	N.º de consórcios locais para o apoio a imigrantes apoiados	0	46		
	N.º de actividades locais apoiadas	8	69		
	N.º de acções de formação e iniciativas de sensibilização	0	115		
	N.º de abrangidos em acções de desenvolvimento pessoal e profissional	214	520		Qualidade de Vida das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade
	N.º de abrangidos em acções de integração no mercado de trabalho	0	(b)		
	N.º de acções de carácter complementar e estruturante	4	(b)		
9.7. Igualdade de Género	N.º de projectos promovidos por ONG / instituições sem fins lucrativos apoiados	1	12		
	N.º de empresas apoiadas para desenvolverem Planos para a Igualdade	2	2		
	N.º de pessoas abrangidas em acções de formação em Igualdade de Género	0	228		
	N.º de pessoas abrangidas em acções de formação em violência de género	0	32		
	N.º de mulheres abrangidas em acções de consultoria e assist. técnica à criação e desenv. de micro-empresas geridas por mulheres	71	17		

Notas:

- (a) de acordo com a actual classificação de níveis e qualificações ;
 (b) Este indicador não é mencionado no texto do PO, para as Regiões do Algarve e Lisboa. No entanto, elas são elegíveis ;
 (c) Indicador não alimentado pela actual estrutura do PO;
 (d) Indicador com meta quantificada no programa, mas com alimentação impedida por restrições de elegibilidade territorial.

Relatório de Execução 2008

2.1.5 Informação da execução física por grupos-alvo

Prioridade	Indicador	No ano de 2008			Valores acumulados		
		Total	H	M	Total	H	M
Eixo 1 e congéneres (Algarve e Lisboa)	Nº total de abrangidos	102.528	58.571	43.957	102.528	58.571	43.957
	Situação face ao emprego:						
	Empregados	537	395	142	537	395	142
	Desempregados	3.957	2.763	1.194	3.957	2.763	1.194
	Inactivos	98.034	55.413	42.621	98.034	55.413	42.621
	Escala etário:						
	Com idade inferior a 15 anos	5.121	3.071	2.050	5.121	3.071	2.050
	15 – 19 anos	87.171	49.550	37.621	87.171	49.550	37.621
	20 – 24 anos	9.461	5.467	3.994	9.461	5.467	3.994
	25 – 34 anos	657	402	255	657	402	255
	35 – 44 anos	87	60	27	87	60	27
	> 44 anos	31	21	10	31	21	10
Eixo 2 e congéneres (Algarve e Lisboa)	Nº total de abrangidos	426.000	182.205	243.795	426.000	182.205	243.795
	Situação face ao emprego:						
	Empregados	297.372	143.867	153.505	297.372	143.867	153.505
	Desempregados procura 1º emprego	8.352	3.283	5.069	8.352	3.283	5.069
	Desempregados (NDLD)	61.956	19.538	42.418	61.956	19.538	42.418
	Desempregados (DLD)	47.514	11.434	36.080	47.514	11.434	36.080
	Inactivos	10.806	4.083	6.723	10.806	4.083	6.723
	Escala etário:						
	< 15 anos	22	9	13	22	9	13
	15 – 19 anos	10.516	5.396	5.120	10.516	5.396	5.120
	20 – 24 anos	46.393	23.371	23.022	46.393	23.371	23.022
	25 – 34 anos	134.297	61.562	72.735	134.297	61.562	72.735
	35 – 44 anos	131.276	52.331	78.945	131.276	52.331	78.945
Eixo 3 e congéneres	Nº total de abrangidos	65.259	33.134	32.125	65.259	33.134	32.125
	Situação face ao emprego:						
	Empregados	65.259	33.134	32.125	65.259	33.134	32.125

**Relatório
de
Execução
2008**

Prioridade	Indicador	No ano de 2008			Valores acumulados		
		Total	H	M	Total	H	M
	Escala etária:						
	15 – 19 anos	747	464	283	747	464	283
	20 – 24 anos	3.890	2.301	1.589	3.890	2.301	1.589
	25 – 34 anos	20.400	10.329	10.071	20.400	10.329	10.071
	35 – 44 anos	21.400	9.967	11.433	21.400	9.967	11.433
	45 – 49 anos	8.923	4.427	4.496	8.923	4.427	4.496
	> 49 anos	9.899	5.646	4.253	9.899	5.646	4.253
Eixo 4 e congêneres	Nº total de abrangidos	114.580	38.552	76.028	114.580	38.552	76.028
	Situação face ao emprego:						
	Empregados	170	105	65	170	105	65
	Inactivos	114.410	38.447	75.963	114.410	38.447	75.963
Eixo 5 e congêneres (Algarve e Lisboa)	Nº total de abrangidos	1.941	700	1.241	1.941	700	1.241
	Situação face ao emprego:						
	Desempregados procura 1º emprego	845	298	547	845	298	547
	Desempregados (NDLD)	695	316	379	695	316	379
	Desempregados (DLD)	401	86	315	401	86	315
Eixo 6 e congêneres (Algarve e Lisboa)	Nº total de abrangidos	9.783	3.475	6.308	9.783	3.475	6.308
	Situação face ao emprego:						
	Empregados	1.119	466	653	1.119	466	653
	Desempregados	5.943	1.560	4.383	5.943	1.560	4.383
	Inactivos	2.721	1.449	1.272	2.721	1.449	1.272
	Escala etária:						
	< 15 anos	1.252	667	585	1.252	667	585
	15 – 19 anos	1.113	559	554	1.113	559	554
	20 – 24 anos	935	325	610	935	325	610
	25 – 34 anos	2.370	660	1.710	2.370	660	1.710
	35 – 44 anos	2.295	663	1.632	2.295	663	1.632
	> 44 anos	1.818	601	1.217	1.818	601	1.217
Eixo 7 e congêneres	Nº total de abrangidos	373	46	327	373	46	327
	Situação face ao emprego:						
	Empregados	230	46	184	230	46	184

Relatório de Execução 2008

Prioridade	Indicador	No ano de 2008			Valores acumulados		
		Total	H	M	Total	H	M
	Desempregados	143	0	143	143	0	143
	Escalão etário:						
	15 – 19 anos	4	0	4	4	0	4
	20 – 24 anos	78	11	67	78	11	67
	25 – 34 anos	191	24	167	191	24	167
	35 – 44 anos	70	8	62	70	8	62
	> 44 anos	30	3	27	30	3	27

Distribuição regional dos totais de abrangidos

Total de abrangidos	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4	Eixo 5	Eixo 6	Eixo 7	Total
Regiões Objectivo Convergência (Eixos 1 a 7)	96.779	368.198	58.085	114.580	1.941	(2) 7.290	274	
Algarve (Eixo 8)	3.882	15.462	(1) 2.095		0	(2) 2.016	27	721.460
Lisboa (Eixo 9)	1.867	42.340	5.780		0	(2) 772	71	

(1) Inclui 573 abrangidos da tipologia 3.1.2 e 128 da 8.3.1.2 não contabilizados no quadro anterior, para os quais não se dispunha de informação por escalão etário.

(2) Estes valores incluem 142 abrangidos na Tipologia 6.2, 11 abrangidos na Tipologia 8.6.2 e 142 abrangidos na Tipologia 9.6.2 não contabilizados no quadro anterior, dado não existir informação suficiente para a sua caracterização (F12).

2.1.6 Análise qualitativa dos resultados globais

• Análise financeira global

Durante o ano de 2008, o POPH aprovou projectos em todos os seus eixos, fazendo uma alocação de verbas que se distribuem entre os anos de 2007 a 2011, num montante global de 1.760.543.737,51 € de FSE.

Para este valor concorreram de forma evidente, e em conformidade com a própria programação financeira, os Eixos Prioritários 1 e 2, com um peso de cerca de 69,4% no total dos montantes aprovados, logo seguidos do Eixo Prioritário 4 que contribuiu com 10,7%.

Quanto à distribuição regional das aprovações destaca-se o peso da região Norte e da região Centro, respectivamente responsáveis por 46,6% e 29% dos montantes aprovados e por 77% dos projectos aprovados (5.673 projectos). As regiões de convergência representam assim 93,6% do total de aprovações e 88% do número total de projectos aprovados, seguidas de Lisboa (3,7%) e Algarve (2,7%).

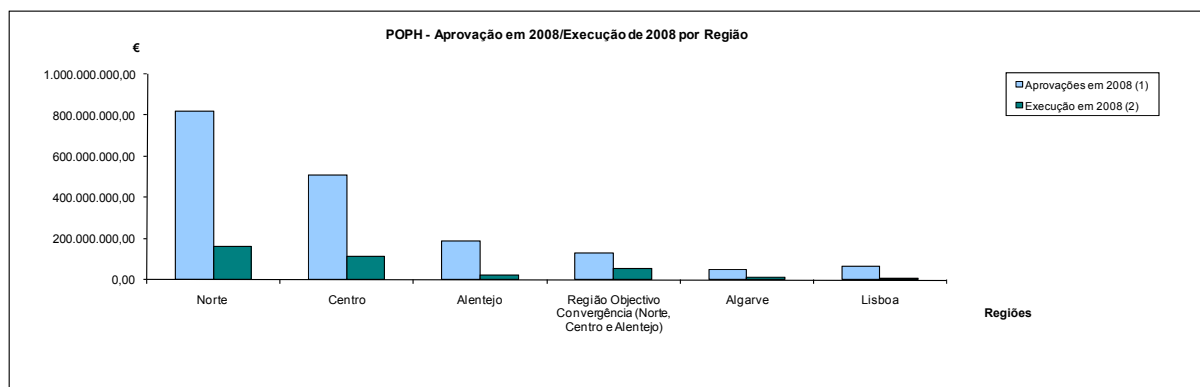
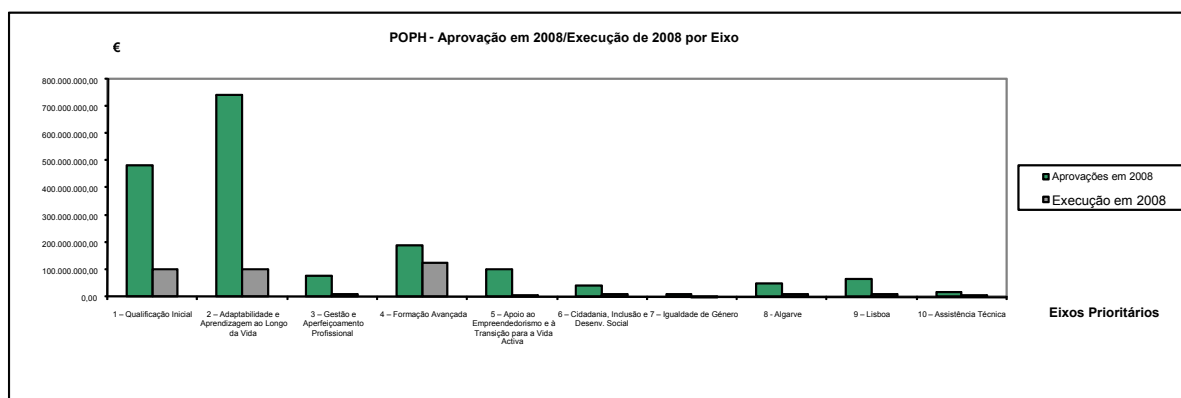
Conclui-se claramente que neste primeiro ano o programa está a actuar de acordo com os princípios da concentração e selectividade, centralizando as suas aprovações nos eixos que integram as tipologias de intervenção destinadas ao financiamento dos instrumentos de política pública especificamente concebidos para a concretização da Iniciativa Novas Oportunidades e para o combate ao desemprego e às baixas qualificações.

Do montante global de aprovações, os Organismos Intermédios do programa foram responsáveis pelo compromisso de 42.847.000,64 €. Estes montantes distribuíram-se pelos Eixo 3 (AEP - 20.831.705,45 €), Eixo 6 (IEFP e ACIDI - 9.379.625,94 €), Eixo 7 (CIG - 6.246.737,16 €), Eixo Algarve (AEP, IEFP, ACIDI e CIG - 3.228.917,11 €) e Eixo Lisboa (IEFP, ACIDI e CIG - 3.160.014,98 €).

A execução dos beneficiários finais durante o ano de 2008 aprovada até à data, ascendeu ao montante de 367.467.836,96 € de FSE. Uma vez mais dá-se particular destaque aos Eixos 1 e 2 que contribuíram com 54,1% do global dos montantes executados e ao Eixo 4 com 34,2%.

Relatório de Execução 2008

Numa análise regional, também ao nível da execução, se evidencia o peso da região Norte (44,3%) e Centro (30,2%), com as regiões de convergência globalmente a serem responsáveis por 95,4% do total da execução aprovada.



Numa análise de progresso do programa e do ponto de vista global, a taxa de compromisso (aprovações em 2008/dotação 2007-2013) do POPH durante o ano de 2008 ascendeu a 28,8%, com uma taxa de execução (execução de 2008/dotação 2007-2013) de 6% e uma taxa de realização (execução de 2008/aprovações em 2008) de 20,9%.

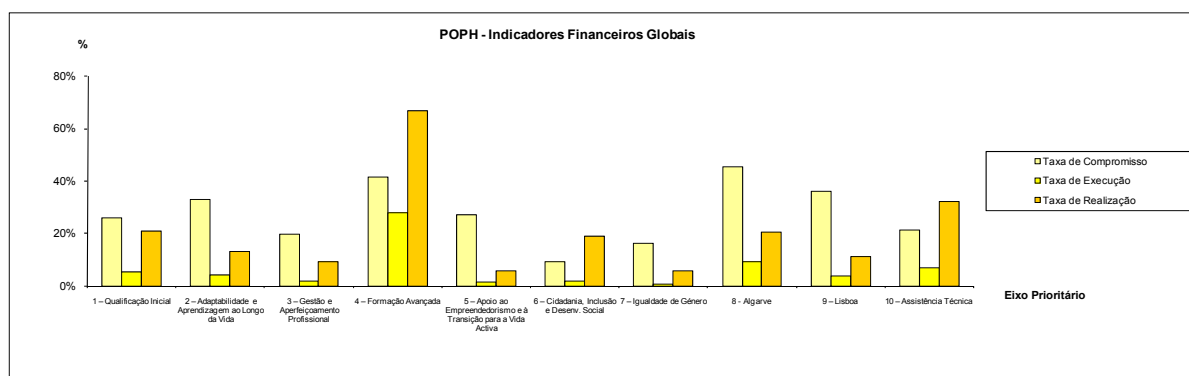
Os eixos com taxas de compromisso superiores à média do programa foram o Eixo 2 (32,9%), o Eixo 4 (41,6%) e os eixos regionais, Algarve (45,6%) e Lisboa (41,6%), estes últimos, declaradamente justificáveis, na medida em que se tratam de regiões em que o pacote financeiro é bastante limitado

Relatório de Execução 2008

face às necessidades da região. No caso particular do Algarve acresce que as dotações são degressivas ao longo do período de programação com uma concentração nos dois primeiros anos, que representam mais de 40% da dotação total para a região.

Quanto às taxas de execução evidenciam-se os Eixos 4 (27,8%) e o Eixo Algarve (9,4%), com o Eixo 1 e 2 a aproximarem-se muito da taxa de execução do programa, respectivamente, 5,4% e 4,4%.

As taxas de realização mais relevantes são as do Eixo 4 (66,7%) e do Eixo 1 (20,8%), também por serem os eixos onde se verificou uma maior recuperação da despesa executada durante o ano de 2007. Do ponto de vista regional, destacam-se a região Centro (21,8%) e a região Norte (19,8%).

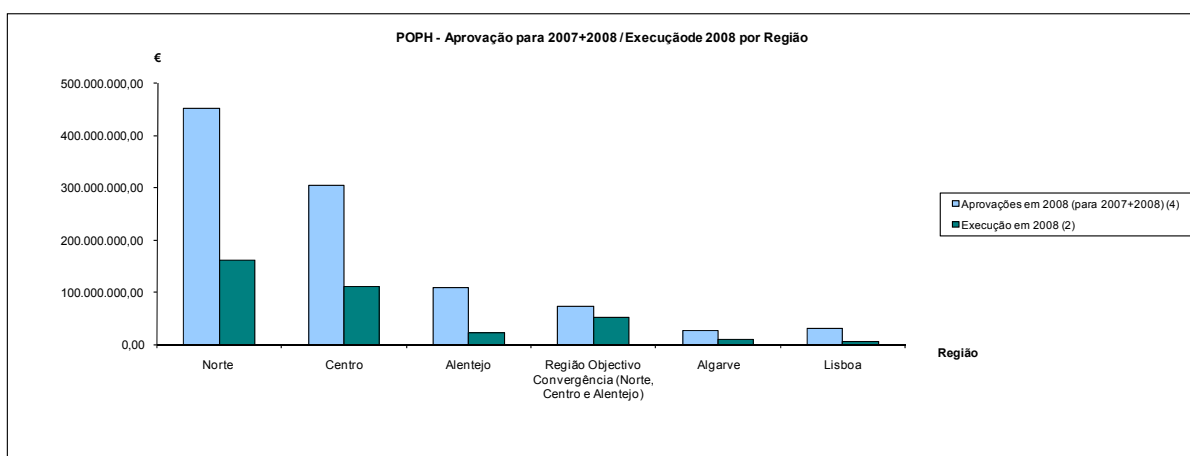
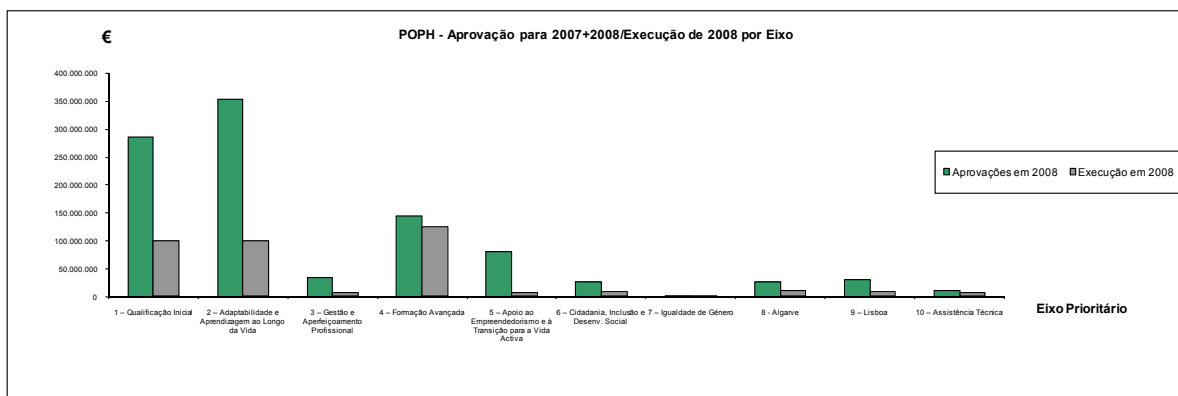


● Análise financeira anual

As aprovações respeitantes às anualidades de 2007 e 2008 ascenderam a 997.198.731,11 €. Os Eixos 1 e 2 contribuíram para este valor com cerca de 28,6% e 35,4%, respectivamente, destacando-se ainda o Eixo 4 com um peso de 14,6% no total dos montantes aprovados.

Cerca de 94,2% das verbas comprometidas concentraram-se nas regiões de Convergência, com o Norte a representar 45,3% e o Centro 30,5% das aprovações totais.

Relatório de Execução 2008



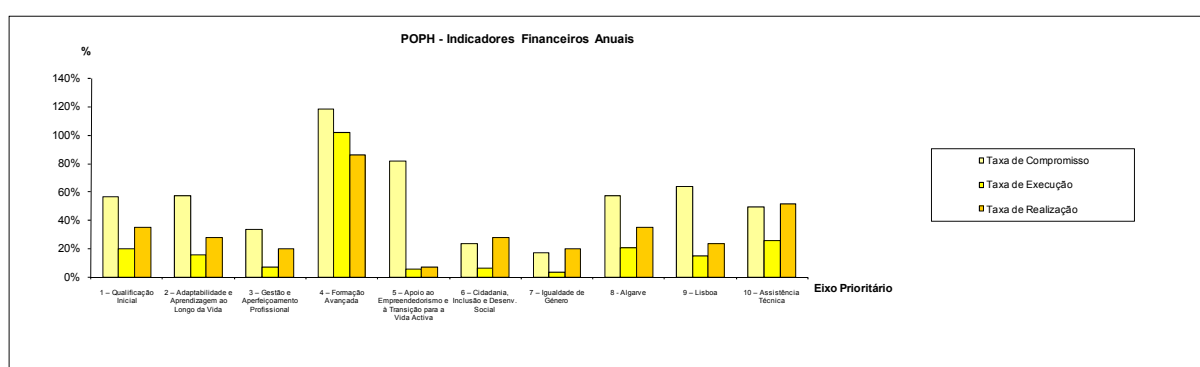
Fazendo uma análise de recorte mais fino, considerando uma perspectiva de execução anual, tendo como ponto de partida o ano, que é tratado no relatório como se do ano de 2008 se tratasse por imperativo das regras de prestação de contas, verifica-se que o progresso do programa do ponto de vista anual, na óptica da taxa de compromisso (aprovações para 2007+2008/dotação 2007+2008) ascendeu a 59,3%, com uma taxa de execução (execução de 2007+2008/dotação 2007+2008) de 21,9% e uma taxa de realização (execução de 2007+2008/aprovações para 2007+ 2008) de 36,9%.

Numa análise anualizada, os eixos com taxas de compromisso superiores às do programa foram o Eixo 4 com 118,7%, por motivos de antecipação de dotações, o Eixo 5 com 81,6% e o Eixo 9 com 63,6%.

Relatório de Execução 2008

Quanto às taxas de execução evidenciam-se os Eixos 4 (102,2%) e o Eixo Algarve (14,9%), com o Eixo 1 a aproximar-se muito da performance do programa, cifrando-se esta em 19,9%.

As taxas de realização mais relevantes são as do Eixo 4 (86,1%), do Eixo 8 (35,5%) e do Eixo 1 (35,1%).



• Análise dos temas prioritários

Segundo o Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, a intervenção dos fundos deverá ser coerente com as actividades, políticas e prioridades definidas a nível europeu através de políticas comunitárias, nomeadamente, ao nível da promoção da competitividade e criação de emprego, pelo que uma percentagem das despesas do PO, definida pelo Estado-Membro, deveria ser destinada a essas prioridades, com base em categorias de despesa estabelecidas.

O quadro do ponto 2.1.3- Informação sobre a repartição da utilização do Fundo Social Europeu por temas prioritários apresenta a repartição da contribuição comunitária por categoria de despesa relativa à execução do Programa no ano de 2008, de acordo com as prioridades temáticas estabelecidas pela União Europeia em matéria de promoção da competitividade e criação de emprego.

De acordo com a repartição indicativa da contribuição comunitária constante do texto programático do POPH, a grande maioria da despesa do PO destinada às prioridades temáticas, seria concentrada na 'melhoria do capital humano', através do co-financiamento de medidas visando aumentar a participação no ensino e formação ao longo da vida, em especial através de acções destinadas a

Relatório de Execução 2008

reduzir o abandono escolar prematuro e a segregação curricular baseada no sexo, e a aumentar o acesso ao ensino e à formação inicial, profissional e superior, bem como a sua qualidade, e também em acções destinadas ao desenvolvimento do potencial humano no domínio da investigação e da inovação, nomeadamente através de estudos de pós-graduação e da formação de investigadores e de actividades em rede entre universidades, centros de investigação e empresas.

As intervenções que visam o 'aumento da adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários', embora numa percentagem significativamente mais baixa, constituiriam, a segunda prioridade da despesa incorrida no âmbito do PO, seguida, finalmente, das acções para 'melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade'.

A análise da execução do Programa no ano de 2008, no que se refere à repartição da despesa destinada aos temas prioritários (ver gráfico) veio confirmar esta previsão, em termos globais.

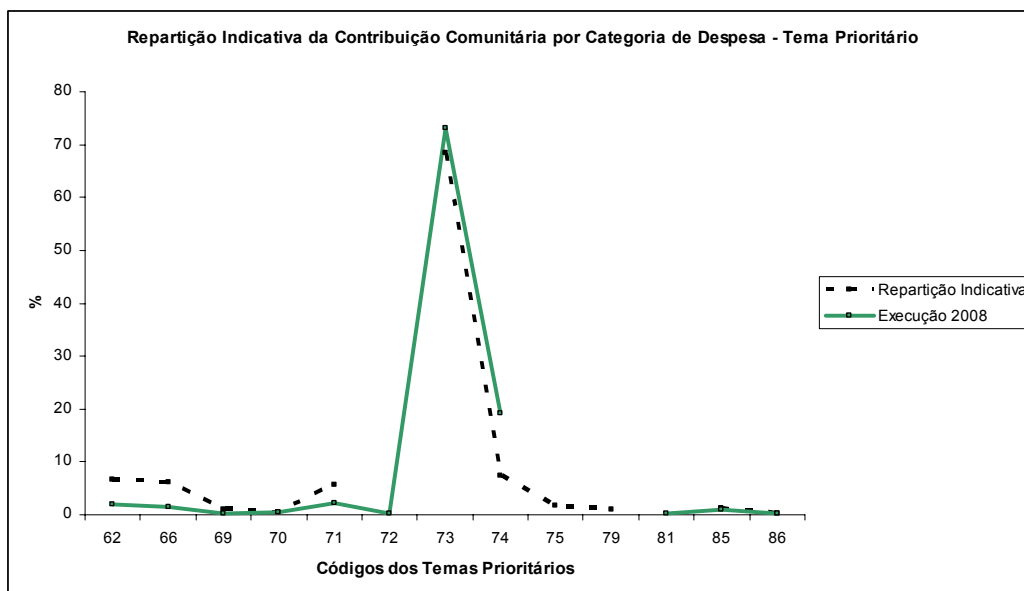
Embora a percentagem de despesa afecta às diferentes categorias seja no seu conjunto mais baixa do que a inicialmente prevista, constitui excepção a percentagem de despesa destinada à melhoria do capital humano, a qual se verifica ser, neste ano, superior à prevista, em particular as medidas para desenvolvimento do potencial humano no domínio da investigação e inovação (código 74).

Na repartição da despesa executada em 2008 pelas diferentes prioridades temáticas, verifica-se, ainda, a existência de despesa afecta a uma categoria de despesa não prevista inicialmente inserida na melhoria do capital humano e que visa a concepção, introdução e implementação de reformas nos sistemas de ensino e formação, de forma a desenvolver a empregabilidade, melhorar a pertinência para o mercado de trabalho do ensino e formação inicial e profissional e actualizar continuamente as qualificações dos formadores, tendo em vista a inovação e uma economia baseada no conhecimento (código 72).

De igual modo, no âmbito da assistência técnica, foi evidenciada a despesa destinada ao reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local, pela introdução de um código específico (Código 81).

De sublinhar ainda que não foi verificada qualquer execução em 2008 no que se refere ao investimento em infra-estruturas sociais, pelo que a contribuição para esta prioridade é nula no ano em análise.

Relatório de Execução 2008



Finalmente, esta codificação em temas prioritários conduz à identificação dos compromissos em investimentos *earmarking*, um dos elementos chave na relação entre a Estratégia de Lisboa e a Política de Coesão. *Earmarking* significa identificar áreas específicas de investimento que reforcem directamente a competitividade e a criação de emprego em investigação e inovação, em capital humano e em iniciativas empresariais, para citar apenas aquelas que cruzam com o POPH.

Em termos regulamentares estes compromissos são de 60 % das despesas, no caso do Objectivo da Convergência, e 75 % das despesas, no caso do Objectivo da Competitividade Regional e do Emprego, para todos os Estados-Membros da União Europeia tal como constituída antes de 1 de Maio de 2004.

No caso do POPH foram assumidos compromissos de maior envergadura, como se pode verificar no quadro seguinte:

	Convergência	Convergência – phasing-out Algarve	Total Convergência	Competitividade Regional e Emprego Lisboa
Total <i>earmarking</i>	344.685.663,28	9.517.331,02	354.202.994,30	7.543.041,1
Total POPH	350.187.540,30	9.606.370,80	359.793.911,10	7.673.925,86
%	98,43%	99,07%	98,45%	98,29%

Relatório de Execução 2008

• Análise sinóptica dos progressos físicos ...

Os quadros de indicadores físicos globais apresentados no ponto 2.1.4 corporizam uma síntese do grau de realização física registado no período em análise. A quantificação dos indicadores físicos é ali feita para todos os indicadores previstos no texto do Programa Operacional, à excepção dos seguintes:

- Nº de campanhas de sensibilização da opinião pública (Eixo 6 no Algarve e em Lisboa)
- Nº de acções de informação e divulgação (Eixo 7 no Algarve e em Lisboa)

Estes dois indicadores que se encontravam previstos, para além das Regiões de Convergência, no Algarve e em Lisboa. Contudo, a execução física das Tipologias que os alimentam não se encontra regionalizada atendendo à sua natureza e à reduzida relevância financeira dos seus impactos nas regiões de Lisboa e Algarve. Por outro lado, a dificuldade em determinar uma imputação regional tecnicamente sustentável justificaram a opção de manter a execução destes projectos nas regiões de convergência. Como tal, estes indicadores foram suprimidos dos quadros específicos dos Eixos 8 e 9, sendo a execução que a eles diz respeito reportada unicamente no quadro das Regiões de Convergência, pelo total.

Como é patente nos referidos quadros, existe um conjunto de indicadores para os quais não foi registada qualquer execução física. Estas situações ocorrem nas Tipologias 1.5, 2.4, 6.13, 6.11, 6.12, 6.7, 6.9, 6.3 e 7.7. Estas Tipologias ou encontram-se em preparação para o arranque, suspensa (6.7), ou simplesmente não se iniciaram a tempo de registar execução antes do final do período a que o presente relatório diz respeito.

A análise da execução física dos vários indicadores encontra-se feita de modo mais pormenorizado no ponto 3 deste relatório, no qual são recuperados, individualmente, cada um dos indicadores já quantificados nos quadros globais referidos, partindo-se depois para uma análise mais fina, ao nível das tipologias que alimentam cada um deles.

... e dos abrangidos

O quadro que consta do ponto 2.1.5 sintetiza o número de abrangidos que são apresentados, indicador a indicador, no ponto 3.1, por situação face ao emprego e por escalão etário.

Verifica-se assim que durante o ano de 2008, foram abrangidas 721.460 pessoas, das quais 365.388 (50,6%) são empregados, 130.101 (18%) desempregados e 225.971 (31,4%) inactivos.

Em termos de escalão etário, fica relevada uma preponderância dos abrangidos nos escalões etários dos 25-34 e dos 35-44 anos.

De referir que nos Eixos 4 e 5 não foi tratada, para efeitos de relatório, a informação relativa aos abrangidos por escalão etário, porquanto não foi possível recolhê-la de forma uniforme em todas as tipologias visadas.

2.1.7 Impacto na promoção da igualdade de oportunidades, sociedade de informação e política de ambiente

A promoção de igualdade de oportunidades, a sociedade de informação, bem como a protecção e melhoria do ambiente assumem importância estratégica, na medida em que, sendo áreas de natureza transversal ao programa, procuram assegurar a desejada compatibilidade com as políticas comunitárias, dando cumprimento aos Regulamentos.

A integração da perspectiva de género no âmbito do POPH corresponde a uma dimensão estratégica e a uma prioridade de política. Esta dimensão ficou enfatizada mediante a consolidação de um núcleo de competências plasmado no Eixo 7 a par da incorporação desta perspectiva numa dimensão mais operacional, evidenciada pelos projectos que materializam outras prioridades de política.

No contexto da política comunitária actual, a sociedade de informação é de igual modo uma área de intervenção transversal, pelo que o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) é de particular importância.

É conhecida a importância que as TIC e a sua valorização têm assumido no desenvolvimento sustentado do país, na perspectiva de uma sociedade mais participativa, inclusiva, inovadora e competitiva. A importância das TIC é reconhecida no Plano Tecnológico, como uma dimensão do desenvolvimento dos cidadãos e das empresas.

A protecção e melhoria do ambiente são objectivos a atingir de forma transversal a todo o programa. A compreensão desta temática relaciona-se com os princípios e objectivos do desenvolvimento sustentável e da protecção do meio-ambiente.

Relatório de Execução 2008

Neste âmbito a educação reveste-se de crucial importância como mobilizador da sociedade. Através dela aumentam os níveis de conhecimento e de consciencialização de que as políticas de desenvolvimento sócio-económico passam por uma maior e eficaz integração das políticas sociais, ambientais e económicas, na expectativa de se assegurar uma forma mais sustentável de desenvolvimento, protecção e melhoria do ambiente ao longo do tempo.

Estas três dimensões, igualdade de oportunidades, TIC e ambiente, encontram a sua expressão na formação profissional, seja em formação especialmente dirigidas nos domínios em causa, seja pela introdução de módulos específicos na formação de outras áreas.

Ventilações	Unidade	Valores
Volume de formação – IO	Horas	646.929,50
Volume de formação – TIC	Horas	4.482.971,00
Volume de formação – Ambiente	Horas	920.612,50

Tendo em conta o nº de projectos formativos com execução em 2008, num total de 4836, verifica-se um volume de formação total de 65.602.526,50 horas. Destas, 6.050.513 horas reportam-se às três áreas transversais atrás mencionadas, o que equivale a 9,22% do volume de formação total, que se distribuem por 2.148 projectos, em intensidades e combinações variadas:

- ✓ As Tecnologias de Informação e Comunicação, estiveram presentes em 1.931 projectos, num total de 4.482.971 horas, o que representa 6,83 % de volume de formação executada em 2008. Na grande maioria dos projectos referenciados, as TIC têm nos planos curriculares um carácter fraccionário. No entanto, em 87 projectos as tecnologias de informação representaram o núcleo duro da formação, ou seja, mais de 40%, sendo que noutros 120 têm um papel muito significativo, entre 30% a 40% da formação. Cabe à tipologia 3.2 – formação para a inovação e gestão a maior expressão nestes projectos com relevância de TIC, seguindo-se a tipologia 2.2 – educação e formação de adultos e a formação inicial;
- ✓ A Promoção de Igualdade de Oportunidades correspondeu a 646 929,50 horas, que incluem as que respeitam ao próprio eixo, representando assim 0,99 % horas das horas de formação do ano

de 2008. Este volume de formação distribuiu-se por 1.011 projectos, não sendo a expressão da formação em ambiente muito significativa em cada um deles;

- ✓ A Protecção e Melhoria de Ambiente correspondem 920.612,50 horas, a que equivale uma percentagem de 1,40 % da formação executada em 2008, distribuiu-se por 1.038 projectos, com expressões pouco significativas em cada um deles.

2.1.8 Informação relativa aos públicos mencionados no Artº 10º do Regulamento (CE) nº 1081/2006

Nos termos do artigo 10º do regulamento (CE) 101/2006, de 5 de Julho, o relatório de execução anual deverá conter uma síntese da execução, relevando a integração da perspectiva de género, informando das acções dirigidas ao reforço da inserção social e provisional de grupos desfavorecidos, designadamente migrantes, minorias e pessoas com deficiência e identificando as acções inovadoras, transnacionais e/ou intrer-regionais.

As duas primeiras dimensões são, particularmente relevantes no POPH, sendo que a execução do ano de 2008 permite já, identificar e quantificar as intervenções com relevo nestas áreas e que seguidamente se apresentam. A dimensão da transnacionalidade, pese embora ainda sem resultados em 2008, tem sido objecto de atenção por parte do PO, prevendo-se, a partir de 2009 a possibilidade do Programa apoiar projectos que incluam esta componente.

- ✓ Integração da perspectiva de Género

A igualdade de género corresponde a uma dimensão estratégica e a uma prioridade política totalmente assumidas pelo POPH e que se concretizam através da combinação de uma abordagem transversal que promove a integração desta perspectiva nas diferentes Tipologias de Intervenção e o apoio a um conjunto de medidas de acção positiva que se concentram no Eixo 7 (e respectivas Tipologias das regiões do Algarve e Lisboa).

A abordagem transversal passa fundamentalmente pela valorização das candidaturas que integram mecanismos que possibilitem a prossecução dos objectivos da política para a igualdade de género, critério de selecção comum a todas as Tipologias e integrado nas respectivas grelhas de análise.

As medidas de acção positiva, cuja análise será detalhada na análise da execução do respectivo Eixo, estruturam-se em 7 Tipologias de Intervenção, sendo que, todas elas, com excepção da

Relatório de Execução 2008

Tipologia que prevê o apoio a projectos de intervenção no Combate à Violência de Género, registaram execução no ano em análise. Em 2008, foi possível concretizar um conjunto significativo de aprovações, cujo reflexo, em termos de aprovações, terá impacto fundamentalmente em 2009. No entanto, importa, mesmo assim realçar os resultados de execução obtidos em 2008, traduzidos nos seguintes indicadores:

- Nº de projectos promovidos por ONG's- 9
- Nº de Planos para a Igualdade apoiados -8
- Nº formandos abrangidos em acções de formação em igualdade de género – 152
- Nº de mulheres abrangidas em acções de consultoria no âmbito do empreendedorismo feminino - 221
- Nº acções de Informação e Divulgação – 29

A abordagem da perspectiva de género, deve evidenciar de que modo as acções financiadas pelo FSE contribuem para reforçar a participação activa das mulheres nos processos do conhecimento através da formação profissional, tendentes à melhoria da sua participação no mercado de trabalho, nas oportunidades de promoção na carreira profissional e na conciliação da vida pessoal com a vida profissional. Para este efeito a utilização do indicador 'taxa de feminização', que mede a proporção das mulheres nos grupos-alvo é uma ferramenta importante a ter em consideração.

Assim, em relação à execução do ano de 2008, a taxa de feminização média situou-se na ordem dos 56%, a qual é marcada pelo eixo 2. Nos eixos 4, 5, 6 e 7 encontram-se valores superiores e no eixo 1 valor inferior. A explicitação destas taxas é dada na análise por eixo e indicador, no ponto 3.1.

✓Reforço da inserção social e integração no emprego de grupos desfavorecidos, nomeadamente imigrantes, pessoas com deficiência e outros grupos com particulares dificuldades de inserção

À semelhança da igualdade de género, também de forma transversal, várias Tipologias de Intervenção do POPH, integram, no âmbito dos critérios de selecção das respectivas candidaturas, a perspectiva da igualdade de oportunidade no acesso dos públicos mais desfavorecidos e/ou com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, sendo devidamente valoradas, na grelha de análise, as respectivas candidaturas que comprovem a existência de instrumentos que permitam assegurar este princípio.

Relatório de Execução 2008

Para além desta abordagem transversal, o POPH, no âmbito do seu Eixo 6 e respectivas Tipologias das regiões do Algarve e Lisboa, prevêem um conjunto de intervenções especificamente direccionadas para estes públicos:

- ✓ A formação para a inclusão de públicos em risco de exclusão social, que favoreça o desenvolvimento das atitudes e capacidades de aprendizagem necessárias a uma posterior inserção em acções de formação que confirmem certificação ou possibilitem uma reintegração no mercado de trabalho.
- ✓ A promoção da integração de imigrantes, através de um conjunto alargado de medidas que directa ou indirectamente favoreçam a sua integração social e profissional, como é o caso da formação em língua portuguesa, o apoio a acções de formação, informação e sensibilização de públicos estratégicos e o desenvolvimento de campanhas de sensibilização da opinião pública.
- ✓ A promoção da integração das pessoas com deficiência, quer através de acções de avaliação, orientação e formação profissional especificamente dirigidas a este público, quer através de intervenções dirigidas aos técnicos e organizações de reabilitação e comunidade em geral.

Em relação às dimensões dos grupos vulneráveis dos migrantes, minorias e pessoas com deficiência, o quadro seguinte exprime a dimensão da intervenção em cada um deles:

Tipologias de Intervenção POPH (1)	Quantificação dos abrangidos em acções destinadas ao reforço da inclusão social de grupos especialmente frágeis					
	Migrantes		Outras pessoas desfavorecidas		Pessoas com deficiência	
	H	M	H	M	H	M
6.1			1.727	4.089		
6.2					644	
6.4					14	61
6.6	313	442				
8.6.1			292	454		
8.6.2					392	
8.6.6	412	466				
9.6.1			213	345		
9.6.2					142	
9.6.4					0	72
TOTAL	1.633		7.120		1.325	

(1) Tipologias relevantes, desde que tenham registado execução física no período em análise no presente Relatório

Com excepção da formação para a inclusão, cujo grau de execução superou as expectativas, nas restantes áreas de intervenção os indicadores de realização ficaram ainda aquém do desejável. O volume de aprovações entretanto realizado, permite, todavia, antecipar que, já em 2009, o nível de realização previsto possa ser atingido ou mesmo superado.

2.1.9 Projectos promovidos pelos parceiros sociais nas regiões do Objectivo Convergência

Para efeitos de cumprimento da norma regulamentar n.º 3 do artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, logo em sede de programação foi assumido o compromisso nacional de afectar um montante financeiro indicativo de cerca de 2% da dotação atribuída às regiões do objectivo da Convergência para o período 2007-2013, destinado a apoiar projectos promovidos pelos Parceiros Sociais.

A par deste compromisso, o programa integra ainda uma tipologia de intervenção específica, no âmbito do eixo 10 – Assistência Técnica e respectivas medidas dos eixos Algarve e Lisboa, destinada a apoiar a instalação e o funcionamento das estruturas de apoio técnico à gestão e acompanhamento do programa, nomeadamente através do reforço da capacidade institucional da comissão permanente de acompanhamento e do apoio ao diálogo social.

A dotação afecta aos parceiros sociais em sede de programação destina-se, fundamentalmente, a dois tipos de intervenções: acções conjuntas promovidas pelos parceiros sociais e reforço da capacitação institucional dos parceiros sociais.

Quanto à primeira, e por se tratar de actividades relacionadas com a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas, no essencial, acções de formação promovidas pelos parceiros sociais e pelas entidades suas associadas para activos empregados ou desempregados, foi concebido um instrumento legal de acesso específico ao financiamento do programa definido em sede de Decreto Regulamentar para este efeito – a Candidatura Integrada de Formação (CIF), cujos titulares só podem ser os parceiros sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social ou, a título excepcional, outras entidades com assento no Conselho Económico e Social, equiparadas a parceiro social para este efeito.

As tipologias de intervenção em que é permitido o acesso ao programa através da candidatura integrada de formação consagram nos seus regulamentos específicos esta possibilidade.

Relatório de Execução 2008

A análise neste ponto dos projectos em causa é naturalmente sumária, porquanto estes dados, designadamente os de execução, estão integrados na análise dos indicadores, no ponto 3 do relatório, quer do ponto de vista físico, quer financeiro. Os montantes distribuem-se, essencialmente, pelas tipologias de intervenção dos Eixos 1 e 2, nomeadamente, Cursos de Educação e Formação de Jovens, Centros Novas Oportunidades, Cursos de Educação e Formação de Adultos e Formações Modulares Certificadas.

O montante associado a aprovações de candidaturas integradas de formação durante o ano de 2008 e respectiva execução aprovada pelo programa reportada ao ano de 2008, nas três regiões objectivo, foi o seguinte:

Regiões	N.º Projectos Aprovados	Aprovações em 2008			Execução em 2008		
		CT	DPT	FSE	CT	DPT	FSE
Convergência	20	61.505.311,55	61.505.311,55	43.053.718,08	2.848.799,58	2.848.799,58	1.994.159,70
Algarve	2	557.966,20	557.966,20	405.139,26	33.383,72	33.383,72	24.239,92
Lisboa	3	1.161.756,47	1.161.756,47	587.848,78	21.428,98	21.428,98	10.843,06
Total	25	63.225.034,22	63.225.034,22	44.046.706,12	2.903.612,28	2.903.612,28	2.029.242,68

O facto da execução ser muito baixa deve-se ao tardio processo de aprovações, cuja conclusão ocorreu já no início do segundo semestre de 2008, implicando que o arranque efectivo da generalidade da formação tivesse apenas lugar no último trimestre do ano.

Quanto ao segundo tipo de intervenção concebida no âmbito do eixo 10 e respectivas medidas dos eixos 8 e 9, a tipologia de intervenção 10.2., designada “Reforço da Capacitação Institucional dos Parceiros Sociais”, intenta precisamente o apoio à promoção da capacitação institucional dos parceiros sociais, que lhes permita desenvolver competências para melhor exercerem as suas responsabilidades nos domínios da política de emprego e da política social, do diálogo social europeu e da concretização dos objectivos do Fundo Social Europeu nos termos previstos no Tratado da União Europeia. Os únicos beneficiários desta tipologia de intervenção são os parceiros sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social. As condições de acesso a esta tipologia de intervenção foram estabelecidas em sede do respectivo regulamento específico.

O montante associado a aprovações de candidaturas no âmbito desta tipologia de intervenção durante o ano de 2008 e respectiva execução aprovada pelo programa reportada ao ano de 2008, nas três regiões objectivo, foi o seguinte:

Relatório de Execução 2008

Regiões	N.º Projectos Aprovados	Aprovações em 2008			Execução em 2008		
		CT	DPT	FSE	CT	DPT	FSE
Convergência	8	2.152.153,94	2.152.153,94	1.829.435,12	956.805,44	956.805,44	813.284,58
Algarve		44.312,45	44.312,45	32.175,27	19.700,44	19.700,44	14.304,49
Lisboa		111.473,50	111.473,50	56.405,59	49.558,93	49.558,93	25.076,82
Total		2.307.939,88	2.307.939,88	1.918.015,98	1.026.064,81	1.026.064,81	852.665,89

A caracterização sumária dos projectos financiados ao abrigo desta tipologia de intervenção será abordada em ponto específico deste relatório destinado à explicação da utilização da assistência técnica pelo programa.

Em suma, a participação dos parceiros sociais no ano de 2008, nas acções financiadas pelo FSE, quer através de projectos de carácter formativo propostos ao abrigo da candidatura integrada de formação, quer através de projectos destinados ao reforço da sua capacitação institucional, resume-se da seguinte forma:

Regiões	N.º Projectos Aprovados	Aprovações em 2008			Execução em 2008		
		CT	DPT	FSE	CT	DPT	FSE
Convergência	33	63.657.465,49	63.657.465,49	44.883.153,20	3.805.605,02	3.805.605,02	2.807.444,28
Algarve		602.278,65	602.278,65	437.314,53	53.084,16	53.084,16	38.544,41
Lisboa		1.273.229,97	1.273.229,97	644.254,37	70.987,91	70.987,91	35.919,88
Total		65.532.974,10	65.532.974,10	45.964.722,10	3.929.677,09	3.929.677,09	2.881.908,57

Para efeitos de cumprimento do número 3 do Artigo 5º do Regulamento (CE) n.º 1081/2006, de 5 de Julho, foi assumido logo em sede de programação que uma dotação indicativa de cerca de 2% da dotação afecta às regiões de Convergência destinar-se-ia a projectos promovidos pelos Parceiros Sociais. Neste momento, volvidos dois anos do início do período de programação 2007-2013, o POPH já cumpriu com cerca de 38% deste objectivo.

2.2 Informação sobre a conformidade com o direito comunitário

Em matéria de conformidade com o direito comunitário, relevam-se:

- as disposições relativas às regras da contratação pública previstas no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29.01, que serão observadas, com as especificidades aí previstas quando se tratar de projectos de formação profissional.

- a observância das regras ambientais nos projectos de infra-estruturas e equipamentos, para além da contratação pública.
- no âmbito da atribuição de apoios ao abrigo das regras de *minimis* previstos nas tipologias 3.1.1 e 8.3.1.1 e 7.6, 8.76 e 9.7.6., o registo em base central tal como determinado pelos Regulamentos 1535/2007, 1998/2006 e 875/2007 da Comissão.
- por fim, a legislação nacional garante a compatibilidade com a legislação comunitária em matéria da guarda dos documentos até 2020.

2.3 Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Não são de relevar quaisquer situações decorrentes do relatório anual de controlo da Autoridade de Auditoria, tanto mais que, a primeira auditoria desta autoridade apenas foi realizado no ano de 2009 (com início em finais de Março de 2009).

No ano de 2008, a Autoridade de Auditoria incidiu sobre o *Compliance Assessment* do POPH.

O exame da Autoridade de Auditoria no âmbito do *Compliance Assessment* abrangeu as autoridades de gestão, de certificação e de auditoria, o organismo designado para receber os pagamentos efectuados pela Comissão e efectuar os pagamentos aos beneficiários, bem como os seguintes organismos intermédios: Instituto do Emprego e da Formação Profissional, IP, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Direcção-Geral das Autarquias Locais e Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, IP.

O parecer inicialmente emitido em Setembro de 2008, sem reservas qualificadas, ainda assim destacava algumas insuficiências na descrição dos sistemas de gestão e de controlo em elementos secundários, designadamente ao nível dos sistemas de informação, do cumprimento da segregação de funções e dos manuais de procedimentos. Tais insuficiências foram objecto de recomendação para cumprimento, num prazo máximo até 60 dias.

Estas insuficiências foram corrigidas, tendo seguido para a Comissão Europeia em 3 de Outubro de 2008 um parecer da Autoridade de Auditoria que se deve considerar “limpo”.

Não obstante, a Comissão Europeia levantou algumas objecções sobre o posicionamento no quadro da concessão de apoios de alguns organismos, os quais estavam previstos na legislação nacional, nomeadamente no artigo 65º do Decreto-Lei nº 312/2007, de 17.09, sendo por isso designados de BREP.

É neste quadro referencial que surgem os Organismos Responsáveis pela Execução de Políticas Públicas (OREPP), que co-habitam, por vezes, com o anterior no seio de um mesmo organismo público.

O fecho deste processo ocorreu em 12 de Fevereiro de 2009, data em que a Comissão Europeia comunicou à Autoridade de Auditoria a aceitação dos documentos de avaliação da conformidade. Este procedimento foi dado como condição prévia para a execução do primeiro pagamento intermédio previsto no artigo 85º do Regulamento (CE) nº 1083/2006.

2.4 Mudanças no contexto da implementação do programa operacional

(Fonte: GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento do MTSS)

O nível da actividade económica em Portugal, quando medido pelo PIBpm em valores reais, registou uma variação nula na média do ano de 2008, observando-se, assim, um abrandamento face a 2007 (1,9%). Este comportamento foi mais desfavorável do que o observado no conjunto da UE27, cujo PIB real cresceu 0,9%, muito embora, também, tenha desacelerado face ao ano anterior (2,9%).

O ano de 2008 saldou-se, em Portugal, por um aumento de 1%, em termos homólogos, da procura interna (1,6% no ano anterior), tendo a formação bruta de capital contribuído fortemente para esta desaceleração, dado ter tido uma evolução homóloga anual de -0,1% (cresceu 3,2% no ano transacto). Por seu lado, as despesas de consumo final registaram um acréscimo de 1,4%, em termos reais, ligeiramente acima do resultado alcançado no ano anterior (1,2%), devido ao crescimento das despesas de consumo das famílias residentes e das instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (1,6%, à semelhança do ano anterior), enquanto a evolução das despesas da administração pública foi de 0,5% (variação nula em 2007). O contributo da procura externa líquida (-1,1%) resultou da diminuição das exportações de bens e serviços (-0,5%, após crescimentos de 7,5% e 8,7% nos dois anos anteriores), enquanto as importações registaram uma variação positiva (2,1%, após acréscimos também mais elevados nos dois anos anteriores de 5,6% e 5,1%).

Relatório de Execução 2008

Associada à evolução do PIB português em 2008, o emprego, na óptica das Contas Nacionais, em termos homólogos, cresceu 0,4% no ano, implicando que a produtividade média do trabalho tenha decrescido 0,4%. Por sua vez, e segundo os dados do Inquérito ao Emprego do INE, a taxa de desemprego passou de 8,0% em 2007 para 7,6% em 2008. Este decréscimo da taxa de desemprego, em 2008 (-0,4p.p.), relativamente a 2007 deu-se num quadro de criação líquida de emprego (+ 28 100 trabalhadores) e de ligeiro aumento da população activa (0,1%). Na UE27, a taxa de desemprego subiu, situando-se em 7.7% em 2008 (7,1% no ano transacto).

A evolução do emprego neste período levou a que a taxa de emprego global passasse de 67,8%, em 2007, para 68,2%, em 2008, mostrando um aumento de 0,4p.p.. Este valor coloca a Portugal um desafio exigente para atingir a meta fixada pela Cimeira de Lisboa, dado que a taxa de emprego terá de aumentar pelo menos 1,8p.p. até 2010 (70%).

No que respeita à evolução sectorial do emprego nos dois últimos anos (2007 e 2008), tem sido o sector dos Serviços a contribuir para a criação líquida de emprego (3%), conjugado com uma perda de empregos nos restantes grandes sectores de actividade (-1% no sector primário e -3,5% no sector secundário), reforçando-se, assim, a tendência para a terciarização da economia portuguesa, à semelhança do que tem sucedido na generalidade dos países da UE.

O aumento do emprego, em 2008, nos Serviços não se estendeu a todas as regiões, constituindo o Alentejo a excepção. O volume de emprego do sector da Indústria, que diminuiu em 2008, apenas aumentou nos Açores. O sector primário reduziu-se nas regiões do Centro, Lisboa, Alentejo e Madeira.

Se, em Portugal, 77,6% da população empregada em 2002 (ou seja, 3986,9 mil pessoas) possuía no máximo o 3º ciclo do actual ensino básico, esta percentagem situa-se nos 69,8% em 2008. O peso dos trabalhadores com o ensino superior, nos últimos anos, tem vindo sempre a aumentar, passando de 8,9% em 1998 para 14,9% em 2008. O emprego dos trabalhadores com o ensino secundário, tal como, com o ensino superior tem vindo também a registar sempre variações homólogas positivas.

A evolução do emprego segundo as qualificações/habilitações, com excepção do ano 2004, foi acompanhado por um crescimento relativo mais acentuado do desemprego nos segmentos da população com o ensino secundário e, em particular, com o ensino superior. Se, em 2007, o desemprego aumenta mais significativamente para os possuidores do ensino superior (+22.5%) e diminui para os detentores do ensino secundário (-4%), em 2008, o desemprego diminuiu em todos

os níveis de ensino, ou seja, -5,7% para o ensino básico, -2,2% para o secundário e -2,9% para o superior. O comportamento, verificado entre 2007 e 2008 é coerente com a evolução da população empregada por níveis de escolaridade nesses mesmos anos. Continuam a ser os desempregados com um nível de escolaridade até ao 3º ciclo do ensino básico, aqueles que predominam claramente na estrutura do desemprego (71,4% em 2007 e 70,7% em 2008).

De 2007 para 2008, o comportamento da taxa de desemprego não foi análogo em todas as regiões (NUT II), assumindo uma expressão crescente na região do Alentejo (0,6p.p.), no Algarve (0,3p.p.) e nos Açores (1,1p.p.). A análise regional indica, ainda, que as taxas de desemprego mais elevadas foram observadas no Alentejo (9%), no Norte (8,7%) e em Lisboa (8,2%), onde assumiram valores superiores ao da média nacional. Foi na região autónoma da Madeira que se verificou a taxa mais baixa (4,5%).

Até 2007, o comportamento da taxa de desemprego entre géneros não apresentou diferenças assinaláveis, pois embora a evolução do emprego tivesse sido positiva no caso das mulheres, constatávamos também que a respectiva população activa crescia a um ritmo mais intenso. Esta situação levou ao aumento do diferencial entre a taxa de desemprego feminina e a masculina (2,5p.p. em 2006 e 3,0p.p. em 2007, por exemplo). No entanto, em 2008, com a estabilização do volume da população activa feminina e o crescimento da população empregada, a taxa de desemprego das mulheres baixou 0,8p.p., fazendo diminuir o diferencial entre homens e mulheres, que se situou nos 2,3p.p..

A taxa de desemprego juvenil passou dos 16,6% em 2007 para os 16,4% em 2008 (20,2% raparigas). Esta diminuição da taxa de desemprego entre os jovens está aliada a uma quebra da respectiva população activa juvenil (-2,1%) e em simultâneo, com a diminuição da população empregada jovem (-1,9%), no mesmo período. Estes factos confirmam as dificuldades acrescidas de entrada no emprego por parte dessa população, como já foi referido. No entanto, deve-se também referir que a duração do desemprego jovem é em regra menor do que noutros segmentos da população desempregada e que o seu peso no desemprego total tem vindo a reduzir-se sistematicamente nestes anos – em 2001 atingia quase 30%, em 2006 situava-se nos 20,7% e em 2008 fixou-se nos 19,5%.

De sublinhar também a evolução do desemprego entre activos mais velhos, designadamente com mais de 55 anos, passou de cerca 40,8 mil em 2006 para 45,5 mil em 2008. Esta situação coloca, na maior parte dos casos, problemas acrescidos de reinserção profissional destes desempregados, dado

aliarem simultaneamente dois fortes “*handicaps*” ao seu retorno ao mercado de trabalho: a idade e, em regra, as baixas qualificações. O crescimento da taxa de desemprego dos mais idosos (55 a 64 anos), ainda assim com valores relativamente baixos, embora tenha aumentado 0,1p.p. de 2007 para 2008 (6,5% e 6,6%, respectivamente), reflecte os seus problemas específicos de sustentabilidade no emprego, nomeadamente devido às reestruturações, às deslocalizações e ao défice de qualificações certificadas que afecta de modo mais intenso essa população.

Em 2008, a diminuição global do desemprego, incidiu em particular em segmentos da população activa com maiores dificuldades de reentrada no mercado de trabalho, nomeadamente, as mulheres (-7,6%), os jovens (-2,8%) e os desempregados de longa duração (-3,2%). No entanto, refira-se que, neste último ano, a relação entre o desemprego de longa duração e o desemprego total, passou de 48,9% em 2007 (49,2% nos homens e 48,7% nas mulheres) para 49,8% em 2008 (50,5% nos homens e 49,2% nas mulheres).

2.5 Alteração substancial na aceção do artigo 57º do Regulamento (CE) nº 1083/2006

Em relação à durabilidade das operações para além de 2020, só o curso normal da execução do programa determinará o apuramento de eventuais casos, que serão identificados nos relatórios de execução anual à medida que forem surgindo, bem como acompanhada a sua evolução processual.

2.6 Complementaridade com outros instrumentos

As dotações das tipologias de intervenção em que se aplica o mecanismo de flexibilidade inter-fundos, foram fixadas, já em sede de execução do Programa, no cumprimento dos limites estabelecidos pelo n.º 2 do artigo 34º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, e pelo n.º 6 do artigo 3º do Regulamento (CE) n.º 1080/2006, de 5 de Julho, tendo igualmente sido regulamentadas as condições de acesso ao financiamento, através de regulamento específico:

- Tipologia de intervenção 1.5. “Reequipamento dos estabelecimentos de ensino”;
- Tipologia de intervenção 2.4. “Reequipamento e consolidação da rede de centros de formação”;

**Relatório
de
Execução
2008**

- Tipologia de intervenção 6.12./8.612./9.612. “Apoio ao investimento a respostas integradas de apoio social”.

Estes regulamentos respeitam as orientações contidas no Regulamento Geral Nacional do FEDER.

No ano de 2008 as tipologias de intervenção referenciadas não tiveram execução.

No âmbito do eixo 10 – Assistência técnica, apenas são elegíveis despesas tipo FEDER para os projectos promovidos pela própria autoridade de gestão para o financiamento do seu funcionamento no âmbito das suas competências. Neste caso, a estrutura de rubricas financeiras desenhada no sistema de informação do programa (SIIFSE) para este tipo de projectos obriga à individualização das despesas tipo FEDER, sendo que estas despesas são monitorizadas em sede de execução no princípio do cumprimento do limite fixado pelo regulamento comunitário, como poderá ser confirmado no ponto 2.1.2 deste relatório.

Noutra vertente da complementaridade dos instrumentos realça-se a articulação entre alguns projectos apoiados no Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC) com outros apoiados no POPH. Como exemplos emblemáticos desta articulação cita-se o processo de modernização e simplificação administrativa, com a introdução do Cartão do Cidadão, Casa Pronta e Documento Único Automóvel. Nestes, a candidatura ao desenvolvimento da componente de infraestrutura tecnológica titulada pelo Instituto dos Registos e Notariado foi apoiada pelo POFC e o apoio à formação dos funcionários dos diferentes organismos que utilizam estas novas ferramentas foi assegurado pelo POPH em candidaturas promovidas pelos sindicatos do sector.

2.7 Modalidades de acompanhamento

A **Comissão de Acompanhamento** do POPH é composta pelo Gestor, que preside, e por três categorias de membros:

- Membros com direito a voto;
- Membros com estatuto consultivo, sem direito a voto;
- Membros com estatuto de observador, sem direito de voto.

O Presidente da Comissão de Acompanhamento poderá ainda convidar para participar nos trabalhos personalidades de reconhecido mérito, vocacionadas para apoiar tecnicamente a Comissão de Acompanhamento no exercício das suas competências.

O Regulamento da Comissão de Acompanhamento prevê a realização de pelo menos uma reunião anual, tendo por objectivo dar conta aos seus membros da evolução do Programa e também a tomada de decisões relativas à execução do PO no âmbito das competências desta Comissão, de acordo com o Regulamento (CE) 1083/2006.

No dia 5 de Novembro de 2007, teve lugar a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento do POPH, na qual participaram activamente todos os seus membros. Nesta reunião, foi efectuada uma breve apresentação geral do Programa, identificando os seus vectores estratégicos, os respectivos eixos prioritários e as principais metas financeiras e físicas. Foi, ainda, aprovado o Regulamento Interno da Comissão de Acompanhamento, e as 38 grelhas de critérios de selecção relativos aos Regulamentos Específicos de igual número de tipologias de intervenção.

A segunda reunião da Comissão de Acompanhamento realizou-se no dia 4 de Dezembro de 2008, tendo participado todos os seus membros. Nesta reunião, foi efectuada um ponto de situação do Programa, o qual permitiu passar em revista aspectos de execução física e financeira, com desagregação da informação por eixo prioritário e tipologia de intervenção, regiões de convergência, Lisboa e Algarve. Foram, também, abordadas questões de natureza estratégica e aspectos relacionados com a própria infra-estrutura do POPH, tendo a exposição terminado com a apresentação de um balanço sintético sobre o trabalho desenvolvido no Programa.

Em **matéria de avaliação**, em 2008, no âmbito das responsabilidades atribuídas à Autoridade de Gestão do POPH foi elaborado o “Plano de Avaliação do POPH”, que tem como objectivo principal identificar os diversos exercícios de avaliação a desenvolver no período 2007-2013, bem como a informação a produzir nos mesmos, e que integra o “Plano Global de Avaliação do QREN”. O Plano de Avaliação foi objecto de aprovação pela Comissão Ministerial de Coordenação do POPH, em Novembro de 2008.

No que se refere à operacionalização da avaliação do POPH, e de acordo com o estabelecido no Plano de Avaliação referido atrás, cabe, igualmente, à Autoridade de Gestão a responsabilidade pela execução das avaliações *on going* - operacional, temáticas e intercalar - no âmbito do POPH.

Neste contexto, foram iniciados, ainda em 2008, os trabalhos de preparação com vista ao lançamento dos procedimentos de contratação pública referentes à “Avaliação da Operacionalização do POPH, no contexto da Operacionalização do QREN - período 2007-2013”, a realizar em 2009, e que visa abranger, especificamente, a avaliação da operacionalização das Tipologias de Intervenção 1.4, 2.3 e 3.2 do POPH. Os trabalhos já desenvolvidos incluíram a elaboração dos termos de referência e as especificações técnicas dos estudos a promover, de acordo com as “Orientações Gerais para a Implementação dos Planos de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais”, emanadas pelo Observatório do QREN, com o contributo dos diferentes Programas Operacionais.

O lançamento dos procedimentos de contratação pública dos estudos de “Avaliação da Operacionalização do POPH, no contexto da Operacionalização do QREN - período 2007-2013” deverá ter lugar no decurso do 2º trimestre de 2009, prevendo-se a conclusão dos exercícios de avaliação até ao final do 4.º trimestre do mesmo ano.

Também no ano de 2008, foi aprovada e lançada, a primeira avaliação temática no âmbito do POPH, que consiste no “Estudo de Avaliação e Acompanhamento das Reformas dos Ensinos Básico e Secundário”, com o objectivo de fornecer indicações práticas e os instrumentos necessários à monitorização destas medidas e à introdução dos ajustamentos necessários à sua implementação e eventual melhoria através da observação do conjunto de reformas implementadas nos sistemas de educação e formação e da verificação da forma como se estão a reflectir no terreno.

A realização do estudo de avaliação foi adjudicada, já no decurso de 2009, ao Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa (ISCTE).

3. Execução por eixo prioritário

3.1 Análise da execução dos eixos prioritários 1, 8, 9

O Eixo Prioritário “Qualificação Inicial” tem como objectivo elevar a qualificação dos jovens, promovendo a sua empregabilidade e a adequação das suas qualificações às necessidades do

**Relatório
de
Execução
2008**

desenvolvimento sustentado, de aumento da competitividade e de coesão social da economia portuguesa.

As intervenções apoiadas assumem uma articulação directa com os objectivos e a estratégia da iniciativa Novas Oportunidades no que concerne à qualificação dos jovens, destacando-se a opção de fazer do 12º ano o referencial mínimo de escolaridade para todos e procurar garantir que as ofertas profissionalizantes de dupla certificação passem a representar metade das vagas em cursos de educação e formação que permitam a conclusão do Ensino Secundário.

Constituem objectivos gerais deste Eixo Prioritário combater o insucesso e o abandono escolar precoce, prevenir a entrada de jovens com baixas qualificações no mercado de trabalho, promover o nível secundário como patamar mínimo de qualificação para os jovens, promover ofertas de formação de dupla certificação (integrando os objectivos de qualificação e inserção profissional e/ou o prosseguimento de estudos), valorizar o ensino pós-secundário não superior e a qualificação de nível 4, promover a empregabilidade dos jovens, e contribuir para a Igualdade de Oportunidades entre ambos os sexos.

O eixo estrutura-se em três linhas de intervenção estratégica:

- Acções de dupla certificação de Nível II
- Acções de dupla certificação de Nível III
- Cursos de nível pós-secundário não superiores conferentes de nível IV

➔ Acções de dupla certificação de Nível II

Em sede de programação do POPH previa-se o desenvolvimento de ofertas diversificadas de nível II (Aprendizagem, Cursos de Educação e Formação de Jovens e Cursos Profissionais), porém, aquando da operacionalização dos instrumentos de implementação, nomeadamente na elaboração dos respectivos Regulamentos Específicos, foi opção estratégica limitar a intervenção de nível II aos Cursos de Educação e Formação de Jovens, com excepção dos Cursos Profissionais conferentes de nível II nas áreas artísticas (área de formação 212).

Relatório de Execução 2008

A referida opção teve por base essencialmente objectivos de concentração em ofertas conferentes de nível secundário de qualificação enquanto linha mestra da Iniciativa Novas oportunidades, que visa estabelecer o 12º ano como patamar mínimo de qualificação da população portuguesa.

Neste contexto, os Cursos de Educação e Formação de Jovens, enquanto instrumento central na certificação de nível II, visam apoiar percursos educativos, profissionalmente qualificantes, destinados preferencialmente a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram a escola antes da conclusão da escolaridade obrigatória.

Esta intervenção assume assim uma articulação directa com os objectivos e a estratégia inscrita na Iniciativa Novas Oportunidades ao nível da qualificação de jovens, nomeadamente no que se refere ao combate ao insucesso escolar e à saída precoce do sistema de educação e de formação, visando a conclusão, com sucesso, da escolaridade obrigatória, a par da obtenção, em simultâneo, de uma qualificação profissional nível II.

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de formandos abrangidos em acções de dupla certificação (9º ano de escolaridade e nível II)	TI 1.3	21.557	21.557	25.600
	TI 1.2 (*)	1.787	1.787	
	TI 8.1.3	901	901	340
	Total	24.245	24.245	

(*) Cursos Profissionais conferentes de nível II (na área de formação 212)

Da análise do indicador “n.º de formandos abrangidos em acções de dupla certificação (9.º ano de escolaridade e nível II)” verifica-se que nas regiões que integram o Objectivo da Convergência (Norte, Centro e Alentejo) os formandos abrangidos no ano 2008 correspondem a 91% da meta anual definida.

No que respeita à região do Algarve, a meta foi largamente superada, a que não é alheio o crescimento exponencial da oferta formativa relativamente aos anos anteriores, em resultado da forte implementação da medida governativa de diversificação das ofertas formativas, sobretudo relevantes enquanto instrumentos de conclusão da escolaridade básica.

Salienta-se que os quadros que se seguem e a respectiva análise respeitam exclusivamente às tipologias 1.3 e 8.1.3, correspondendo a um universo de 22.458 abrangidos. A referência às acções de dupla certificação de nível II da tipologia 1.2 – Cursos Profissionais, que eleva a execução total

Relatório de Execução 2008

deste indicador para o conjunto das regiões Convergência e Algarve para 24.245 formandos, visou apenas contextualizar o grau de aproximação à meta definida para o indicador. Todavia, a análise detalhada do grupo de formandos destacado está incorporada na respectiva tipologia de intervenção (1.2), considerando a dificuldade de desagregação da informação atinente ao nível de todas as ventilações identificadas.

Fluxos	No ano de 2008									Valores acumulados desde o início			
	Total	H	M	Pessoas que entram		Pessoas que saem		Abrangidos		Pessoas que entram		Pessoas que saem	
				H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Nº total de formandos	22.458	14.471	7.987	n.d	n.d	2.381	1.410	14.471	7.987	n.d	n.d	2.381	1.410

Da análise da distribuição dos formandos abrangidos por género, ressalta uma clara predominância do género masculino, o que pode ser justificado pelo próprio grupo-alvo desta oferta. De facto, historicamente verifica-se uma maior taxa de insucesso e risco de abandono escolar precoce na população masculina. Neste contexto, verifica-se que as vias profissionalizantes são genericamente mais procuradas pela população do género masculino, que, vivenciando com mais frequência experiências de insucesso escolar, procura nas vias profissionalizantes uma alternativa de sucesso para cumprimento da escolaridade obrigatória, valorizando também a possibilidade de iniciar uma qualificação profissional.

Ventilações	No ano de 2008			Valores acumulados desde o início		
	Total	H	M	Total	H	M
Situação face ao emprego:						
Desempregados	1.072	732	340	1.072	732	340
Inactivos	21.386	13.739	7.647	21.386	13.739	7.647
Total	22.458	14.471	7.987	22.458	14.471	7.987
Escalão etário:						
Com idade inferior a 15 anos **	3.126	2.100	1.026	3.126	2.100	1.026
Jovens (15 – 19)	18.560	11.983	6.577	18.560	11.983	6.577
Jovens (20 – 24)	711	362	349	711	362	349
Grupo etário (25 – 34)	57	23	34	57	23	34

Relatório de Execução 2008

Ventilações	No ano de 2008			Valores acumulados desde o início		
	Total	H	M	Total	H	M
Grupo etário (35 – 44)	2	2	0	2	2	0
Com idade superior a 44 anos	2	1	1	2	1	1
Total	22.458	14.471	7.987	22.458	14.471	7.987
Por região:						
Região Norte	13.770	8.792	4.978	13.770	8.792	4.978
Região Centro	5.897	3.893	2.004	5.897	3.893	2.004
Região Alentejo	1.890	1.191	699	1.890	1.191	699
Região Algarve	901	595	306	901	595	306
Total	22.458	14.471	7.987	22.458	14.471	7.987

(**) Cursos Profissionais conferentes de nível II (na área de formação 212)

No que respeita à situação face ao emprego dos formandos abrangidos, os dados traduzem a implicação de diferentes operadores no terreno, cuja actuação e respectiva relação com os formandos situa-se a diferentes níveis.

Por um lado, a oferta formativa ministrada pelos estabelecimentos de ensino tutelados pelo Ministério da Educação intervém no contexto de percursos escolares profissionalizantes, envolvendo alunos do ensino básico, constituindo-se fundamentalmente como instrumento de combate ao insucesso e consequente abandono escolar precoce. Neste contexto, os formandos abrangidos são considerados inactivos, nos termos da nomenclatura estatística.

Por outro lado, a formação desenvolvida pela rede de estabelecimentos tutelados ou autorizados pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade Social envolve essencialmente formandos que, tendo abandonado o contexto escolar, procuram retomar o seu percurso de qualificação com vista à conclusão da escolaridade obrigatória através de cursos que conferem uma dupla certificação. Neste contexto, os formandos abrangidos são considerados desempregados.

A predominância de formandos inactivos resulta do esforço que os estabelecimentos de ensino têm vindo a desenvolver em matéria de combate ao insucesso e ao abandono escolar dada a elevada taxa registada no nosso País (a maior da Europa Comunitária), tentando assim recuperar uma importante contingente dos nossos jovens que abandonam o sistema de educação e de formação sem a conclusão da escolaridade básica.

Relatório de Execução 2008

Em termos de caracterização dos formandos por grupo etário, verifica-se a predominância da faixa etária até aos 19 anos, representando 96,5% do total dos formandos abrangidos, em linha com o público-alvo deste tipo de oferta formativa.

Analisando a distribuição dos formandos por região, constata-se que a região Norte apresenta um maior peso (61%), seguida da região Centro (26%), enquanto a região do Algarve é a que apresenta um menor número de formandos. Esta distribuição está em linha com a caracterização demográfica do nosso país, em termos das coortes etárias alvo da intervenção.

Ventilações	Unidade	Valores
Volume de formação – Horas totais	Horas	8.774.551
Volume de formação – Horas sala	Horas	8.343.471
Volume de formação – Horas PCT	Horas	431.081

No que concerne ao volume de formação registado no período em análise, conclui-se que as horas correspondentes às Práticas em Contexto de Trabalho (PCT) têm um peso reduzido (5%), face ao volume de formação total apurado.

Esta situação deve ser contextualizada, uma vez que as componentes formativas estão curricularmente definidas em termos de carga horária obrigatória. Paralelamente, é de realçar que nas ofertas ministradas pelos estabelecimentos de ensino, organizadas em ano lectivo, a componente prática (PCT) ocorre normalmente no último período lectivo, pelo que não assume ainda expressão significativa

no

presente

relatório.

Relatório de Execução 2008

Un: euros

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira com as acções de dupla certificação (9º ano de escolaridade e nível II)	TI 1.3	24.351.365,48	21.888.141,21	21.866.533,33	21.607,88
	TI 8.1.3	394.009,68	302.691,59	302.691,59	0,00
	Total	24.745.375,16	22.190.832,8	22.169.224,92	21.607,88

Analisando a execução financeira relativamente a esta Tipologia de Intervenção, constata-se que a despesa aprovada pela Autoridade de Gestão representa cerca de 90% das despesas apresentadas pelas entidades nas regiões Objectivo Convergência e cerca de 77% na região do Algarve, sendo de salientar que as quebras resultam essencialmente da aplicação da legislação enquadadora dos apoios concedidos.

Em termos da distribuição regional da despesa aprovada pela Autoridade de Gestão, o Norte destaca-se das restantes regiões, com um peso de 66,7% do total aprovado. Segue-se a Região Centro, à qual correspondeu uma representatividade de 25,5% de toda a despesa aprovada. As regiões do Alentejo e do Algarve assumem aqui um peso residual (6,5% e 1,3%, respectivamente).

➔ Acções de dupla certificação de Nível III

À semelhança do já referido anteriormente relativamente às formações de nível II, também no que se refere às ofertas formativas conferentes do nível secundário foram tomadas opções estratégicas em sede de operacionalização dos instrumentos de intervenção, respeitando a matriz fundamental de cada oferta.

Concretizando, foram identificadas como ofertas chave de nível III os Cursos de Aprendizagem e os Cursos Profissionais, onde se incluem naturalmente os cursos ministrados pelas Escolas de Hotelaria e Turismo.

Relatório de Execução 2008

Indicador (global)	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de formandos abrangidos em acções de dupla certificação (12º ano de escolaridade e nível III)	TI 1.1 + 1.2(*)	72.079	72.079	102.000
	TI 8.1.1 + 8.1.2	2.981	2.981	1.350
	TI 9.1.2	1.387	1.387	3.000
	Total	76.447	76.447	

(*) Totalidade da Tipologia 1.2, deduzida dos abrangidos em Cursos conferentes de nível II, na área de formação 212 (1.787 formandos), que para efeitos de indicador foram adicionados aos da tipologia 1.3.

Da análise do indicador formandos abrangidos em acções de dupla certificação de nível III – Sistema de Aprendizagem e Cursos Profissionais, conclui-se que 94% dos formandos se enquadram nas regiões do Objectivo de Convergência, e que em 2008 apesar do crescimento verificado, a execução traduziu-se em 74% da meta definida para o conjunto daquelas 3 regiões, o que é explicado pela opção tomada no sentido de não apoiar os CEF's de nível III.

Considerando a meta anual média definida para a região do Algarve, verifica-se que esta é ultrapassada largamente, situação decorrente da expansão da oferta de Cursos Profissionais nas Escolas Secundárias no período em análise, traduzindo uma opção de clara antecipação dos objectivos de política educativa – da população escolar a frequentar o ensino secundário, 50% corresponder à frequência de vias profissionalizantes, o que se justifica face aos limitados recursos FSE disponíveis para a região.

Quanto à execução registada para este indicador na Região de Lisboa, decorrente exclusivamente do apoio aos Cursos Profissionais ministrados por Escolas Secundárias, a realização física no ano traduziu-se em 1.387 formandos abrangidos, o que significa 46% da meta anual média estabelecida, resultado que igualmente decorre das opções tomadas em sede de implementação dos apoios.

Indicador	Tipologias	2008	Valores acumulados
Nº de formandos abrangidos em acções de dupla certificação do sistema de aprendizagem (12º ano de escolaridade e nível III)	1.1	1.730	1.730

Relatório de Execução 2008

A tipologia de intervenção 1.1 - Sistema de Aprendizagem visa o apoio de cursos de formação inicial de jovens tendo em vista aumentar a sua empregabilidade face às necessidades do mercado de trabalho e possibilitar a progressão escolar e profissional. Trata-se de uma modalidade de formação de dupla certificação que confere em simultâneo o nível III de formação e uma habilitação escolar de nível secundário.

Os cursos de Aprendizagem são desenvolvidos pelos Centros de Formação Profissional e Centros de Gestão Participada do Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP e outras entidades formadoras devidamente certificadas, e são caracterizados pelo regime de alternância entre o contexto de formação e o contexto real de trabalho, no qual assume particular relevância o papel das empresas enquanto parceiros de formação.

Fluxos	No ano de 2008								Valores acumulados desde o início				
	Total	H	M	Pessoas que entram		Pessoas que saem		Abrangidos		Pessoas que entram		Pessoas que saem	
				H	M	H	M	H	M	H	M		
Nº total de formandos	1.730	1.281	449	n.d	n.d	725	278	1.281	449	n.d	n.d	725	278

No que concerne ao número de formandos abrangidos por género, constata-se a predominância clara do género masculino, com um peso de 74%, justificado pela já referida maior apetência do género masculino pelas vias profissionalizantes, factor ainda mais potenciado numa oferta marcada por áreas de formação em que historicamente o género masculino predomina.

Ventilações	No ano de 2008			Valores acumulados desde o início		
	Total	H	M	Total	H	M
Situação face ao emprego:						
Desempregados	1.730	1.281	449	1.730	1.281	449
Escalão etário:						
Com idade inferior a 15 anos	8	6	2	8	6	2
Grupo etário (15 – 19)	1.363	1.033	330	1.363	1.033	330
Grupo etário (20 – 24)	344	234	110	344	234	110
Grupo etário (25 – 34)	15	8	7	15	8	7

Relatório de Execução 2008

Ventilações	No ano de 2008			Valores acumulados desde o início		
	Total	H	M	Total	H	M
Total	1.730	1.281	449	1.730	1.281	449
Por região:						
Região Norte	942	639	303	942	639	303
Região Centro	770	628	142	770	628	142
Região Alentejo	18	14	4	18	14	4
Região Algarve	0	0	0	0	0	0
Total	1.730	1.281	449	1.730	1.281	449

Considerando que o Sistema de Aprendizagem tem como finalidade a integração no mercado de trabalho de jovens quadros intermédios qualificados, os destinatários das acções apoiadas são fundamentalmente jovens à procura de 1º emprego ou desempregados à procura de novo emprego.

Relativamente à caracterização dos formandos por grupo etário conclui-se que a distribuição verificada se encontra adequada face à natureza da Tipologia, sendo a faixa etária predominante a dos 15-19 anos, cuja representatividade assume um peso relativo de 79%, seguida do escalão dos 20-24 anos com 20%.

Da distribuição regional dos formandos ressalta a predominância do Norte, que representa 54% do universo dos formandos abrangidos, seguida do Centro com 45%. Este facto resulta fundamentalmente da estrutura empresarial do país, que concentra grande parte das suas empresas (entidades acolhedoras na fase de alternância da formação) nestas regiões.

Indicador	2008	Valores acumulados
Volume de formação acções de dupla certificação do sistema de aprendizagem (12º ano de escolaridade e nível III)	1.244.532	1.244.532

Ventilações	Unidade	Valores
Volume de formação – Horas totais	Horas	1.244.532
Volume de formação – Horas sala	Horas	896.817
Volume de formação – Horas PCT	Horas	347.715

Relatório de Execução 2008

A análise do volume de formação permite constatar que o volume em horas de Prática em Contexto de Trabalho representa 28% do total, o que está em conformidade com o previsto regulamentarmente para esta formação.

Un: euros

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira das acções de dupla certificação do sistema de aprendizagem (12º ano de escolaridade e nível III)	TI 1.1	5.739.681,36	5.453.846,30	5.453.846,30	0,00
	TI 8.1.1	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	5.739.681,36	5.453.846,3	5.453.846,3	0,0

Analisando a execução financeira constata-se que a despesa aprovada pela Autoridade de Gestão representa 95% das despesas apresentadas pelas entidades beneficiárias, resultando a quebra da aplicação da legislação enquadradora dos apoios concedidos.

Em termos da distribuição regional da despesa aprovada pela Autoridade de Gestão, a Região Centro destaca-se das restantes, com um peso de 51% do total aprovado. Segue-se-lhe de perto a Região Norte, que assumiu um peso de 47% de toda a despesa aprovada. A Região do Alentejo assume aqui um peso residual (apenas 2%).

Indicador	Tipologias	2008	Valores acumulados
Nº de formandos abrangidos em acções de dupla certificação nos Cursos Profissionais (*)	1.2	72.136	72.136
	8.1.2	2.981	2.981
	9.1.2	1.387	1.387
	Total	78.512	76.504

(*) O total de abrangidos aqui quantificado, bem como aquele que é analisado ao longo dos quadros que se seguem, corresponde à totalidade da Tipologia 1.2 (e congéneres do Algarve e de Lisboa), sem qualquer excepção

Relatório de Execução 2008

A Tipologia de Intervenção 1.2 – Cursos Profissionais visa apoiar os Cursos Profissionais autorizados pelo Ministério da Educação e os Cursos de Formação Profissional na área da Hotelaria, Restauração e Turismo ministrados pelas Escolas de Hotelaria e Turismo.

Os Cursos Profissionais apoiados no âmbito da presente tipologia conferem certificação escolar e profissional de nível III, preparando técnicos intermédios qualificados e com habilitação escolar de nível secundário (12.º ano), promovendo-se a empregabilidade destes formandos.

Fluxos	No ano de 2008									Valores acumulados desde o início			
	Total	H	M	Pessoas que entram		Pessoas que saem		Abrangidos		Pessoas que entram		Pessoas que saem	
				H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Nº total de formandos	76.504	41.574	34.930	n.d	n.d	11.982	10.497	41.574	34.930	n.d	n.d.	11.982	10.497

No que concerne ao número de formandos abrangidos, da análise da respectiva distribuição por género constata-se um relativo equilíbrio – 54% para o género masculino e 46% para género feminino. É de realçar que, no contexto das ofertas formativas destinadas a Jovens, os Cursos Profissionais constituem-se normalmente como a oferta onde se verifica um maior equilíbrio entre os géneros, explicado sobretudo pela grande diversidade de áreas de formação existentes no contexto do Ensino Profissional, o que permite diversificar o público tradicionalmente abrangido pelas vias profissionalizantes.

Ventilações	No ano de 2008			Valores acumulados desde o início		
	Total	H	M	Total	H	M
Situação face ao emprego:						
Inactivos	76.504	41.574	34.930	76.504	41.574	34.930
Escala etário:						
Com idade inferior a 15 anos	1.987	965	1.022	1.987	965	1.022
Grupo etário (15 – 19)	66.822	36.247	30.575	66.822	36.247	30.575
Grupo etário (20 – 24)	7.484	4.241	3.243	7.484	4.241	3.243
Grupo etário (25 – 34)	210	121	89	210	121	89
Grupo etário (35 – 44)	1	0	1	1	0	1

Relatório de Execução 2008

Ventilações	No ano de 2008			Valores acumulados desde o início		
	Total	H	M	Total	H	M
Total	76.504	41.574	34.930	76.504	41.574	34.930
Por regiões:						
Região Norte	41.833	22.219	19.614	41.833	22.219	19.614
Região Centro	23.281	13.367	9.914	23.281	13.367	9.914
Região Lisboa	1.387	741	646	1.387	741	646
Região Alentejo	7.022	3.812	3.210	7.022	3.812	3.210
Região Algarve	2.981	1.435	1.546	2.981	1.435	1.546
Total	76.504	41.574	34.930	76.504	41.574	34.930

Atendendo às características dos destinatários - jovens que tenham concluído o 3º Ciclo do Ensino Básico ou equivalente, à própria definição da idade máxima para acesso aos cursos (20 anos) e ao perfil de operadores envolvidos, é natural a existência unicamente de formandos classificados como inactivos uma vez que estas pessoas ainda não se encontram inseridas no mercado de trabalho.

Relativamente à distribuição dos formandos por grupo etário, constata-se a predominância da faixa etária até aos 19 anos, representando 90% do total de abrangidos, o que é também facilmente explicado pelos factores atrás descritos.

Numa perspectiva regional, destaca-se a predominância da região Norte, com cerca de 54% das pessoas abrangidas, o que pode é explicado pela distribuição dos estabelecimentos de ensino e por razões demográficas.

De salientar que o peso residual da região da Grande Lisboa, 1,8%, se deve ao facto de apenas terem sido abrangidas pelos apoios as escolas secundárias públicas (restrição decorrente das limitações financeiras do Eixo 9).

Indicador	2008	Valores acumulados
Volume de formação das acções de dupla certificação nos cursos profissionais (12º ano de escolaridade e nível III)	33.792.944	33.792.944

Relatório de Execução 2008

Ventilações	Unidade	Valores
Volume de formação – Horas totais	Horas	33.792.944
Volume de formação – Horas sala	Horas	31.205.540
Volume de formação – Horas PCT	Horas	2.587.405

No que concerne ao volume de formação registado no período em análise, constata-se que as horas correspondentes às Práticas em Contexto de Trabalho (PCT) têm um peso reduzido (7%), face ao total apurado. Esta situação deve ser contextualizada, uma vez que as componentes formativas estão curricularmente definidas em termos de carga horária obrigatória. Paralelamente, é de realçar que, nas ofertas organizadas em ano lectivo, a componente prática (PCT) ocorre normalmente no último período lectivo, pelo que é natural que não assuma ainda expressão significativa no presente relatório.

Un: euros

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira dos formandos abrangidos em acções de dupla certificação nos cursos profissionais (12º ano de escolaridade e nível III)	TI 1.2	121.483.283,80	116.851.419,99	114.699.777,51	2.151.642,48
	TI 8.1.2	3.555.840,58	3.306.063,01	3.217.532,87	88.530,14
	TI 9.1.2	743.619,98	98.251,43	98.251,43	0,00
	Total	125.782.744,36	120.255.734,43	118.015.561,81	2.240.172,62

Analisando a execução financeira, constata-se que a despesa aprovada pela Autoridade de Gestão relativamente à Tipologia 1.2 representa 96% das despesas apresentadas pelas entidades beneficiárias, sendo a quebra resultante da aplicação da legislação enquadradora dos apoios concedidos. No que respeita à Tipologia 8.1.2 (Algarve), aquela taxa é praticamente semelhante (93%).

Em termos da distribuição regional da despesa aprovada pela Autoridade de Gestão, o Norte destaca-se das restantes regiões, com um peso de 55,4% do total aprovado. Segue-se-lhe a Região Centro, à qual correspondeu uma representatividade de 31,7% de toda a despesa aprovada. As

Relatório de Execução 2008

regiões do Alentejo, Algarve e Lisboa assumem aqui um peso residual (10,1%, 2,7% e 0,1%, respectivamente).

É de salientar que a redução das despesas aprovadas pela Autoridade de Gestão na tipologia das Escolas Profissionais da região de Lisboa é devida à necessidade de efectuar ajuste à Contrapartida Pública Nacional atendendo à taxa de co-financiamento estabelecida para esta região.

→ Cursos de nível pós-secundário não superiores conferentes de nível IV

A tipologia de intervenção 1.4- 'Cursos de Especialização Tecnológica' visa o apoio a cursos de nível pós-secundário não superiores conferentes de nível IV de formação, através da conjugação de uma formação secundária geral ou profissional com uma formação técnica pós-secundária.

Os cursos apoiados no âmbito da presente Tipologia visam o desenvolvimento de quadros intermédios altamente qualificados e especializados, capazes de responder a um mercado de trabalho em rápida mutação e acelerado desenvolvimento científico e tecnológico.

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de formandos abrangidos em cursos de especialização tecnológica (nível IV)	TI 1.4	1.356	1.356	2.500
	TI 9.1.4	480	480	500
	Total	1.836	1.836	

Da análise do indicador “n.º de formandos abrangidos em cursos de especialização tecnológica (nível IV)” conclui-se que, nas regiões que integram o Objectivo Convergência, a execução do ano 2008 corresponde a 54% da meta anual definida. No que respeita à região de Lisboa, essa taxa ascende a 96%.

Fluxos	No ano de 2008								Valores acumulados desde o início				
	Total	H	M	Pessoas que entram		Pessoas que saem		Abrangidos		Pessoas que entram		Pessoas que saem	
				H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Nº total de formandos	1.836	1.245	591	n.d	n.d	137	34	1.245	591	n.d	n.d	137	34

Relatório de Execução 2008

No que respeita à distribuição por género dos formandos, regista-se uma predominância do género masculino, com um peso de 68%, o que não é estranho ao facto das áreas de formação apoiadas se situarem maioritariamente em domínios nos quais o género masculino tradicionalmente ainda predomina.

Ventilações	No ano de 2008			Valores acumulados desde o início		
	Total	H	M	Total	H	M
Situação face ao emprego:						
Empregados	537	395	142	537	395	142
Desempregados	1.155	750	405	1.155	750	405
Inactivos	144	100	44	144	100	44
Total	1.836	1.245	591	1.836	1.245	591
Escalão etário:						
Grupo etário (15 – 19)	426	287	139	426	287	139
Grupo etário (20 – 24)	922	630	292	922	630	292
Grupo etário (25 – 34)	375	250	125	375	250	125
Grupo etário (35 – 44)	84	58	26	84	58	26
Com idade superior a 44 anos	29	20	9	29	20	9
Total	1.836	1.245	591	1.836	1.245	591
Por região:						
Região Norte	706	487	219	706	487	219
Região Centro	595	342	253	595	342	253
Região Lisboa	480	387	93	480	387	93
Região Alentejo	55	29	26	55	29	26
Total	1.836	1.245	591	1.836	1.245	591

Considerando a situação face ao emprego dos formandos abrangidos, é de salientar que a presente tipologia abrange um leque diversificado de situações, sendo predominante a dos formandos desempregados - 63% do número total de formandos abrangidos.

Em termos de caracterização dos formandos por grupo etário, verifica-se a predominância da faixa etária dos 20 aos 24 anos, representando 50% do total dos formandos abrangidos, o que é coerente com o facto de os destinatários deverem ser detentores do 12.º ou 11º anos de escolaridade, níveis que são normalmente atingidos na faixa etária dos 19 aos 21 anos.

Relatório de Execução 2008

Neste sentido contribuem ainda os próprios objectivos desta oferta formativa - aprofundar o nível de conhecimentos científicos e tecnológicos e o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais adequadas ao exercício profissional qualificado -, que implicam naturalmente o envolvimento das referidas faixas etárias.

Analisando a distribuição dos formandos abrangidos por região, constata-se que a Região Norte apresenta o maior peso relativo (38%) seguida da Região Centro (32%). A região do Alentejo é a que apresenta o menor número de formandos, o que é compreensível atendendo à distribuição regional das entidades beneficiárias.

Ventilações	Unidade	Valores
Volume de formação – Horas totais	Horas	481.925
Volume de formação – Horas sala	Horas	481.453
Volume de formação – Horas PCT	Horas	472

Relativamente ao volume de formação realizada no período em análise, constata-se que as horas correspondentes às Práticas em Contexto de Trabalho (PCT) têm um peso residual face ao total apurado (0,1%). Esta situação deve ser contextualizada, uma vez que as componentes formativas estão curricularmente definidas em termos de carga horária obrigatória, sendo no entanto de realçar que, como já foi referido, nas ofertas organizadas em ano lectivo, a componente prática (em contexto de trabalho) ocorre normalmente no último período lectivo, pelo que é natural que não assuma expressão significativa no presente relatório.

Un: euros

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE+CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira dos formandos abrangidos em cursos de especialização tecnológica (nível IV)	TI 1.4	1.064.610,14	1.034.632,19	923.747,19	110.885
	TI 9.1.4	591.920,40	570.457,76	523.667,36	46.790,40
	Total	1.656.530,54	1.605.089,95	1.447.414,55	157.675,4

Relatório de Execução 2008

Analisando a execução financeira das Tipologias em questão, constata-se que a despesa aprovada pela Autoridade de Gestão representa cerca de 97% das despesas apresentadas pelas entidades beneficiárias.

Em termos da distribuição regional da despesa aprovada pela Autoridade de Gestão, o Norte destaca-se das restantes regiões, com um peso de 44,3% do total aprovado. Segue-se-lhe a Região de Lisboa, à qual correspondeu uma representatividade de 35,5% de toda a despesa aprovada.

As regiões do Centro e do Alentejo assumem aqui pesos relativos significativamente inferiores (16,6% e 3,6%, respectivamente), o que decorre da própria localização das entidades apoiadas.

No caso específico do peso registado pela região de Lisboa, os valores apurados reflectem igualmente a programação financeira excepcional antecipando dotações para os anos iniciais do Programa para a região.

• Síntese da análise do eixo 1

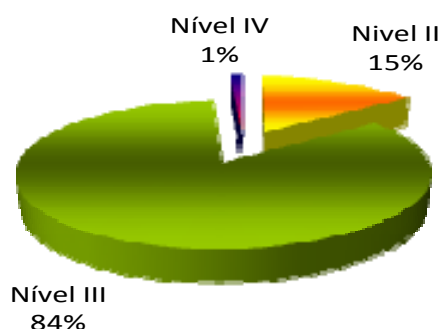
Analisando as intervenções apoiadas no âmbito do Eixo 1 – Qualificação Inicial – face às prioridades estratégicas definidas, considera-se que os apoios concedidos estão em linha com as referidas prioridades, nomeadamente com os objectivos definidos na Iniciativa Novas Oportunidades.

De facto, verifica-se a concentração dos apoios em ofertas conferentes de nível secundário de qualificação, enquanto resposta ao objectivo central de promoção do nível secundário como patamar mínimo de qualificação da população portuguesa.

Neste contexto de análise, as Tipologias mais relevantes seriam o Sistema de Aprendizagem e os Cursos Profissionais, conferentes de nível III, seguidos dos cursos de Educação e Formação de

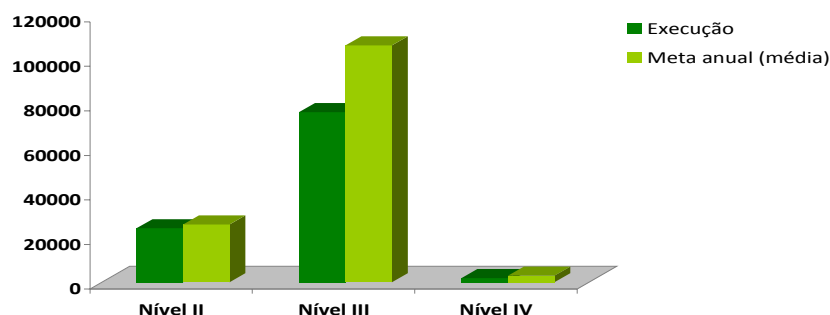
Jovens (de nível II). Todavia, o Sistema de aprendizagem apresenta um baixo contributo para este relatório de 2008. A formação de nível IV constitui uma oferta residual, correspondendo-lhe uma afectação financeira que representa 3% dos recursos atribuídos ao total do Eixo.

Despesa Aprovada



No que respeita à apreciação dos indicadores de realização face às metas estabelecidas (n.º de abrangidos), constata-se que a execução física se aproximou claramente das médias anuais definidas.

Contudo, é de realçar que as opções tomadas em termos de segmentação das ofertas por nível de qualificação tiveram consequências ao nível da concretização das metas definidas, sobretudo no que se refere às formações de nível secundário, o que decorre da já referida limitação do apoio aos CEF's de nível secundário (como foi já referido, os CEF's de nível III não foram objecto de apoio).



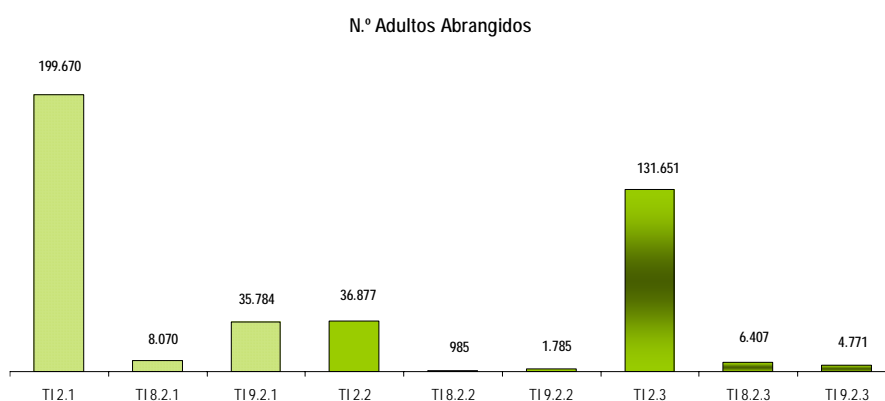
3.2 Análise da execução dos eixos Prioritários 2, 8 e 9

O Eixo 2 – Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida – insere-se, à semelhança do Eixo 1, na Iniciativa Novas Oportunidades e tem como principal objectivo a elevação dos níveis de qualificação da população adulta, o desenvolvimento de competências críticas à modernização económica e empresarial, bem como a promoção da adaptabilidade dos trabalhadores. Compreende o desenvolvimento de competências escolares e profissionais certificadas para adultos que não concluíram o 9.º ano de escolaridade ou o ensino secundário ou que, tendo uma habilitação escolar, não detenham uma qualificação profissional.

A operacionalização deste eixo prioritário é concretizada através de um conjunto de tipologias de intervenção, cuja codificação se encontra indexada às regiões de Convergência, mas que, sempre que aplicáveis às regiões do Algarve (Eixo 8) e Lisboa (Eixo 9), o seu conteúdo programático não se altera.

Numa análise global dos adultos abrangidos em cada uma das modalidades de formação/certificação que constituem o Eixo 2 do POPH conclui-se, como não podia deixar de ser, que, no ano de 2008, o maior número de pessoas se encontrou em processos de RVCC e, logo a seguir, em formações modulares certificadas.

Naturalmente que os cursos EFA, embora tenham um peso maior em termos financeiros, envolveram um número de pessoas significativamente menor, pois acarretam um processo de qualificação escolar e profissional completo, implicando um maior período de formação. O gráfico seguinte evidencia o que se acaba de afirmar.

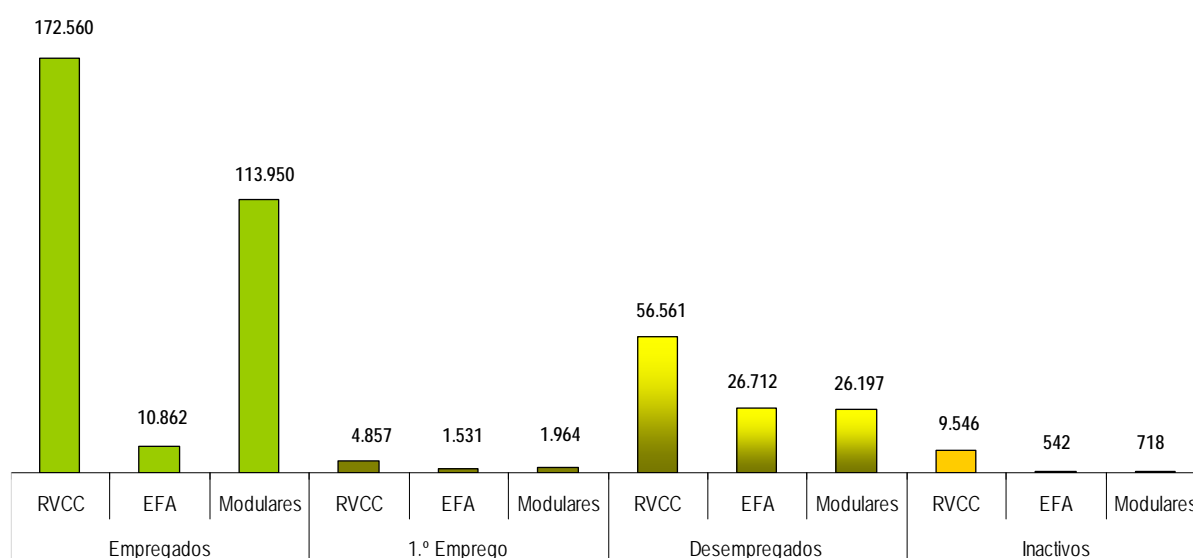


Relacionada com a maior ou menor duração destes diferentes processos de formação/certificação está, naturalmente a situação face ao emprego dos adultos.

Assim, é normal que os desempregados, por norma detentores de mais baixas qualificações profissionais, tenham maior disponibilidade para a frequência de processos mais longos e com completa qualificação (dupla certificação).

Ao invés, os empregados optam, por norma, pelos processos mais curtos e de certificação parcial, quer seja através de formações modulares, quer através do reconhecimento e certificação de competências informalmente adquiridas. O gráfico seguinte demonstra-o.

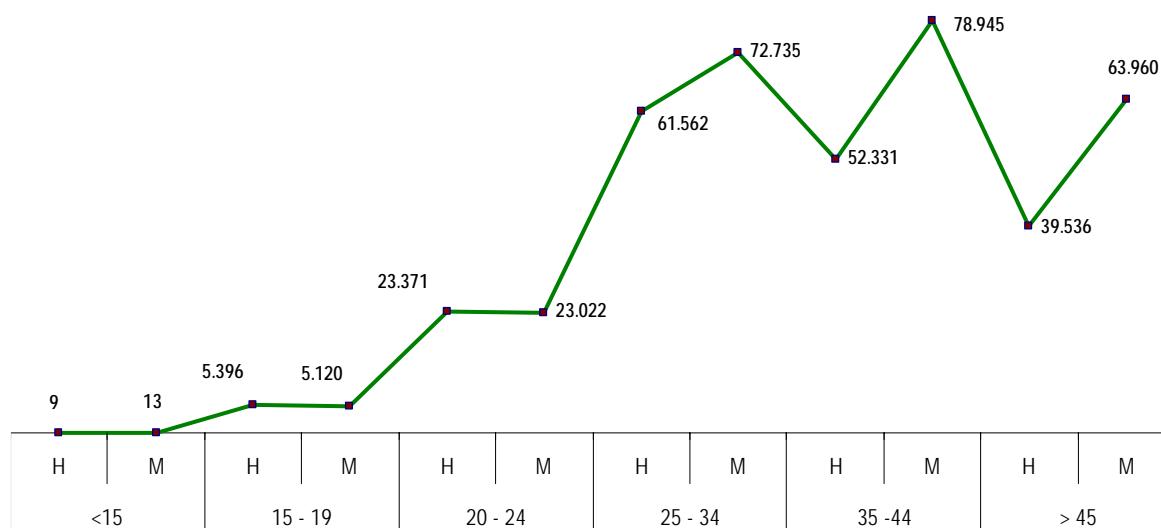
Situação Face ao Emprego



Na análise da distribuição dos adultos abrangidos, no ano de 2008, nas diferentes tipologias do Eixo 2, por escalão etário e por género, plasmada no gráfico seguinte, é evidente a predominância das mulheres com idades entre os 35 e os 44 anos.

**Relatório
de
Execução
2008**

Distribuição por Escalões Etários



De seguida apresenta-se a análise qualitativa indicador a indicador, bem como do cumprimento das metas e análise dos progressos verificados para as diferentes tipologias do Eixo 2 e, análogas, nos Eixos 8 e 9, para o ano 2008.

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de Centros/Equipas Novas Oportunidades Apoiados	TI 2.1	283	283	314
	TI 8.2.1	16	16	6
	TI 9.2.1	53	53	10
	Total	352	352	

A Tipologia de Intervenção 2.1.- Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências destina-se a apoiar o funcionamento dos Centros Novas Oportunidades, para desenvolvimento do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) e da formação complementar associada.

O sistema de RVCC tem como principais objectivos: reduzir o défice de qualificação dos activos; consolidar mecanismos que permitam encaminhar os activos para as respostas de qualificação mais adequadas às suas necessidades e perfis; criar e implementar um dispositivo integrado de reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas em diferentes contextos de vida nomeadamente em contexto profissional.

A Agência Nacional para a Qualificação (ANQ) assume, no âmbito da presente Tipologia, a qualidade de organismo intermédio sem subvenção (OISS), apoiando o POPH no processo de selecção técnica dos projectos e verificação no local dos mesmos.

Numa apreciação global das metas estabelecidas para o conjunto das três tipologias, verifica-se que apenas a meta anual estabelecida para as regiões de convergência apresenta um ligeiro desvio (10%) relativamente ao previsto, compensada pelas Tipologias 8.2.1 e 9.2.1, que apresentam variações positivas acima dos 100%, situação justificada pelo facto de terem sido redefinidos em termos de política pública o número e a territorialização da Rede de Centros/Equipas de Novas Oportunidades com impacte nos apoios do Fundo Social Europeu a conceder através do POPH.

Para possibilitar o financiamento da rede instalada nestas duas regiões, optou-se pela antecipação das dotações indicativas de anos seguintes alocadas a estas tipologias de intervenção.

Em termos médios, o valor do indicador número de centros/equipas novas oportunidades apoiadas superou em cerca de 6% a meta anual e atingiu-se o objectivo referente ao financiamento do funcionamento dos Centros para o ano de 2008.

Distribuição por região (NUT II)	Nº Centros/Equipas
Norte	152
Centro	91
Alentejo	40
Algarve	16
Lisboa	53
Total	352

No que se refere à distribuição de centros apoiados e com execução, por região, esta concentra-se fortemente na região de convergência (80%), com destaque para a região Norte que representa cerca

Relatório de Execução 2008

de 43%, seguido das regiões Centro (26%) e Alentejo (11%). As regiões de Lisboa e Algarve situaram-se nos 15% e 5%, respectivamente.

Esta distribuição regional de apoio ao funcionamento dos Centros de Novas Oportunidades está perfeitamente alinhada com as regras de territorialização e repartição dos fundos comunitários aprovados no âmbito do QREN, com a forte predominância da região de convergência no total dos apoios comunitários.

Da análise ao quadro abaixo, conclui-se que relativamente ao número de adultos abrangidos em Centros de Novas Oportunidades as metas anuais estipuladas foram largamente superadas nas Tipologias 8.2.1 e 9.2.1. As razões que contribuíram para o acréscimo do número de adultos face à média da meta anual estabelecida foi, como já referido, o reforço dos Centros/Equipas de Novas Oportunidades apoiados.

No que respeita à tipologia para as regiões de convergência, embora se considere que a mesma teve uma performance bastante considerável, o desvio de 2% relativamente à meta anual média definida deve-se em parte aos diferentes ritmos de execução dos projectos aprovados.

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de abrangidos em Centros de Novas Oportunidades	TI 2.1	199.670	199.670	204.000
	TI 8.2.1	8.070	8.070	3.900
	TI 9.2.1	35.784	35.784	6.500
	Total	243.524	243.524	

Ao nível do género dos adultos que ingressam no processo de RVCC, constata-se que são as mulheres as que mais recorrem ao processo de reconhecimento, validação e certificação dos conhecimentos e competências, representando cerca de 54%.

Fluxos	No ano de 2008								Valores acumulados desde o início				
	Total	H	M	Pessoas que entram		Pessoas que saem		Abrangidos		Pessoas que entram		Pessoas que saem	
				H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Nº total de Adultos	243.524	111.042	132.482	n.d	n.d	19.008	23.526	111.042	132.482	n.d	n.d	19.008	23.526

Relatório de Execução 2008

No que se refere à situação face ao emprego das pessoas que iniciaram o processo RVCC observa-se, no quadro abaixo, que os adultos em situação activa são os que mais peso têm em relação aos desempregados.

Em termos de repartição por escalão etário, o mais representativo é o compreendido entre os 35 e 44 anos, sendo que os adultos inseridos no escalão mais alargado dos 25 aos 44 anos, representam cerca de 63%, seguindo-se o escalão dos 45 aos 49 anos (12%).

O sistema nacional de reconhecimento, validação e certificação de competências compreende o processo escolar e o profissional, sendo que, a vertente escolar direcciona-se para os adultos que não possuam o nível básico ou secundário de educação e tenham adquirido conhecimentos e competências através da sua experiência de vida.

A vertente profissional abrange os casos em que se tenha adquirido saberes e competências profissionais através da experiência de trabalho ou noutros contextos de vida, não detenha qualificação profissional, pretenda obter certificação profissional na sua área e/ou (re)iniciar um percurso formativo adequado às suas necessidades de formação.

Quanto à caracterização dos adultos por habilitações literárias, considerou-se menos relevante o tratamento das habilitações de entrada, que são um dado de partida inalterável ao longo de todo o percurso da pessoa na rede, dando por isso um retrato na entrada mas nunca o objectivo alcançado, ou não, à saída.

Para dar uma perspectiva dinâmica do seu percurso considerou-se alternativamente as habilitações ou o nível profissional a que a pessoa se candidatou, ou seja, os seus objectivos pessoais ao entrar na rede. Idêntico raciocínio foi aplicado à certificação profissional.

Esta metodologia depara-se com um obstáculo, decorrente do facto de nem todos os candidatos estarem logo à partida classificados quanto ao seu propósito, o que só sucede a partir de determinados estados atribuídos em função de um trabalho técnico a que são submetidos pelos vários profissionais de RVC e formadores.

Deste modo, o número de adultos enquadrados na situação 'sem vertente' corresponde aos adultos inscritos nos CNO's, que ainda não entraram no processo de reconhecimento e validação de competências, encontrando-se em fase de diagnóstico, encaminhados ou transferidos.

Relatório de Execução 2008

Em termos da vertente profissional, o ano de 2008 não registou peso representativo comparativamente com a componente escolar, com destaque para o número de mulheres, conforme se pode verificar no quadro abaixo, tendo apenas incidido sobre os níveis 2 e 3.

Quanto ao total de abrangidos na vertente escolar (136.933) o resultado torna-se muito mais significativo, se comparado com a vertente profissional, dado que o número de Centros que se encontram vocacionados para a vertente profissional é muito reduzido.

No que respeita à caracterização dos adultos relativamente ao nível de habilitações literárias ao qual se candidatam, verifica-se que o número de adultos candidatos ao 1º, 2º e 3º ciclos representam no seu conjunto 54,41% e ao ensino secundário representam 45,59% do universo dos abrangidos, o que reflecte bem a importância dos objectivos da Iniciativa Novas Oportunidades, através da elevação dos níveis de qualificação dos jovens e adultos.

Em relação a estes mesmos escalões a taxa de cumprimento dos objectivos dos abrangidos, avaliada a 31 de Dezembro de 2008, é de 40,61% para o primeiro grupo, o que corresponde a 30.258 indivíduos, e apenas de 12,49% para o ensino secundário num total de 7.799 indivíduos, o que não significa que estas pessoas não venham a certificar-se no decurso de 2009 ou anos seguintes.

Em qualquer uma das situações é o género feminino que tem uma maior representatividade, 56,46% e 50,88%, respectivamente. Idênticos resultados verificam-se na certificação profissional, embora os números em causa sejam ainda poucos expressivos para confirmarem uma tendência, dado que apenas 69 indivíduos foram certificados no período em análise.

No que respeita aos abrangidos na vertente escolar encontram-se já certificados cerca de 28% dos adultos, dos quais 75% com o 3.º ciclo e 20,5% com o ensino secundário. No âmbito da vertente profissional foram já certificados 31% dos adultos abrangidos nesta vertente, todos com o nível 2.

Ventilações	No ano de 2008			Valores acumulados desde o início		
	Total	H	M	Total	H	M
Situação face ao emprego:						
Empregados	172.560	88.468	84.092	172.560	88.468	84.092
Desempregados procura 1º emprego	4.857	2.081	2.776	4.857	2.081	2.776

Relatório de Execução 2008

Ventilações	No ano de 2008			Valores acumulados desde o início		
	Total	H	M	Total	H	M
Desempregados NDL	28.990	10.181	18.809	28.990	10.181	18.809
Desempregados DLD	27.571	6.889	20.682	27.571	6.889	20.682
Inactivos	9.546	3.423	6.123	9.546	3.423	6.123
Total	243.524	111.042	132.482	243.524	111.042	132.482
Escalão etário:						
Grupo etário (15 – 19)	5.149	2.629	2.520	5.149	2.629	2.520
Grupo etário (20 – 24)	25.371	13.652	11.719	25.371	13.652	11.719
Grupo etário (25 – 34)	75.979	37.832	38.147	75.979	37.832	38.147
Grupo etário (35 – 44)	78.490	33.351	45.139	78.490	33.351	45.139
Grupo etário (45 – 49)	29.464	11.680	17.784	29.464	11.680	17.784
Com idade superior a 49anos	29.071	11.898	17.173	29.071	11.898	17.173
Total	243.524	111.042	132.482	243.524	111.042	132.482
Habilitações (candidatos a):						
- Vertente Escolar:						
1º Ciclo	306	114	192	306	114	192
2º Ciclo	6.533	2.309	4.224	6.533	2.309	4.224
3º Ciclo	67.671	31.655	36.016	67.671	31.655	36.016
Ensino Secundário	62.423	31.425	30.998	62.423	31.425	30.998
Total	136.933	65.503	71.430	136.933	65.503	71.430
- Vertente Profissional:						
Nível 1	0	0	0	0	0	0
Nível 2	165	77	88	165	77	88
Nível 3	55	27	28	55	27	28
Nível 4	0	0	0	0	0	0
Nível 5	0	0	0	0	0	0
Total	220	104	116	220	104	116
Por vertente:						
Vertente escolar	136.933	65.503	71.430	136.933	65.503	71.430
Vertente profissional	220	104	116	220	104	116
Vertente não identificada	106.371	45.435	60.936	106.371	45.435	60.936
Total	243.744	111.042	132.482	243.744	111.042	132.482

Un: euros

Relatório de Execução 2008

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Nº de Centros/Equipas Novas oportunidades apoiados	TI 2.1	39.092.651,33	37.881.350,98	37.879.318,79	2.032,19
	TI 8.2.1	1.884.862,24	1.813.452,13	1.813.452,13	0,00
	TI 9.2.1	8.252.065,22	8.026.801,35	8.025.603,09	1.198,26
	Total	49.229.578,79	47.721.604,46	47.718.374,01	3.230,45

Globalmente, os apoios financeiros à Tipologia Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências ascenderam a 47.721.604,46 €, correspondendo a um financiamento público de 47.718.374,01 €, representando a quase totalidade da despesa paga submetida pelos beneficiários (49.229.578,79 €), devendo-se o diferencial (3%) à aplicação dos limites de elegibilidade previstos na legislação aplicável, a montantes não elegíveis decorrentes da análise e a verificações sistemáticas administrativas e locais efectuadas ao longo do ano de 2008.

Numa análise da despesa aprovada por região, constata-se que a região Norte concentra 46% da despesa total aprovada em 2008, seguida da região Centro com 25% e da região de Lisboa com 17%. As regiões do Alentejo e do Algarve agregam, respectivamente, 10% e 4% da mesma.

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de adultos abrangidos em cursos de educação formação	TI 2.2	36.877	36.877	30.600
	TI 8.2.2	985	985	585
	TI 9.2.2	1.785	1.785	980
	Total	39.647	39.647	

A Tipologia de Intervenção 2.2 – Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) têm como objectivo proporcionar uma formação de dupla certificação a adultos não qualificados ou sem qualificação adequada para efeitos de inserção no mercado de trabalho e que não tenham concluído a escolaridade básica de quatro, seis ou nove anos ou o ensino secundário (12.º ano). A concessão de apoios no âmbito desta Tipologia visa contribuir para o reforço dos níveis de habilitação escolar e profissional da população adulta portuguesa.

Relatório de Execução 2008

Da análise global face às metas estabelecidas para o conjunto das três tipologias, constata-se que estas superam a meta da média anual fixada para o período em causa, com variações positivas a oscilar entre 20% e 5%.

Com efeito, apesar de estarmos perante um ano de arranque da tipologia, estas intervenções estão suficientemente testadas no terreno, sendo que todos os actores-chave (entidades formadoras e centros de formação) se encontravam devidamente preparados para a sua efectivação o que se traduziu nas metas alcançadas.

Ao nível do género dos adultos que ingressam nos cursos de Educação e Formação de Adultos destaca-se o peso dos participantes do sexo feminino, que representam cerca de 69% do total dos formandos envolvidos.

Fluxos	No ano de 2008									Valores acumulados desde o início			
	Total	H	M	Pessoas que entram		Pessoas que saem		Abrangidos		Pessoas que entram		Pessoas que saem	
				H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Nº total de formandos	39.647	12.443	27.204	n.d	n.d	1.457	3.391	12.443	27.204	n.d	n.d	1.457	3.391

No que se refere à situação face ao emprego das pessoas que iniciaram os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) verifica-se no quadro abaixo, que os adultos em situação de desemprego (71%) são os que mais peso têm em relação ao universo dos adultos abrangidos, destacando-se os Desempregados NDLD com uma representatividade na ordem dos 38%.

É normal que a adesão dos adultos empregados seja mais fraca nesta modalidade de formação, pois trata-se de cursos de longa duração tornando-se mais difícil a sua frequência, em horário pós-laboral, por longos períodos, por parte de pessoas que trabalham durante todo o dia.

Relativamente à repartição por escalão etário, o mais expressivo é o compreendido entre os 25 e 34 anos, sendo que os adultos inseridos no escalão mais alargado dos 25 aos 44 anos, representam cerca de 63% do total, seguindo-se o escalão dos 20 aos 24 anos (15%).

Relatório de Execução 2008

São os adultos com habilitações ao nível do 6º ano e 3º ciclo os mais preponderantes na materialização dos objectivos dos Cursos EFA, com uma representatividade de 40% e 51% respectivamente, traduzindo o 9º ano o nível de escolaridade de referência, estando assim em sintonia com os objectivos da Tipologia 2.2 - elevação dos níveis de qualificação escolar e profissional.

Os formandos detentores de escolaridade equivalente ao 4º ano representam cerca de 7% do universo, sendo o valor residual de 3% correspondente aos formandos com habilitações ao nível do ensino secundário, com menos de 4 anos de escolaridade e com bacharelato ou licenciatura.

Naturalmente que, os formandos detentores de habilitações ao nível do bacharelato e licenciatura não são elegíveis nesta tipologia e serão alvo da devida correcção financeira nas análises dos respectivos pedidos de pagamento de saldo final.

A análise da distribuição das habilitações literárias dos participantes por género permite concluir que o género feminino continua a ser o predominante em todos os escalões habilitacionais, destacando-se os níveis correspondentes ao 6º e 9º ano (3º ciclo), representando cerca de 68% contra 32% do género masculino.

Ventilações	No ano de 2008			Valores acumulados desde o início		
	Total	H	M	Total	H	M
Situação face ao emprego:						
Empregados	10.862	5.012	5.850	10.862	5.012	5.850
Desempregados NDLD	14.929	3.718	11.211	14.929	3.718	11.211
Desempregados DLD	11.783	2.754	9.029	11.783	2.754	9.029
Desempregados á Procura do 1º Emprego	1.531	613	918	1.531	613	918
Inactivos	542	346	196	542	346	196
Total	39.647	12.443	27.204	39.647	12.443	27.204
Escalão etário						
Grupo etário (15 – 19)	1.961	985	976	1.961	985	976
Grupo etário (20 – 24)	5.791	2.673	3.118	5.791	2.673	3.118
Grupo etário (25 – 34)	13.662	4.366	9.296	13.662	4.366	9.296
Grupo etário (35 – 44)	11.291	2.697	8.594	11.291	2.697	8.594
Grupo etário (45 – 49)	3.651	837	2.814	3.651	837	2.814

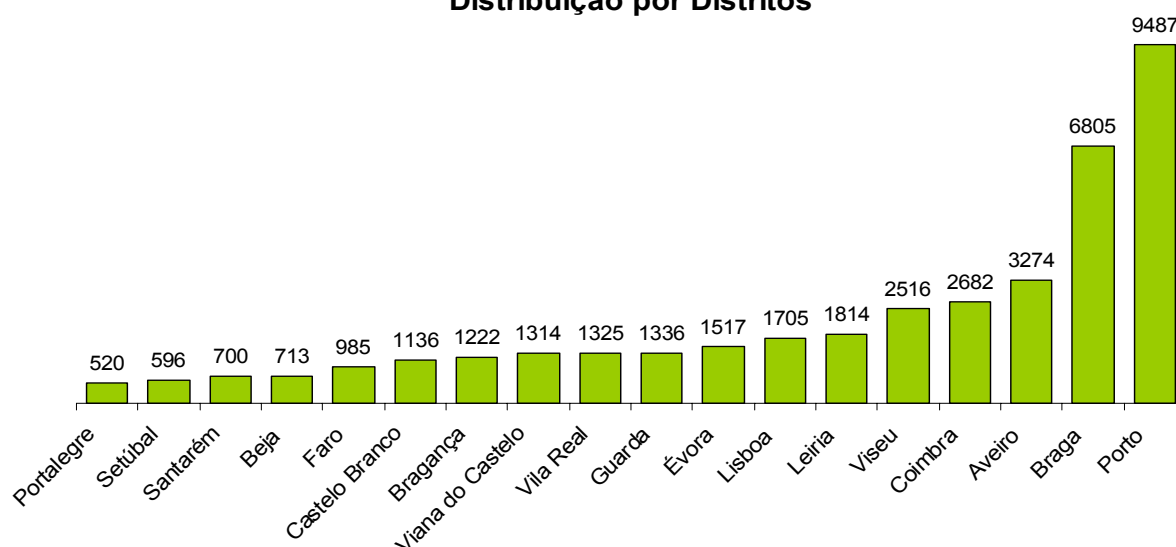
Relatório de Execução 2008

Ventilações	No ano de 2008			Valores acumulados desde o início		
	Total	H	M	Total	H	M
Com idade superior a 49anos	3.291	885	2.406	3.291	885	2.406
Total	39.647	12.443	27.204	39.647	12.443	27.204
Habilitações à entrada:						
< 4º Ano	208	70	138	208	70	138
4º Ano	2.890	673	2.217	2.890	673	2.217
6º Ano	15.648	4.442	11.206	15.648	4.442	11.206
9º Ano	20.049	6.876	13.173	20.049	6.876	13.173
Ensino Secundário	852	382	470	852	382	470
Total	39.647	12.443	27.204	39.647	12.443	27.204

No que se refere aos distritos mais representativos em termos de formandos abrangidos são de destacar os distritos do Porto, Braga, Aveiro, Coimbra e Viseu, com percentagens na ordem dos 24%,17%, 8%, 7% e 6%, respectivamente. Num segundo grupo, salientam-se os distritos Leiria, Lisboa, Évora, Guarda, Vila Real, Viana do Castelo, Bragança e Castelo Branco, com uma média superior aos 1000 abrangidos, significando, em termos médios, cerca de 3%.

O gráfico abaixo apresenta a distribuição, por distrito, dos adultos abrangidos nos cursos EFA. Destacam-se, claramente, os dois distritos mais flagelados pelo desemprego – Porto e Braga.

Distribuição por Distritos



Relatório de Execução 2008

No que diz respeito ao volume de formação executado em 2008, este ascendeu a 13.277.638 horas de formação, das quais 12.689.743,50 (96%) foram executadas em sala e 587.894,50 são Prática em Contexto de Trabalho.

Ventilações	Unidade	Valores
Volume de formação – Horas totais	Horas	13.277.638
Volume de formação – Horas sala	Horas	12.689.743,50
Volume de formação – Horas PCT	Horas	587.894,50

Em termos financeiros, a despesa aprovada ascendeu a 80.844.198,88 €, representando a quase totalidade das despesas pagas pelos beneficiários e submetidas (83.007.522,72 €), devendo-se o diferencial (3%) à aplicação dos limites de elegibilidade previstos na legislação aplicável, a montantes não elegíveis decorrentes da análise e a verificações sistemáticas administrativas efectuadas ao longo do ano de 2008.

Un: euros

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira dos adultos abrangidos em cursos de educação formação	TI 2.2	77.996.127,75	75.992.801,44	75.917.443,38	75.358,06
	TI 8.2.2	3.113.049,46	2.964.112,86	2.963.664,32	448,54
	TI 9.2.2	1.898.345,51	1.887.284,58	1.885.609,02	1.675,56
	Total	83.007.522,72	80.844.198,88	80.766.716,72	77.482,16

Numa análise da despesa aprovada, conclui-se que 94% da despesa concentra-se nas regiões de Convergência, distinguindo-se as regiões Norte e Centro com representatividade a rondar os 53% e

Relatório de Execução 2008

35%, respectivamente. O peso das regiões do Algarve e Lisboa situou-se nos 4% e 2%, respectivamente.

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de adultos abrangidos em formações modulares certificadas (contagem simples)*	TI 2.3	131.651	131.651	300.000
	TI 8.2.3	6.407	6.407	5.700
	TI 9.2.3	4.771	4.771	9.500
	Total	142.829	142.829	

Para efeitos de aferição da aproximação à meta, considera-se o n.º de adultos abrangidos por contagem simples é aquela que está subjacente à construção do indicador.

A Tipologia de Intervenção 2.3 – Formações Modulares Certificadas, visa responder às necessidades de qualificação da população adulta, através de uma oferta modular de curta duração, tendo por base os percursos de educação e formação de adultos previstos no Catálogo Nacional de Qualificações.

As Formações Modulares, integradas no âmbito da formação contínua de activos, encontram-se estruturadas em unidades de formação de curta duração (UFCD), capitalizáveis, traduzindo-se na realização de percursos formativos, com vista à obtenção de uma qualificação correspondente a uma saída profissional e consequentemente à elevação dos níveis de qualificação dos activos, assim como a uma (re)inserção ou progressão no mercado de trabalho.

A organização curricular das formações modulares realiza-se, para cada unidade de formação, de acordo com os respectivos referenciais de formação constantes do Catálogo Nacional de Qualificações, podendo corresponder a unidades da componente de formação de base, da componente de formação tecnológica, ou a ambas.

Este tipo de intervenção pode ser promovido por entidades que integrem a rede de entidades formadoras do Sistema Nacional de Qualificações.

No que respeita à execução desta tipologia, o ano de 2008 foi o ano de arranque, sendo este um factor condicionante do nível de execução alcançado a ter em conta.

Relatório de Execução 2008

Em termos médios, verificou-se que, no ano de 2008, por se tratar do ano de início para as Formações Modulares, apenas foram superadas as metas no que respeita ao número de adultos abrangidos, na região do Algarve (8.2.3.). No que respeita à Tipologia 2.3 (Regiões de Convergência), este indicador atingiu 44% da meta anual definida, e na região de Lisboa (9.2.3), os valores atingiram 50% dessa meta.

Os motivos que justificam este desempenho na prossecução das metas prendem-se com o facto de se tratar de uma nova metodologia de formação que carece de uma melhor articulação entre as entidades formadoras e a rede de CNO's e Centros de Emprego do IEFP e de uma boa capacidade de recrutamento e selecção de formandos por parte das entidades formadoras. Como estes mecanismos não estão, ainda, suficientemente desenvolvidos, o esforço necessário para a sua implementação veio a reflectir-se na capacidade para atingir melhores taxas de execução, durante 2008.

No caso da região de Lisboa, atendendo à escassez de recursos financeiros para responder à procura, foi tomada pelo órgão de coordenação política do POPH a opção de canalizar as dotações das Tipologias 2.2 e 2.3 exclusivamente para entidades fora da rede de centros do IEFP. Ou seja, o financiamento da actividade desenvolvida nestas tipologias pelo IEFP, na região de Lisboa, é assegurado exclusivamente pelo orçamento nacional, não estando, por isso, contabilizada nesta execução todo o esforço financeiro dispendido. Mesmo assim, as entidades formadoras levaram mais tempo a adaptarem-se a esta nova metodologia formativa do que seria desejável, o que se reflectiu na celeridade da execução.

Na sua grande maioria os formandos abrangidos provêm da Tipologia 2.3 (92%), sendo que apenas 4,5% respeitam à 8.2.3 e os restantes 3,5% à 9.2.3.

São as regiões de Convergência, que se destacam nesta Tipologia, muito devido à diferenciação dos envelopes financeiros disponíveis para as regiões do Algarve e de Lisboa.

Fluxos (contagem simples)	No ano de 2008									Valores acumulados desde o início			
	Total	H	M	Pessoas que entram		Pessoas que saem		Abrangidos		Pessoas que entram		Pessoas que saem	
				H	M	H	M	H	M	H	M		
Nº total de formandos	142.829	58.720	84.109	n.d.	n.d	48.085	68.045	58.720	84.109	n.d	n.d	48.085	68.045

Relatório de Execução 2008

Fluxos (contagem por BI distinto)	No ano de 2008									Valores acumulados desde o início			
	Total	H	M	Pessoas que entram		Pessoas que saem		Abrangidos		Pessoas que entram		Pessoas que saem	
				H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Nº total de formandos	85.597	35.403	50.194	n.d	n.d	28.647	40.221	35.403	50.194	n.d	n.d.	28.647	40.221

As formações modulares certificadas permitem o acesso de uma mesma pessoa a vários módulos de um mesmo percurso formativo. Esta situação interfere no conceito de nº de adultos abrangidos, que tanto podem ser medidos numa óptica de contagem simples que é aquela que está subjacente à construção do indicador e também aquela que norteia toda a análise da tipologia neste relatório de execução. Todavia, a execução também pode ser analisada mediante uma contagem de pessoas singulares, a partir da sua identificação, o Bilhete de Identidade ou outra forma, e independentemente do número de vezes que recorreram á formação. Uma análise comparativa destas duas contagens, pela riqueza da informação qualitativa que permite, é a que se faz nos quadros anteriores.

Importa ainda salientar que, reportado ao ano 2008, esta informação releva de um total de 1.314 projectos em execução relativamente às Formações Modulares, dos quais 88,8% respeitam a projectos da Tipologia. 2.3 (1.167) e na mesma percentagem (5,6 %) a projectos da 8.2.3 e da 9.2.3, com 73 e 74 projectos, respectivamente.

O primeiro dos quadros anteriores evidencia o número de formandos que frequentaram as Formações Modulares em 2008, numa perspectiva de contagem simples, e perfazem um total de 142.829, dos quais maioritariamente são mulheres, 59%, e os restantes 41% são homens.

Se procedermos à análise dos abrangidos pelas Formações Modulares, segundo uma contagem dos formandos por BI, é possível apurar um total de 85.597 formandos, sendo que 92% deste universo diz respeito à T.I. 2.3., 5% à 8.2.3 e os restantes 4% à 9.2.3.

Comparando os dois quadros, verificando-se uma quebra de 40% do número de abrangidos, poder-se-á concluir que cerca de 40% dos formandos frequenta mais do que uma UFCD, representando

Relatório de Execução 2008

esta situação a frequência de percursos formativos compostos por várias Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD's).

Como anteriormente referido, a partir daqui todos as ventilações em análise debruçam-se sobre a contagem simples do número de abrangidos.

Ventilações	No ano de 2008			Valores acumulados desde o início		
	Total	H	M	Total	H	M
Situação face ao emprego:						
Empregados	113.950	50.387	63.563	113.950	50.387	63.563
Desempregados 1.º Emprego	1.964	589	1.375	1.964	589	1.375
Desempregados NDL	18.037	5.639	12.398	18.037	5.639	12.398
Desempregados DLD	8.160	1.791	6.369	8.160	1.791	6.369
Inactivos	718	314	404	718	314	404
Total	142.829	58.720	84.109	142.829	58.720	84.109
Escalão etário:						
Com idade inferior a 15 anos	17	5	12	17	5	12
Grupo etário (15 – 19)	3.411	1.786	1.625	3.411	1.786	1.625
Grupo etário (20 – 24)	15.231	7.046	8.185	15.231	7.046	8.185
Grupo etário (25 – 34)	44.656	19.364	25.292	44.656	19.364	25.292
Grupo etário (35 – 44)	41.495	16.283	25.212	41.495	16.283	25.212
Grupo etário (45 – 49)	17.477	6.300	11.177	17.477	6.300	11.177
Com idade superior a 49 anos	20.542	7.936	12.606	20.542	7.936	12.606
Total	142.829	58.720	84.109	142.829	58.720	84.109
Habilitações à entrada:						
< 4.º Ano	492	251	241	492	251	241
4.º Ano	16.260	5.720	10.540	16.260	5.720	10.540
6.º Ano	30.638	13.105	17.533	30.638	13.105	17.533
3.º Ciclo (9.º Ano)	67.227	28.517	38.710	67.227	28.517	38.710
Ensino Secundário	23.443	9.650	13.793	23.443	9.650	13.793
Bacharelato, Licenciatura e Mestrado	4.769	1.477	3.292	4.769	1.477	3.292
Total	142.829	58.720	84.109	142.829	58.720	84.109

Retomando a perspectiva de contagem simples de formandos, e no que respeita à situação face ao emprego, verifica-se que no ano 2008, do total de formandos abrangidos, cerca de 80% são activos

Relatório de Execução 2008

empregados, 19,5% são activos desempregados e uma percentagem residual de 0,5% de pessoas consideradas inactivas. Esta classificação de inactividade deve-se a situações de reingresso no mercado de trabalho de pessoas que dele se ausentaram por períodos longos, não tendo, por isso, a sua situação face ao emprego bem estabelecida à data de início da formação. Ainda assim, é de considerar que nestas situações a classificação destas pessoas como inactivas não será a mais correcta, pelo que foram já adoptadas medidas no SIIFSE para evitar ocorrências futuras.

Quanto aos activos empregados, é possível concluir que 92% deste núcleo são empregados por conta de outrem, dos quais 88% (92.302) são externos e 12% internos às entidades titulares (12.992). Verifica-se ainda que apenas 8% dos activos são empregados por conta própria (8.656).

No que concerne ao universo de desempregados, regista-se uma maior incidência de desempregados à procura de novo emprego NDLD's (64 %) seguidos dos desempregados DLD's com 29% e dos candidatos à procura de 1.º emprego (7%). Importa ainda referir que, 72% dos desempregados são do sexo feminino, contra 28% do sexo masculino. Este facto poderá justificar-se pela maior taxa de desemprego feminino.

Relativamente aos grupos etários, e perante os dados apurados na execução de 2008, conclui-se que existe uma concentração de 60% do público-alvo desta tipologia em pessoas que possuem entre 25 e 44 anos, o que demonstra que as formações modulares são encaradas, efectivamente, como uma forma de progressão no mercado de trabalho, bem como um instrumento de reinserção no mesmo.

Quanto às habilitações escolares, salienta-se que a maior percentagem de população que frequentou esta tipologia, respeita a pessoas com o 3.º ciclo (47%), seguindo-se de pessoas com o 6.º ano (22%) e só depois aqueles que possuem o ensino secundário (16%), os que têm 4 anos de escolaridade ou menos (11%) e por último encontram-se de forma residual as pessoas com habilitações escolares ao nível do Bacharelato, Licenciatura ou mesmo Mestrado (3%).

Tendo em conta o peso que determinados segmentos do público-alvo vinham ganhando nos processos de candidatura nesta intervenção, surgiu a necessidade, por parte do POPH, de recentrar a intervenção nos seus objectivos, pelo foi necessário estabelecer limites em termos de habilitações de acesso a este tipo de formação, através de Nota Informativa publicada a 16/10/2008 e clarificada em 13/12/2008, tendo sido determinado o limite de 10% de formandos admissíveis para a frequência das formações modulares certificadas para os detentores de um nível escolar igual ou superior ao bacharelato.

Relatório de Execução 2008

Efectivamente, na execução de 2008, apenas 3% dos formandos que frequentaram as Formações Modulares possuem altos níveis de qualificação, o que em termos globais vai já de encontro ao objectivo principal da Tipologia.

Ventilações	Unidade	Valores
Volume de formação – Horas totais	Horas	4.711.041
Volume de formação – Horas sala	Horas	4.711.041
Volume de formação – Horas PCT	Horas	0

A conclusão de um percurso, que permita a obtenção de uma qualificação constante no Catálogo Nacional de Qualificações através de formações modulares, exige a realização de formação prática em contexto de trabalho (PCT), sendo esta obrigatória para o adulto que não exerça actividade correspondente à saída profissional do curso frequentado ou uma actividade profissional numa área afim.

Contudo, as Horas PCT não se encontram evidenciadas no período de 2008, por constrangimentos do SIIFSE – Sistema Integrado de Informação do FSE, pelo que a totalidade da formação realizada se encontra identificada como Horas em Sala, num volume de formação total de 4.711.041 horas, para um total de despesa aprovada de 29.416.117,31€. Esta informação será rectificada no sistema de informação e vertida no próximo relatório de 2009.

Un: euros					
Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira dos adultos abrangidos em formações modulares certificadas	TI 2.3	28.233.779,22	27.100.757,99	27.011.894,94	88.863,05
	TI 8.2.3	1.306.919,70	1.233.094,46	1.228.708,46	4.386,00
	TI 9.2.3	1.101.018,70	1.082.264,86	1.082.180,40	84,46
	Total	30.641.717,62	29.416.117,31	29.322.783,8	93.333,51

No que concerne à despesa submetida pelas entidades beneficiárias, bem como à despesa aprovada pela AG a T.I. 2.3 destaca-se consideravelmente com 92%, face à despesa total, repartindo-se equitativamente os restantes 8% pelas T.I. 8.2.3 (4%) e 9.2.3 (4%).

Em termos de despesa aprovada por região, verifica-se que as regiões Norte e Centro concentram, respectivamente, 44% e 39% da despesa total aprovada, enquanto a região do Alentejo representa apenas 9% da mesma. Os restantes 8% distribuem-se equitativamente pelas regiões do Algarve e Lisboa.

Analisando o volume de despesas privadas, verifica-se que estas representam apenas 0,3% da despesa total aprovada, não configurando um peso significativo.

A diferença entre despesa submetida e aprovada é de 1.225.600,31€, representando apenas 4% da despesa apresentada em pedidos de reembolso com referência a 2008, sendo esta justificada pela natureza e limites máximos de custos elegíveis para co-financiamento pelo FSE, fixados pelo DN 4-A/2008, de 24/01, bem como pela análise documental efectuada, designadamente através das verificações administrativas sistemáticas.

3.3 Eixos prioritários 3,8 e 9

O Eixo 3 – Gestão e Aperfeiçoamento Profissional integra no seu conjunto, as intervenções que respondem essencialmente aos objectivos de apoiar o ajustamento da estrutura produtiva portuguesa, reforçando a presença em actividades de elevado valor acrescentado e os níveis de produtividade globais e a reforma da Administração Pública, impondo uma maior valorização da formação profissional enquanto elemento de suporte à qualificação das práticas de gestão e da mudança organizacional.

A operacionalização deste eixo prioritário está estruturada num conjunto de tipologias de intervenção que visam o tecido produtivo, a saber:

- Formação-acção para as PME's (TI 3.1.1; 8.3.1.1)
- Formação-acção para as entidades da economia social (TI 3.1.2; 8.3.1.2)
- Formação para a inovação e gestão (TI 3.2; 8.3.2; 9.3.2)

e outro conjunto de tipologias de intervenção dirigidas à Administração Pública:

- Qualificação dos profissionais da administração pública central, local e dos profissionais da saúde (TI 3.3; 8.3.3; 9.3.3). Internamente ao SIIFSE a tipologia 3.3, subdivide-se em 3.3, 3.4 e 3.6, replicando-se estes desdobramentos pelos eixos 8 e 9.
- Qualificação dos profissionais da educação (TI 3.5; 8.3.5; 9.3.5)

Este eixo prioritário do POPH, revela um acentuado nível de contratualização não tanto pelos montantes envolvidos mas pelo número de contratos, em número de dez, com entidades privadas e também um instituto público na Formação-acção para PME's e com organismos públicos da administração local (DGAL), do sector da saúde (ACSS), da educação (DGRHE).

As entidades e organismos envolvidos tanto podem ser organismos intermédios com subvenção global (OISS), em número de sete, como podem ser organismos intermédios sem subvenção (OISS), em número de três.

→ Tipologias de intervenção que visam o tecido produtivo

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de empresas e outras entidades de direito privado sem fins lucrativos abrangidas em programas de formação acção	TI 3.1.1+3.1.2	641	641	4.500
	TI 8.3.1.1 + 8.3.1.2	66	66	170
	Total	707	707	

Estas Tipologias de Intervenção têm como objectivo promover acções de formação-acção padronizada e individualizada que visem proporcionar serviços de formação e consultoria, definidos em função das necessidades específicas dos destinatários.

São destinatários das acções desenvolvidas no âmbito destas Tipologias as PME's (TI 3.1.1 e 8.3.1.1) e as entidades da economia social (TI 3.1.2 e 8.3.1.2) com número de trabalhadores igual ou inferior a 100.

Relatório de Execução 2008

No primeiro caso, a gestão é assegurada por sete Organismos Intermédios com subvenção global:

- Associação Industrial Portuguesa (AIP)
- Associação Empresarial de Portugal (AEP)
- Associação Industrial do Minho (AIMinho)
- Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP)
- Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP)
- Conselho Empresarial do Centro/Câmara de Comércio e Indústria do Centro (CEC/CCIC)
- Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI)

No segundo caso, a tipologia de formação-acção destinada às entidades da economia social é desenvolvida mediante candidaturas das entidades beneficiárias da economia social directamente junto do POPH.

Da análise efectuada ao indicador verifica-se que a execução registada representa apenas 15,14% da meta anual (média), devendo encontrar-se razões que fundamentem esta situação juntos dos dois tipos de *stakeholders* referenciados.

Em primeiro lugar, no caso dos Organismos Intermédios contratualizados apenas a AEP apresentou execução no ano 2008, contribuindo para o indicador com 290 empresas apoiadas no âmbito das regiões de convergência e 29 na região do Algarve.

Em relação aos demais Organismos Intermédios, a inexistência de execução registada até 31 de Dezembro de 2008, segundo os próprios, em razões diversas, de que se destacam:

- ✓ coordenação de timings para assinatura dos contratos, que em regra só ocorreram no segundo semestre de 2008;
- ✓ um tempo de adaptação ao SIIFSE, dado que o sistema de informação da Autoridade de Gestão é obrigatório para todos os OI, em todas as fases dos projectos, desde a submissão das candidaturas pelas entidades beneficiárias, até aos pagamentos, passando pela análise de reembolsos e saldos;

**Relatório
de
Execução
2008**

- ✓ constituição, organização e formação das equipas;
- ✓ número de candidaturas superior ao expectável, o que condicionou uma resposta mais eficiente.

De facto a operacionalização da contratualização da formação-acção para PME's decorreu em duas fases durante o ano de 2008: a primeira, que decorreu no 1º semestre do ano, foi ocupada com o processo de candidatura e selecção dos próprios Organismos Intermédios pela Autoridade de Gestão, a que se seguiu uma fase de negociação dos envelopes financeiros, aprovação pela CMC do POPH das minutas de contrato e finalmente assinatura dos contratos. Daqui decorre que a entrada em acção dos organismos intermédios só ocorreu no 2º semestre do ano, em datas diferenciadas, conforme agendas dos organismos intermédios.

No que concerne à economia social, esta contribuiu com o apoio a 388 entidades distribuídas pelas regiões de convergência (351) e pela região do Algarve (29).

Ora, esta tipologia de intervenção não tem precedentes nos Quadros Comunitários de Apoio, pelo que foi necessário um período mais alargado para a sua implementação, quer ao nível do processo de análise das candidaturas no âmbito da Autoridade de gestão, quer da própria implementação no terreno por parte das entidades beneficiárias.

As aprovações dos projectos da economia social só ocorreram já no 2º semestre de 2008, tendo as entidades, na sua maioria, arrancado com as acções só em Outubro e Novembro de 2008, o que justifica o afastamento da execução face ao objectivo.

Vista no seu conjunto, os 15,14% de execução deste indicador fica indubitavelmente aquém do objectivo traçado, sendo que, todavia, estão criadas todas as condições para a sua recuperação, em particular a partir dos organismos intermédios com subvenção global.

De facto, os contratos assinados impõem uma base de execução com uma média anual de cerca de 3.130 entidades destinatárias para os anos de 2009 e 2010, anos em de vigência dos contratos em linha com os objectivos traçados para o indicador.

Neste esforço para aumentar o desempenho deste indicador, caberá às entidades da economia reforçar o seu contributo, o que se enuncia também possível.

Relatório de Execução 2008

• Cumprimento de metas e análise dos progressos do Organismo Intermédio AEP – Associação Empresarial de Portugal

Conforme já referido anteriormente, apenas a AEP, enquanto Organismo Intermédio, apresentou execução ao nível do indicador conforme termos apresentado no quadro seguinte.

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados
Nº de empresas abrangidas em programas de formação-acção para PME	TI 3.1.1	290	290
	TI 8.3.1	29	29
	Total	319	319

Apesar do carácter atípico do ano 2008, conclui-se, mesmo assim, que foi possível iniciar a intervenção em cerca de 38% das empresas previstas, para o período 2008-2009, para as Regiões de Convergência e em 97% das empresas previstas para a região do Algarve.

A fase de selecção de empresas pelas entidades beneficiárias, abrangendo *timings* distintos e sequenciais para as actividades de prospecção, análise das manifestações de interesse, selecção com base na aplicação da grelha de análise e por último a formalização da adesão, constitui uma etapa crítica para alcançar o sucesso do programa, requerendo tempo, tecnicidade e perseverança.

Em termos de intervenção de terreno propriamente dita, em 2008, conseguiu-se não mais do que iniciar a fase de diagnóstico em cerca de 319 empresas, dado que apenas se contou com cerca de um mês de execução.

Ventilações	Total	Norte			Centro			Alentejo			Algarve		
		Micro Empresa	Pequena Empresa	Média Empresa	Micro Empresa	Pequena Empresa	Média Empresa	Micro Empresa	Pequena Empresa	Média Empresa	Micro Empresa	Pequena Empresa	Média Empresa
Nº total de empresas	319	51	109	43	27	49	10	0	1	0	7	20	2

Por Actividade Económica **CAE a dois dígitos de acordo com a Rev. 3:

02	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
08	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	16	4	6	4	0	2	0	0	0	0	0	0	0
11	4	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0

Relatório de Execução 2008

Ventilações	Total	Norte			Centro			Alentejo			Algarve		
		Micro Empresa	Pequena Empresa	Média Empresa	Micro Empresa	Pequena Empresa	Média Empresa	Micro Empresa	Pequena Empresa	Média Empresa	Micro Empresa	Pequena Empresa	Média Empresa
13	9	0	7	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
14	18	0	15	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
15	4	0	1	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0
16	17	5	5	3	0	1	1	0	1	0	0	1	0
17	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18	8	2	1	1	0	1	1	0	0	0	0	2	0
22	5	2	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0
23	5	0	1	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0
25	17	1	5	0	3	6	0	0	0	0	0	2	0
27	2	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
28	9	0	5	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0
29	3	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
31	10	3	0	5	1	1	0	0	0	0	0	0	0
32	5	4	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
41	18	0	3	3	1	3	4	0	0	0	1	3	0
42	3	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
43	19	0	10	1	0	4	0	0	0	0	1	3	0
45	5	1	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
46	46	10	11	6	4	9	3	0	0	0	1	2	0
47	18	7	3	1	2	2	1	0	0	0	1	1	0
49	3	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
55	6	0	3	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0
56	3	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0
60	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
62	7	3	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0
66	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
68	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
69	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
70	3	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
71	7	0	4	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0
72	2	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
74	2	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
77	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
81	3	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1
82	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
85	3	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
86	4	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0
87	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
88	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
91	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
93	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
94	15	3	7	0	3	2	0	0	0	0	0	0	0
96	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Relatório de Execução 2008

Relativamente às regiões de Convergência foram seleccionadas 70% das empresas na região Norte, 29,7% na região Centro e 0,3% no Alentejo, respectivamente 203, 86 e 1.

As empresas seleccionadas e já com intervenção, em termos de dimensão, e para estas mesmas regiões de Convergência, distribuem-se do seguinte modo: 27% são Micro empresas, 55% são Pequenas empresas e cerca de 18% são Médias empresas. Na região do Algarve foram abrangidas cerca de 24% de Micro, 69% de Pequenas e 7% de Médias empresas.

No que se refere à distribuição das empresas apoiadas por sector de actividade, verifica-se que, nas regiões de Convergência cerca de 56% do total operam no sector da Indústria (construção incluída), 22% no sector do Comércio, 15% nos Serviços (incluindo turismo/serviços de restauração) e cerca de 7% noutros sectores de actividade.

Para o Eixo 8, Algarve, o sector da Indústria representa cerca de 46%, o Comércio 18% e os Serviços assumem uma expressão de 36%.

A AEP, em consonância com a estratégia expressa na candidatura, estabeleceu como coordenadas prioritárias, nos instrumentos de apoio ao processo de selecção das entidades destinatárias, a orientação para a eleição da CAE Indústria, e nesta maior ênfase aos sectores ditos “tradicionais”, tais como o têxtil, o calçado, os moldes, as ferramentas, a cortiça, etc., face às características do tecido empresarial nacional, nomeadamente nas regiões de maior concentração do programa, designadamente o Norte e o Centro.

Ventilações	No ano de 2008			
	Horas formação	Nº Formandos	Consultoria padronizada (Volume -horas)	Consultoria individualizada (Volume - horas)
Norte	0	0	0	1.815
Centro	0	0	0	468,5
Alentejo	0	0	0	2
Algarve	0	0	0	346
Total	0	0	0	2.631,5

Em relação ao número de horas de formação não se verificou qualquer realização no ano de 2008, uma vez que este tipo de intervenção só ocorrerá após a conclusão da etapa do “Diagnóstico” e

Relatório de Execução 2008

“Plano de Desenvolvimento”, ou seja, na fase de implementação de medidas, a ter lugar em meados de 2009.

Em termos de consultoria, constata-se que cerca de 89,47% dos 34 projectos com execução em 2008 registaram um total de 2 631,5 horas, sendo 346 horas relativas ao Algarve e as restantes 2 285,5 horas relativas às regiões abrangidas pela TI 3.1.1, ou seja, representando cerca de 86,85% das horas totais executadas, em comparação com os 13,15% registados no Algarve.

Un: euros

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira das empresas abrangidas em programas de formação acção para PME	TI 3.1.1	317.974,66	300.136,41	300.136,41	0
	TI 8.3.1.1	11.347,89	11.347,89	8.239,70	3.108,19
	Total	329.322,55	311.484,30	308.376,11	3.108,19

A despesa aprovada pelo Organismo Intermédio, no âmbito das regiões de convergência (TI 3.1.1.) ascende a cerca de 94% da despesa submetida, a qual se distribui na razão de 74% para a região Norte, 25,7% para a região Centro e 0,3% para a região do Alentejo.

No âmbito da TI 8.3.1, referente à região do Algarve verificou-se uma aprovação na ordem dos 100% relativamente à despesa submetida.

Indicador	Tipologias	2008	Valores acumulados
Nº de entidades da economia social abrangidas em programas de formação acção	TI 3.1.2	351	351
	TI 8.3.1.2	37	37
	Total	388	388

A Tipologia de Intervenção 3.1.2 - Programa de Formação Acção destina-se a entidades da economia social e tem como principais objectivos a melhoria dos processos de gestão das entidades de economia social e o reforço das competências dos seus dirigentes, quadros e trabalhadores, com prioridade acrescida para a formação dirigida aos que não tenham uma qualificação de nível secundário, podendo as competências adquiridas no âmbito da Formação-Acção ser objecto de processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC);

Os projectos são desenvolvidos por entidades de natureza associativa de âmbito nacional, que actuem como pólos dinamizadores junto de entidades da economia social constituindo-se como entidades destinatárias das intervenções as cooperativas, mutualidades e instituições com finalidade social, nomeadamente as instituições particulares de solidariedade social, as misericórdias e as associações de desenvolvimento local.

Dos 33 projectos que submeteram despesa à Autoridade de Gestão, 10 são da região Norte, 8 da região Centro, 8 da região do Alentejo e 7 da região do Algarve.

Foram abrangidas 388 entidades da economia social, das quais 155 operam na região Norte, 125 no Centro, 71 no Alentejo e 37 no Algarve, representando em termos percentuais 40%, 32%, 18% e 10% respectivamente.

Ventilações	Total	Norte	Centro	Alentejo	Algarve
Nº total de entidades	388	155	125	71	37
Por Actividade Económica:					
01	4	1	3	0	0
02	1	0	1	0	0
10	1	1	0	0	0
11	11	7	4	0	0
46	9	6	3	0	0
47	5	3	2	0	0
49	1	0	1	0	0
65	1	0	0	1	0

**Relatório
de
Execução
2008**

Ventilações	Total	Norte	Centro	Alentejo	Algarve
84	64	20	25	14	5
85	28	19	2	0	6
86	1	0	0	0	1
87	41	8	14	15	4
88	81	35	28	8	10
90	2	1	1	0	0
91	77	25	23	22	7
94	59	29	18	10	2
96	2	0	0	0	2

Ventilações	No ano de 2008			
	Horas formação	Nº Formandos	Consultoria padronizada (Volume - horas)	Consultoria individualizada (Volume - horas)
Norte	4.706	324	239	218,5
Centro	3.122	196	359	368,5
Alentejo	1.118	53	360	57
Algarve	1.137	128	7	70
Total	10.083	701	965	714

Analisada a distribuição das entidades destinatárias por Actividade Económica, conclui-se que, a maioria das entidades envolvidas intervêm na área do Apoio Social (CAE 88) e Actividades Culturais (CAE 91), situação que se coaduna com o perfil das entidades candidatas no âmbito desta tipologia.

No âmbito dos projectos abrangidos o volume de horas de formação realizado rondou as 10.083 horas de formação e abrangeu 701 formandos (292 mulheres e 409 homens). Relativamente à componente de consultoria desenvolvida esta ascendeu a 1.679 horas, das quais 965 horas corresponderam a consultoria padronizada e 714 horas a consultoria individualizada. Nestas intervenções de consultoria participaram 915 activos das entidades da economia social, constituindo o sexo masculino o género mais representativo (64%).

Relatório de Execução 2008

Un: euros

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira das entidades da economia social abrangidas em programas de formação acção	TI 3.1.2	207.017,69	164.940,54	164.940,54	0,00
	TI 8.3.1.2	27.627,71	25.990,05	25.990,05	0,00
	Total	234.645,4	190.930,59	190.930,59	0,0

Pelo quadro anterior podemos verificar que as despesas pagas pelas beneficiárias e submetidas ao gestor, no âmbito das regiões de convergência (TI 3.1.2.) ascenderam a 207.017,69€, sendo 107.908,39€ da região Norte, 64.823,17€ da região Centro e 34.286,13€ do Alentejo. No âmbito da Tipologia 8.3.1.2. referente à região do Algarve temos uma despesa declarada de 27.627,71€.

Ao nível da despesa total aprovada, esta cifrou-se em 164.940,54€ para a TI 3.1.2. e 25.990,05€ para a TI 8.3.1.2., montante igual ao financiamento público aprovado, dado que não existe contribuição privada no âmbito desta tipologia nem foram declaradas quaisquer receitas. A despesa aprovada representa 80% (TI 312) e 94% (TI 8.3.1.2.) da despesa paga submetida pelos beneficiários devendo-se o diferencial à aplicação dos limites de elegibilidade previstos na legislação aplicável e a montantes não elegíveis decorrentes da análise e das verificações sistemas administrativas efectuadas ao longo do ano de 2008.

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de activos abrangidos em acções de formações para a inovação e gestão	TI 3.2	42.017	42.017	37.000
	TI 8.3.2	1.794	1.794	970
	TI 9.3.2	2.255	2.255	2.500
	Total	46.066	46.066	

A Tipologia de Intervenção 3.2 – Formação para a Inovação e Gestão, tem como objectivos o desenvolvimento das competências técnicas, sociais e relacionais dos activos através de acções de

Relatório de Execução 2008

reciclagem, actualização ou aperfeiçoamento, a criação de condições de valorização profissional dos activos empregados e, finalmente, o reforço da capacidade técnica e organizativa das organizações empresariais, de modo a favorecer as condições para o seu maior protagonismo na dinamização de acções de formação à medida das suas próprias necessidades e estratégias de desenvolvimento.

As candidaturas foram aprovadas em obediência ao princípio da selectividade cuja prioridade foi financiar a formação associada a processos de modernização e desenvolvimento organizacional das empresas, nomeadamente as pequenas e médias empresas.

Esta nova abordagem à formação para este segmento, que constituiu uma ruptura com a formação contínua tradicionalmente financiada pelo FSE, não foi percebida pelas próprias entidades desde o princípio, com reflexo na fundamentação das candidaturas. Esta circunstância levou a que houvesse um esforço acrescido na análise e selecção, de forma a identificar aquelas que se enquadravam nos objectivos da tipologia de intervenção.

Através dos dados constantes no quadro dos indicadores conclui-se que as regiões de Convergência e a região do Algarve ultrapassaram claramente os objectivos definidos para a Tipologia 3.2. Quanto à região de Lisboa, a meta ficou aquém do previsto (90%).

Fluxos	No ano de 2008								Valores acumulados desde o início				
	Total	H	M	Pessoas que entram		Pessoas que saem		Abrangidos		Pessoas que entram		Pessoas que saem	
				H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Nº total de formandos	46.066	27.512	18.554	n.d	n.d	20.031	13.682	27.512	18.554	n.d	n.d	20.031	13.682

De acordo com os dados do quadro anterior, pode verificar-se que 59,7% dos formandos abrangidos pela tipologia 3.2 são do género masculino (27.512), contra 40,3% do género feminino, o que não está em linha com a distribuição de género na população activa portuguesa.

De realçar que nesta tipologia de intervenção o peso das pessoas que saem em proporção dos abrangidos é substancialmente elevado (73,3%) no ano de 2008, o que se justifica pela curta duração das acções.

Relatório de Execução 2008

Ventilações	No ano de 2008			Valores acumulados desde o início		
	Total	H	M	Total	H	M
Situação face ao emprego:						
Empregados	46.066	27.512	18.554	46.066	27.512	18.554
Desempregados	0	0	0	0	0	0
Total	46.066	27.512	18.554	46.066	27.512	18.554
Escalão etário:						
Grupo etário (15 – 19)	745	464	281	745	464	281
Grupo etário (20 – 24)	3.692	2.241	1.451	3.692	2.241	1.451
Grupo etário (25 – 34)	16.088	9.102	6.986	16.088	9.102	6.986
Grupo etário (35 – 44)	14.109	7.953	6.156	14.109	7.953	6.156
Grupo etário (45 – 49)	5.145	3.313	1.832	5.145	3.313	1.832
Com idade superior a 49anos	6.287	4.439	1.848	6.287	4.439	1.848
Total	46.066	27.512	18.554	46.066	27.512	18.554
Distribuição por região:						
Norte	22.954	13.735	9.219	22.954	13.735	9.219
Centro	18.589	10.981	7.608	18.589	10.981	7.608
Alentejo	474	295	179	474	295	179
Algarve	1.794	962	832	1.794	962	832
Lisboa	2.255	1.539	716	2.255	1.539	716
Total	46.066	27.512	18.554	46.066	27.512	18.554

Relativamente à caracterização dos formandos por grupo etário, e como se pode verificar nos dados constantes do quadro anterior, dos 46.066 formandos que participaram nas acções desta Tipologia a maior incidência ocorreu entre os escalões etários dos 25 aos 44 anos, com peso de 65,56%, assumindo os restantes escalões valores percentuais de menor expressão.

Esta constatação vem demonstrar que a demografia das entidades que realizaram as acções de formação profissional não está totalmente de acordo com a tendência da população activa portuguesa que evidencia um índice de envelhecimento de crescimento contínuo. Fica empiricamente evidenciado que a predisposição para o desenvolvimento de projectos associados a processos de modernização e desenvolvimento organizacional está correlacionada com a faixa etária das organizações.

Relatório de Execução 2008

Constata-se ainda que, em 2008, as entidades não englobaram no seu universo formandos desempregados com vista à sua contratação, público igualmente elegível nesta tipologia de intervenção.

Quanto à representatividade regional desta Tipologia, a região Norte destaca-se das restantes abrangendo 49,8% da totalidade dos formandos, seguida das regiões Centro, Lisboa, Algarve e Alentejo, com pesos, respectivamente, de 40,4%, 4,9%, 3,9% e 1%.

Através de uma análise mais fina, verifica-se que a distribuição dos abrangidos por distrito está em consonância com a distribuição da população activa nestas regiões. Assim, o distrito do Porto abrangeu 9.776 pessoas, o distrito de Aveiro 9.589 e o de Braga 8.123 pessoas. Menor representatividade demonstram os distritos de Leiria, Coimbra e Lisboa com 3.494, 3.252 e 2.944, respectivamente. Os demais distritos abrangidos, em número de doze, registam valores inferiores.

Relativamente à representatividade de género dos formandos nos valores agregados pelas cinco regiões, verifica-se que o peso de cada um é relativamente equilibrado, havendo no entanto maior predominância do género masculino em todas as regiões.

Ventilações	Unidade	Valores
Volume de formação – Horas totais	Horas	1.104.662
Volume de formação – Horas sala	Horas	1.084.057
Volume de formação – Horas PCT	Horas	17.812
Volume de formação – Horas estrangeiro	Horas	1.253
Volume de formação – Horas síncronas	Horas	272
Volume de formação – Horas assíncronas	Horas	1.268

No que diz respeito ao volume de formação, 98% das horas de formação foram realizadas em sala e 1,6% de horas em contexto de trabalho (PCT).

Constata-se, ainda, que as horas de formação realizadas no estrangeiro e parte das horas relativas a formação à distância (componentes de horas síncronas e horas assíncronas), têm um peso residual no volume de formação apurado, demonstrando uma adesão reduzida a formação com estas

Relatório de Execução 2008

características. Ainda assim, evidencia um esforço na implementação de metodologias de formação inovadoras.

Un: euros

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira dos activos abrangidos em acções de formações para a inovação e gestão	TI 3.2	11.350.248,12	10.525.256,39	6.046.432,05	4.478.824,34
	TI 8.3.2	458.432,83	424.025,55	241.564,04	182.461,51
	TI 9.3.2	1.133.548,09	1.092.587,58	488.137,92	604.449,66
	Total	12.942.229,04	12.041.869,52	6.776.134,01	5.265.735,51

No global, as despesas apresentadas na Tipologia 3.2 corresponderam a 12.942.229,04 €, tendo sido aprovado pela Autoridade de Gestão o valor total de 12.041.869,52 €, destacando-se as regiões do Norte com 49% e do Centro com 37,8% e, finalmente, Lisboa com 8,7%, Algarve com 3,5% e o Alentejo com 1%.

Fica evidenciado o esforço das entidades empregadores no financiamento da formação aprovada nestas tipologias, traduzido numa comparticipação privada que representa 43,73% do custo total elegível. Com este nível de comparticipação privada respeitam-se as disposições comunitárias em matéria de auxílios à formação.

➔Tipologias de intervenção dirigidas à Administração Pública

✓ A tipologia “Qualificação dos profissionais da administração pública central e local e dos profissionais da saúde” aplicável à **Administração Pública Central** (TI 3.3; 8.3.3; 9.3.3) tem como objectivo apoiar formações estratégicas para a gestão e a inovação na Administração Pública central incluindo as regiões de Convergência, Lisboa e Algarve.

São prioritários os projectos apresentados no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado - PRACE e SIMPLEX - enquadrados no processo de

reestruturação/racionalização da Administração directa e indirecta do Estado, para reforço das funções reguladoras e fiscalizadoras do Estado, que visam o reforço de funções de proximidade dos serviços públicos aos cidadãos através de processos de desconcentração/descentralização e desenvolvimento de novos canais e prestação de serviços numa lógica de Serviços Partilhados. São ainda prioritários os projectos de formação que promovam o desenvolvimento de competências indispensáveis ao processo de descentralização administrativa.

Esta tipologia tem como destinatários os funcionários activos afectos aos organismos e serviços da administração pública central com sede em território continental de Portugal abrangendo, funcionários públicos, funcionários em regime de mobilidade especial, agentes e contratados em regime de contrato individual de trabalho.

✓ A “Qualificação para a **administração pública local**” (TI 3.4; 8.3.4; 9.3.4) está direccionada para a capacitação com tecnologia de formação das autarquias, bem como à formação dos profissionais do sector associada a processos de modernização e desenvolvimento organizacional. As entidades da administração local autárquica são as entidades beneficiárias, cabendo à DGAL, na qualidade de OISS, proceder à análise e selecção técnica dos projectos na fase de candidatura.

✓ A “Qualificação dos **profissionais da saúde**” (TI 3.6; 8.3.6; 9.3.6), tem como objectivo, o financiamento dos projectos de formação que incluam acções enquadradas nas prioridades e objectivos estabelecidos pelo Plano Nacional de Saúde, que estejam directamente ligadas à prestação de cuidados de saúde, visem a implementação de processos de modernização e inovação dos serviços prestadores de saúde, estejam associadas aos sistemas de informação específicos do sector da saúde e prevejam o recurso a metodologias de formação activa, com forte componente prática. São entidades beneficiárias deste subsector as entidades que se encontrem habilitadas para actividades de promoção da saúde e para a prestação de cuidados de saúde. Cabe à ACSS o papel de OISS, mediante o qual procede à análise e selecção técnicas dos projectos na fase de candidatura.

✓ Finalmente a “Qualificação dos **profissionais do sector da educação**” (TI 3.5; 8.3.5; 9.3.5) tem como objectivos a formação de quadros especializados, com destaque para a formação de docentes e outros agentes educativos, o desenvolvimento de competências decorrentes dos processos de reforma curricular e organizacional e nos domínios das TIC no contexto dos processos de ensino aprendizagem e a promoção de hábitos de leitura em ambiente escolar. São prioritários os projectos cuja formação seja relevante em função das áreas/programas, consideradas prioritárias em termos de

Relatório de Execução 2008

políticas educativas designadamente no âmbito do Plano de Acção da Matemática, Ensino Experimental das Ciências e do Plano Nacional de Leitura, áreas do conhecimento consideradas estruturantes, sendo a intervenção centrada na promoção dos resultados escolares dos alunos e contributiva para o combate ao insucesso escolar. Neste subsector, a DGRHE é quem assume a função de Organismo Intermédio sem Subvenção (OISS) cabendo-lhe, como referido em situações semelhantes a análise e selecção técnica dos projectos na fase da candidatura.

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de activos abrangidos em acções de formações para a inovação e gestão na Administração Pública	TI 3.3; 3.4; 3.5; 3.6	15.495	15.495	20.000
	TI 8.3.3; 8.3.4; 8.3.5; 8.3.6	173	173	250
	TI 9.3.3; 9.3.4; 9.3.5; 9.3.6	3.525	3.525	2.500
	Total	19.193	19.193	

Relatório de Execução 2008

Da análise do quadro relativamente ao nº de activos abrangidos em acções de formações para a inovação e gestão na Administração Pública, destaca-se a região de Lisboa com uma participação superior à meta anual (141%), nas restantes regiões a taxa de participação fixa-se acima dos 70 %.

Na região de Lisboa, a tipologia 9.3.3 foi aquela em que se apurou o maior número de activos abrangidos em acções de formação, o que é compreensível na medida em que os serviços da Administração Pública estão fortemente concentrados nessa região.

Verifica-se que do total de formandos que entraram em formação, pelo menos 66% concluíram o processo durante o ano em análise.

Fluxos	No ano de 2008									Valores acumulados desde o início			
	Total	H	M	Pessoas que entram		Pessoas que saem		Abrangidos		Pessoas que entram		Pessoas que saem	
				H	M	H	M	H	M	H	M		
Nº total de abrangidos	19.193	5.622	13.571	n.d	n.d	4.488	8.224	5.622	13.571	n.d	n.d	4.488	8.224

Ventilações	No ano de 2008			Acumulado 2007-2008		
	Total	H	M	Total	H	M
Por escalão etário:						
Grupo etário (15 – 19)	2	0	2	2	0	2
Grupo etário (20 – 24)	198	60	138	198	60	138
Grupo etário (25 – 34)	4.312	1.227	3.085	4.312	1.227	3.085
Grupo etário (35 – 44)	7.291	2.014	5.277	7.291	2.014	5.277
Grupo etário (45 – 49)	3.778	1.114	2.664	3.778	1.114	2.664
Com idade superior a 49 anos	3.612	1.207	2.405	3.612	1.207	2.407
Total	19.193	5.622	13.571	19.193	5.622	13.573
Distribuição por região:						
Norte	7.193	2.126	5.067	7.193	2.126	5.067
Centro	4.196	712	3.484	4.196	712	3.484
Lisboa	3.525	1.985	1.540	3.525	1.985	1.540

Relatório de Execução 2008

Ventilações	No ano de 2008			Acumulado 2007-2008		
	Total	H	M	Total	H	M
Alentejo	1.132	133	999	1.132	133	999
Algarve	173	43	130	173	43	130
Região de Convergência (Norte, Centro e Alentejo) – Tipologia 3.3	2.974	623	2.351	2.974	623	2.351
Total	19.193	5.622	13.571	19.193	5.622	13.571

Do quadro anterior, pode-se aferir-se que em todas as regiões, o género feminino é predominante.

No que respeita ao escalão etário, conclui-se que os activos com idades compreendidas entre os 35-44 anos, correspondem a 38 % do total dos formandos abrangidos, sendo que as mulheres representam o maior índice de participação na formação, correspondendo a aproximadamente 71% do total dos participantes.

Na Região de Convergência, constata-se que é no subsector da educação que o número de mulheres com idades compreendidas entre os 35-44 anos, é mais representativo. Todavia, é no subsector da administração local, mais propriamente na região do Algarve, particularmente no escalão 55-64 anos, que esta tendência é contrariada com o menor número de mulheres a participar na formação.

No entanto, se particularizarmos a análise, afere-se que na Região de Lisboa, na administração pública central predomina o número de participantes masculinos, destacando-se no grupo com idades parametrizadas entre os 35-44 anos.

O Algarve é a região que apresenta menor número de abrangidos de ambos os géneros e apenas é caracterizado pela formação na Administração Pública Local.

Ventilações	Unidade	Valores
Volume de formação – Horas totais	Horas	406.169
Volume de formação – Horas sala	Horas	348.679
Volume de formação – Horas PCT	Horas	57.490
Volume de formação – Horas estrangeiro	Horas	0

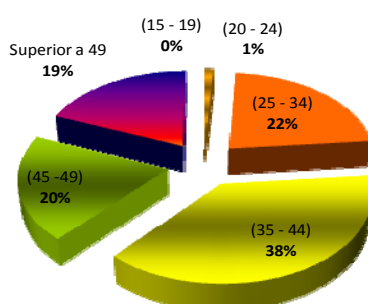
**Relatório
de
Execução
2008**

No que concerne ao quadro anterior, observa-se que a formação em contexto de trabalho é residual (14%), comparativamente à formação em sala. Não se verificando, para o período temporal do presente relatório, qualquer indicador de formação a realizar no estrangeiro.

Uma análise comparativa da distribuição dos grupos etários destas tipologias que têm a administração pública central, local, dos profissionais da saúde e da educação, a partir da sua representação gráfica, permite concluir que:

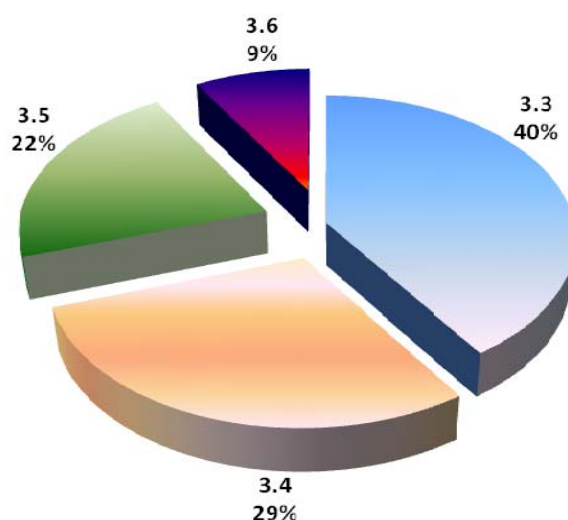
- Cerca de 60% dos formandos se encontram nos grupos entre os 25 anos de idade e os 44 anos de idade, demonstrativo de uma aposta na revitalização dos recursos humanos da administração.
- Ainda assim, o grupo com idades superiores a 49 anos tem uma representação de cerca de 19%.
- Quanto ao binómio género/faixa etária, depreende-se que as mulheres, sendo o género predominante na administração directa e indirecta do Estado, conforme informação constante na Base de Dados dos Recursos Humanos da Administração Pública, também é o género mais expressivo na frequência de formação.

Distribuição dos Abrangidos por Grupo Etário



Fazendo uma comparação das 4 tipologias em presença, consideradas também nos seus desdobramentos regionais, em termos de volume de formação verifica-se que foi a administração pública central com 40 % do total aquela que mais investiu em formação durante o ano de 2008, por comparação com as demais, seguindo-se a tipologias 3.4, 3.5 e 3.6 respectivamente com 29 %, 22 % e 9 %.

Volume de Formação Total por Tipologia



Relativamente à execução financeira por tipologia e por região, constatou-se que na *Região de Convergência* (Norte, Centro e Alentejo), o apuramento verificado para o conjunto das tipologias demonstra que a AG, aprovou 2.230.825,66 representando 91% das Despesas Pagas e Submetidas, onde o montante de 2.168.057,72 € respeita à Contribuição Pública aprovada pela AG (FSE +CPN) acrescido de 62.767,94 € de Despesas Privadas, incluindo as Receitas auferidas pelos beneficiários.

Relatório de Execução 2008

Un: euros

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira com os activos abrangidos em acções de formações para a inovação e gestão na Administração Pública	TI 3.3; 3.4; 3.5; 3.6	2.460.441,67	2.168.057,72	2.105.289,78	62.767,94
	TI 8.3.3; 8.3.4; 8.3.5; 8.3.6	28.844,02	26.797,41	26.797,41	0
	TI 9.3.3; 9.3.4; 9.3.5; 9.3.6	851.797,15	847.504,15	847.504,15	0
	Total	3.341.082,84	3.042.359,28	2.979.591,34	62.767,94

Nas Regiões do Algarve e de Lisboa, no que concerne às quatro tipologias acima identificadas e especificamente para a região do Algarve, verificou-se que a AG, aprovou 26.797,41 € representando 93% das Despesas Pagas e Submetidas, não tendo as entidades beneficiárias apresentado qualquer Despesa Privada.

No entanto, na região de Lisboa é possível aferir, da leitura do quadro anterior, e no que concerne às despesas aprovadas pela AG, no valor de 847.504,15 €, a percentagem de 99% de aprovação.

De acordo com o definido no nº 3 do artº2º do Despacho nº 18474/2008 de 10 de Julho, para todos os projectos da Administração Pública Central da Região de Lisboa (tipologia 9.3.3) aplicam-se as seguintes taxas: - 27,5 % Lisboa; 4% Algarve e Região de Convergência 68,5%. A aplicação das percentagens referidas, afectou-se ao montante da despesa aprovada na 9.3.3.

Quantificação do *spillover effects* (só tipologia 9.3.3):

	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Regiões de convergência 68,5%	469.927,99	466.987,29	466.987,29	0,00
Região de Lisboa 27,5%	188.657,22	187.476,65	187.476,65	0,00
Região do Algarve 4%	27.441,05	27.269,33	27.269,33	0,00

3.4 Análise da execução do Eixo prioritário 4

O Eixo 4 - Formação Avançada para a Competitividade tem como objectivos o reforço da formação avançada de recursos humanos em ciência e tecnologia, em investigação e inovação, visando a criação de uma sólida base de qualificação, a consolidação das instituições, a criação de emprego científico, a articulação entre formação superior e o trabalho científico, a inserção de investigadores nas empresas e o reforço das lideranças científicas, determinantes para a mudança do posicionamento competitivo da economia portuguesa, para o aumento da produtividade e para o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento.

A operacionalização deste Eixo é concretizada através de um conjunto de Tipologias: 4.1 – Bolsas de Formação Avançada, 4.2 – Promoção do Emprego Científico e 4.3 – Bolsas e Programas para Estudantes do Ensino Superior.

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de bolsas de formação avançada apoiadas anualmente	TI 4.1	4.365	4.365	4.300

A Tipologia de Intervenção 4.1 – Bolsas de Formação Avançada tem como objectivo promover a realização de novos doutoramentos e pós doutoramentos, como base de suporte ao sistema de ciência e tecnologia, visando atingir valores de referência europeus neste domínio.

Neste contexto, serão apoiados programas e bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, incluindo programas específicos em áreas estratégicas, designadamente os sistemas de engenharia e as infra-estruturas críticas (telecomunicações, energia e transportes), a saúde e a bioengenharia, as tecnologias de informação e comunicação, os sistemas de concepção e produção industrial avançada, e o sector dos serviços.

O organismo responsável pela concretização dos instrumentos de política pública nacional previstos nesta Tipologia de Intervenção é a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP, assumindo a qualidade BREP.

**Relatório
de
Execução
2008**

Da análise do indicador – n.º de bolsas de formação apoiadas anualmente, verifica-se que a meta média anual estabelecida foi totalmente alcançada (102%), superando-se o valor previsto.

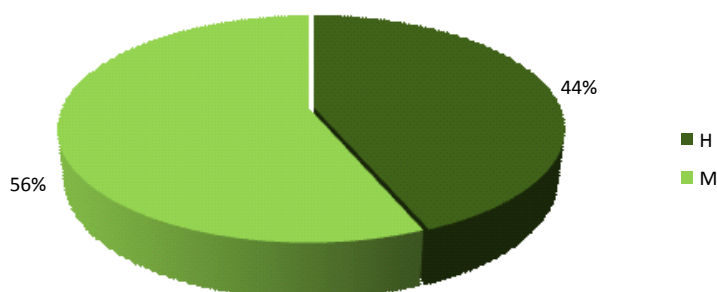
Este dado traduz, com segurança, um processo de convergência entre o nível das qualificações científicas dos recursos humanos nacionais e os níveis observados na generalidade dos países nossos parceiros na União Europeia.

Ventilações	Total	Doutoramento		Pós - doutoramento		Nacional		Estrangeiro	
		H	M	H	M	H	M	H	M
Nº de bolsas	4.365	1.542	1.986	370	467	1.190	1.715	722	738

Da análise em termos de tipo de Bolsa apoiada, verifica-se a predominância das bolsas de doutoramento face às bolsas de pós-doutoramento, representado 80% das bolsas concedidas. No que concerne à localização das instituições de acolhimento dos bolseiros, constata-se que predomina a realização de programas doutorais em instituições nacionais (67%) face a instituições estrangeiras.

Relativamente à distribuição dos bolseiros por género, regista-se uma supremacia das mulheres – 56 % dos bolseiros apoiados são mulheres e 44% são homens, o que é justificado pelo facto da maioria dos alunos que frequentam o Ensino Superior ser do género feminino, o que de algum modo facilita o prosseguimento de estudos para patamares de qualificação avançada.

Gráfico 1 - Eixo 4
Bolsas de doutoramento



Relatório de Execução 2008

Uma análise da distribuição dos apoios concedidos por áreas científicas permite concluir quanto a alguma concentração - cerca de 56% dos bolseiros apoiados realizaram a sua formação nas áreas das Ciências da Saúde (13%), Ciências Biológicas (10%), Engenharia electrotécnica e informática (7%), Psicologia (6%), Química (5%), Ciência e Engenharia de Materiais (4%), Economia e Gestão (4%), Ciências da Educação (4%) e Física (4%).

É de realçar que as áreas de formação tradicionalmente masculinas e femininas se reflectem na distribuição dos bolseiros pelas áreas científicas acima identificadas, verificando-se uma concentração do género masculino nas áreas da Engenharia Electrotécnica e Informática, Física e Economia e Gestão. Por outro lado, verifica-se que nas áreas ligadas à Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, Psicologia, Química e Ciências da Educação, o género feminino assume uma maior prevalência nos apoios.

Por áreas científicas	Total	No ano 2008		Valores acumulados desde o início	
		H	M	H	M
Antropologia	37	12	25	12	25
Arquitectura, Urbanismo e Design	117	63	54	63	54
Ciência Animal e Ciências Veterinárias	62	19	43	19	43
Ciência Política	58	29	29	29	29
Ciências Agrárias e Florestais	96	27	69	27	69
Ciências Biológicas	454	163	291	163	291
Ciências da Comunicação	49	20	29	20	29
Ciências da Educação	158	27	131	27	131
Ciências da Saúde	568	181	387	181	387
Ciências da Terra e do Espaço	87	47	40	47	40
Ciências do Ambiente	145	50	95	50	95
Ciências do Desporto	52	32	20	32	20
Ciências do Mar	123	37	86	37	86
Ciências e Engenharia de Materiais	172	73	99	73	99
Ciências Jurídicas	38	16	22	16	22
Economia e Gestão	162	92	70	92	70
Engenharia Bioquímica e Biotecnologia	130	36	94	36	94
Engenharia Civil e de Minas	119	84	35	84	35
Engenharia Electrotécnica e Informática	294	246	48	246	48
Engenharia Mecânica	90	74	16	74	16
Engenharia Química	102	46	56	46	56
Estudos Africanos	5	2	3	2	3
Estudos Artísticos	128	61	67	61	67
Estudos Literários	82	29	53	29	53
Filosofia	40	22	18	22	18
Física	153	109	44	109	44
Geografia	17	10	7	10	7
História e Arqueologia	116	62	54	62	54
Linguística	25	5	20	5	20

Relatório de Execução 2008

Por áreas científicas	Total	No ano 2008		Valores acumulados desde o início	
		H	M	H	M
Matemática	124	75	49	75	49
Promoção e Adm. de Ciência e Tecnologia	7	4	3	4	3
Psicologia	248	46	202	46	202
Química	239	93	146	93	146
Sociologia e Demografia	68	20	48	20	48
Total	4.365	1.912	2.453	1.912	2.453

Un: euros

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira das bolsas de formação avançada apoiadas anualmente	TI 4.1	63.571.260,92	63.571.260,92	63.571.260,92	0,00

Analisando a execução financeira, constata-se que a despesa aprovada pela Autoridade de Gestão coincide com as despesas apresentadas pelo BREP.

De realçar que, no contexto dos apoios concedidos para realização de acções de doutoramento e pós-doutoramento no estrangeiro, foi decidido, em sede de programação e consagrado na respectiva regulamentação específica, o princípio da elegibilidade das despesas incorridas com a realização das acções no estrangeiro, a partir da consideração do princípio da proporcionalidade. A aplicação deste princípio visou a redução da base de apoio comunitário às acções realizadas no estrangeiro.

Assim, no período em análise e relativamente às acções desenvolvidas no estrangeiro, foi considerada a elegibilidade de apenas 74,8% das despesas apresentadas, referencial considerado adequado face ao histórico registado em anteriores períodos de programação (i.e., por cada 1000 € de investimento, é considerado para efeitos de co-financiamento comunitário um investimento de 748€).

Contudo, na despesa apresentada pelo BREP foi já introduzido o referido princípio de proporcionalidade do co-financiamento, motivo pelo qual não foram registadas quaisquer quebras na despesa aprovada pela Autoridade de Gestão.

Relatório de Execução 2008

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de empresas e instituições de I&D apoiadas anualmente	TI 4.2	38	38	380

A Tipologia de Intervenção 4.2 – Promoção do Emprego Científico visa aumentar o número de investigadores nas instituições de IDT e nas empresas, como base da capacitação para investigação científica de excelência e o desenvolvimento competitivo das empresas.

Paralelamente, é igualmente objectivo central aumentar o investimento público em investigação científica, criando as condições para aumentar a despesa privada em I&D empresarial, promovendo o rápido desenvolvimento científico e tecnológico e os mecanismos conducentes à inovação.

Neste contexto, a Tipologia visa a promoção do emprego científico, nomeadamente através da celebração de Contratos-Programa da FCT com instituições científicas, públicas e privadas, procurando promover a inserção profissional de doutorados em entidades públicas e privadas com actividades de I&D. A entidade beneficiária dos apoios é, por isso, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP (FCT), na qualidade de Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas (OREPP).

Da análise do indicador – n.º de empresas e instituições de I&D apoiadas anualmente, cuja elegibilidade geográfica é determinada pelo local onde se situa a empresa ou instituição, verifica-se que a meta anual estabelecida não foi alcançada.

Contudo, importa salientar que este valor está em linha com os números registados no anterior período de programação, que em média apoiou anualmente cerca de 35 instituições de I&D, pelo que se considera que o desvio registado decorre da manutenção da situação, não tendo, contrariamente ao previsto, sido registado um crescimento em termos das instituições de I&D apoiadas na inserção de doutorados e pós-doutorados.

Relatório de Execução 2008

Ventilações	Total	Empresas		Instituições de I&D	
		H	M	H	M
Nº de doutorados	170	0	0	105	65

Da análise ao número de doutorados apoiados, verifica-se que os mesmos estão integrados exclusivamente em instituições de I&D, em resultado do concurso efectuado para a selecção das entidades contratantes.

De salientar que, o referido processo para selecção das entidades a apoiar é realizado pela FCT, na sua qualidade de OREPP, sendo da sua responsabilidade a avaliação e selecção das instituições a apoiar na contratação de investigadores.

Neste contexto, no concurso organizado pela FCT, apenas apresentaram candidatura instituições de I&D, apesar do esforço desenvolvido para envolver empresas no processo. Relativamente à distribuição dos investigadores contratados por género, regista-se uma predominância do género masculino (61%).

Un: euros					
Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Nº de empresas e instituições de I&D apoiadas anualmente	TI 4.2	11.388.179,44	11.388.179,44	11.388.179,44	0,00

Analisando a execução financeira, constata-se que a despesa aprovada pela Autoridade de Gestão coincide com as despesas apresentadas, dado que a natureza das despesas elegíveis no âmbito da presente tipologia decorrem dos encargos dos contratos laborais celebrados entre as instituições de I&D e os doutorados, não tendo sido apresentada qualquer desconformidade.

Esta execução distribui-se pelas regiões de convergência, cabendo à região do Norte 56,6%, à região do Centro 40,6% e à região do Alentejo 2,8%.

Relatório de Execução 2008

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de estudantes do ensino superior apoiados anualmente	TI 4.3	110.045	110.045	20.000

A Tipologia de Intervenção 4.3 – Bolsas e Programas para Estudantes do Ensino Superior visa alargar a base social de recrutamento do ensino superior e viabilizar, deste modo, o aumento do número de diplomados do ensino superior.

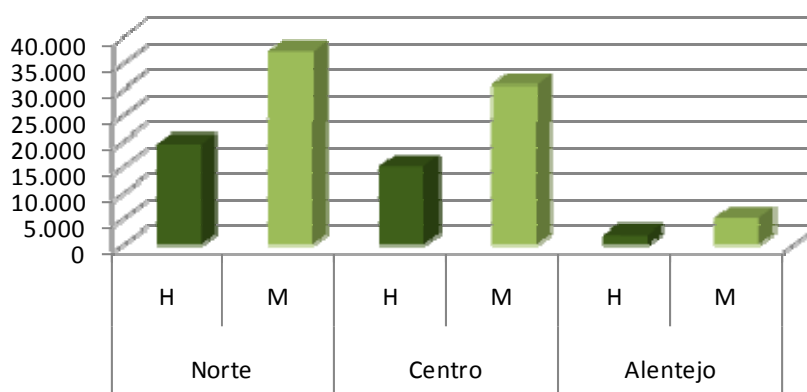
A entidade beneficiária dos apoios é a Direcção Geral do Ensino Superior (DGES), na qualidade de Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas (OREPP).

Da análise do indicador – n.º de estudantes do ensino superior apoiados anualmente, verifica-se que a meta anual estabelecida foi largamente superada. Esta situação deve-se, fundamentalmente, à alteração da base de cálculo para atribuição das bolsas, a partir de definição baseada no IAS (Indexante de Apoio Social), o que levou ao aumento do nº de alunos elegíveis aos apoios sociais.

Ventilações	Total	Estudo		Mérito	
		H	M	H	M
Nº de bolsas	110.045	36.399	73.338	136	172
Por região:					
Norte	56.953	19.387	37.403	63	100
Centro	46.037	15.077	30.818	72	70
Alentejo	7.055	1.935	5.117	1	2

Relativamente à distribuição dos bolseiros por género, regista-se uma predominância do género feminino (66%), justificada pelo facto da maioria dos alunos que frequentam o Ensino Superior ser do género feminino.

Gráfico 2- Eixo 4
Bolsas de Estudo por região e género



Numa perspectiva regional, constata-se uma vez mais a predominância da região Norte, com cerca de 52%, explicada pela distribuição dos estabelecimentos de ensino e por razões demográficas.

Un: euros

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira dos estudantes do ensino superior apoiados anualmente	TI 4.3	104.363.184,45	104.363.184,45	104.363.184,45	0,00

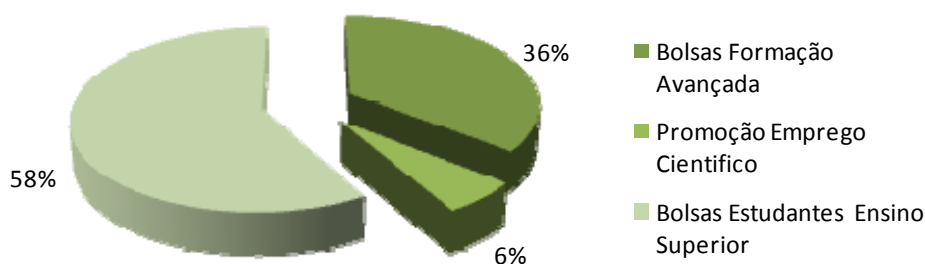
Analisando a execução financeira, constata-se que a despesa aprovada pela Autoridade de Gestão coincide com as despesas apresentadas, dado que os encargos elegíveis no âmbito da presente Tipologia de Intervenção são definidos regulamentarmente e referem-se aos encargos com a atribuição das bolsas de estudo e de mérito, de acordo com a respectiva legislação nacional enquadradora. Esta despesa tem origem 53% na região Norte, 42% na região do Centro e 5% na região do Alentejo.

• Síntese da execução das 3 tipologias do Eixo

Em conclusão, analisando as intervenções apoiadas no âmbito do Eixo 4 face às prioridades estratégicas definidas, considera-se que os apoios concedidos e os resultados alcançados estão em linha com a estratégia estabelecida.

Fazendo uma análise comparativa entre as 3 tipologias na óptica financeira, verifica-se que 58% da despesa aprovada foi relativa à Tipologia de Intervenção 4.3 – Bolsas para Alunos do Ensino Superior, seguida da Tipologia 4.1 – Bolsas de Formação Avançada com 36%, e por último e com menor relevância, a Tipologia 4.2 – Promoção do Emprego Científico.

Gráfico 3- Eixo 4
Despesa aprovada por tipologia



3. 5 Análise do Eixo prioritário 5

O eixo prioritário 5 – Apoios ao empreendedorismo e à transição para a vida activa compreende diferentes instrumentos que visam promover o nível, a qualidade e a mobilidade do emprego, através do incentivo ao espírito empresarial, do apoio à integração no mercado de trabalho de desempregados e do apoio à transição de jovens para a vida activa e do incentivo à mobilidade, que se concretizam em projectos que vão do apoio à criação de emprego e empreendedorismo, ao apoio de estágios, facilitando a transição de jovens qualificados para o mercado de trabalho.

Este eixo foi estruturado em três tipologias:

5.1 – Apoios ao Emprego (compreendendo diversas medidas activas)

5.2 – Estágios profissionais

5.2.1 - Programa de Estágios Profissionais

5.2.2 - Estágios Profissionais na Administração Pública Local (PEPAL)

5.3 – INOVContact

• Cumprimento de metas e análise dos progressos

→ Apoios ao emprego

A tipologia de Intervenção 5.1 – Apoio ao Emprego tem em vista estimular e tornar mais fácil o acesso ao emprego por parte das pessoas, que dada a sua situação de desvantagem relativa, apresentam maiores problemas para aceder ao mercado de trabalho como sejam jovens à procura de 1º emprego, desempregados de longa duração e pessoas em situação de desvantagem social.

Neste sentido a mesma consubstancia uma política pública executada mediante apoios financeiros dirigidos exclusivamente ao auxílio para a criação líquida de postos de trabalho sob a forma de apoios à contratação, apoios a iniciativas locais de emprego (ILE's) ou apoios concedidos a projectos de emprego promovidos por beneficiários das prestações de desemprego.

Relatório de Execução 2008

Nesta estrutura de apoios identificam-se aqueles que são dirigidos directamente a pessoas e outros que são dirigidos a entidades, pelo que na óptica da organização dos apoios concedidos no âmbito do POPH os primeiros integram-se em candidaturas BREP – Beneficiário Responsável pela Execução de Políticas Públicas e os segundos em candidaturas OREPP- Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas.

Tratando-se de políticas na área do emprego naturalmente que cabe ao IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional a sua execução, o qual se candidata ao POPH com o objectivo de obtenção de meios financeiros que permitam alavancar essas políticas. No âmbito desta tipologia o IEFP assume tanto o papel de BREP como de OREPP, conforme âmbito de actuação acima referido.

A forma diferenciada como estas modalidades se estruturam na prática, que ficou claramente definida apenas em 2009, teve impacto na forma inicialmente pensada para a recolha da informação, com consequências visíveis na capacidade do IEFP recuperar, em tempo, toda a informação necessária. Por isso, a presente prestação de contas apresentada pelo IEFP, diz respeito apenas aos apoios à contratação.

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de projectos (emprego) apoiados	TI 5.1	430	430	8.120

No âmbito desta tipologia de intervenção o indicador “Nº de projectos apoiados” mede-se pelo somatório dos projectos das entidades que concorrem directamente ao IEFP para os apoios à contratação, para os apoios à criação de postos de trabalho em iniciativas locais de emprego e ainda pelos projectos dos beneficiários das prestações de desemprego.

A meta anual do indicador “era de 8.120 projectos, pelo que o seu cumprimento cifrou-se por uma taxa de 5,3%

Para esta baixa taxa, como anteriormente referido, concorreu a mudança de paradigma da representação dos responsáveis pela execução das políticas públicas nos financiamentos do Fundo Social Europeu.

Ventilações	Total	NDLD		DLD		1º Emprego	
		H	M	H	M	H	M
Apoios à Contratação (abrangidos):							
Norte	273	17	45	20	106	21	64
Centro	251	22	57	27	92	12	41
Alentejo	166	18	51	9	51	12	25
Total	690	57	153	56	249	45	130

Descrição das actividades económicas dos projectos internos (CAE – V. 3)

01 – Agricultura, produção animal, caça e actividades dos serviços relacionados	6	62 – Consultoria e programação informática e actividades relacionadas	8
02 – Silvicultura e exploração florestal	1	63 – Actividades dos serviços de informação	1
10 – Indústrias alimentares	12	66 – Actividades auxiliares de serviços financeiros e dos seguros	3
13 – Fabricação de têxteis	4	68 – Actividades imobiliárias	12
14 – Indústria do vestuário	10	69 – Actividades jurídicas e de contabilidade	27
15 – Indústria do couro e dos produtos do couro	1	70 – Actividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão	7
16 – Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliários, fabricação de obras de cestaria e de espartaria	1	71 – Actividades de arquitectura, de engenharia e técnicas afins; actividades de ensaios e de análises técnicas	5
17 – Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos	2	73 – Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião	7
18 – Impressão e reprodução de suportes gravados	3	75 – Actividades veterinárias	2
20 – Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos	1	77 – Actividades de aluguer	2
22 – Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	1	79 – Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e actividades relacionadas	3
23 – Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	1	80 – Actividades de investigação e segurança	1
24 – Indústrias metalúrgicas de base	1	81 – Actividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	6

Relatório de Execução 2008

25 – Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos	6	82 – Actividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	12
26 – Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos electrónicos e ópticos	1	84 – Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	5
31 – Fabricação de mobiliário e de colchões	3	85 – Educação	15
38 – Recolha, tratamento e eliminação de resíduos, valorização de materiais	3	86 – Actividades de saúde humana	15
41 – Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios); construção de edifícios	2	87 – Actividades de apoio social com alojamento	25
42 – Engenharia civil	2	88 – Actividades de apoio social sem alojamento	24
43 – Actividades especializadas de construção	11	90 – Actividades de teatro, de música, de dança e outras actividades artísticas e literárias	3
45 – Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	8	92 – Lotarias e outros jogos de apostas	1
46 – Comércio por grosso (inclui agentes), excepto de veículos automóveis e motociclos	13	93 – Actividades desportivas, de diversão e recreativas	7
47 – Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	61	94 – Actividades das organizações associativas	11
49 – Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos	2	95 – Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico	3
55 – Alojamento, restauração e similares	5	96 – Outras actividades de serviços pessoais	15
56 – Restauração e similares	40	97 – Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico	1
58 – Actividades de edição	4	99 – Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	4

Efectuando-se uma análise aos postos de trabalho criados através da medida de apoios à contratação, verifica-se que a grande maioria dos postos de trabalho criados destinam-se sobretudo a mulheres (77,1%).

Tendo em consideração a situação dos abrangidos face ao emprego, verifica-se que a grande maioria são desempregados de longa duração à procura de novo emprego (DLD's) com um peso de cerca de 45% do total dos abrangidos, seguido dos NDLD com um peso na ordem dos 30%, surgindo os desempregados à procura de 1º Emprego com cerca de 25%.

Representando sempre o género feminino a maioria dos destinatários abrangidos por este apoio, em linha com uma taxa de desemprego feminino mais elevada, situação que reforça a fragilidade deste grupo em termos da sua inserção laboral, representando esta medida uma política publica, com as características adequadas à resposta a esta problemática.

Focando a atenção no perfil das entidades que promoveram os projectos desta medida activa de emprego por Actividade Económica, verifica-se que a esmagadora maioria das mesmas operam na

Relatório de Execução 2008

área do Comércio, seguidas das empresas da área de restauração, de apoio social e das direccionadas para as áreas jurídicas e de contabilidade.

Un: euros

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira dos projectos (emprego) apoiados	TI 5.1	3.050.895,11	3.050.895,11	3.050.895,11	0,00

Centrando agora a análise no comportamento da tipologia no âmbito da sua execução financeira, observa-se uma execução de 3.050.895,11 € associada aos apoios à contratação.

No que concerne à despesa aprovada para o ano 2008, por região, verifica-se que a região Norte é aquela que apresentou uma maior execução representando 39% da despesa aprovada, seguida da região Centro com um peso de 36,3% sendo a região do Alentejo aquela que detêm o menor peso com 24,8% do total global.

→ Estágios profissionais

Os estágios profissionais visam complementar e aperfeiçoar as competências profissionais dos jovens qualificados através de uma experiência profissional obtida em contexto real de trabalho. Simultaneamente os estágios profissionais visam dinamizar o recrutamento por parte das entidades de acolhimento de novos trabalhadores, dando-lhe uma perspectiva experienciada mais qualificada e dinâmica.

Esta política pública destina-se a combater e prevenir o desemprego, sobretudo nas camadas mais jovens e qualificadas, promovendo também a adaptação das suas formações aos postos de trabalho oferecidos pelo mercado de emprego nacional. No quadro desta política destaca-se ainda a formação de quadros qualificados em contexto internacional, que tem como objectivos a qualificação de jovens para a integração em PME's com potencial internacional em sectores chave de actividade e mercados prioritários em Portugal.

Relatório de Execução 2008

A política pública dos estágios operacionaliza-se mediante a concessão de apoios financeiros a entidades do sector público ou privado. Estes apoios organizam-se em Programa de Estágios, da responsabilidade do IEFP, no PEPAL- Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Local, da responsabilidade da DGAL- Direcção-Geral da Administração Local e no INOVcontact da responsabilidade do AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. Na óptica da organização dos apoios financeiros concedidos pelo POPH, estes três organismos assumem-se como OREPP (IEFP), OISS (DGAL) e BREP (AICEP).

Indicador (global)	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de estágios apoiados	TI 5.2.2; 5.3	1.251	1.251	16.500

O indicador ‘estágios profissionais’ corresponde ao somatório das intervenções do IEFP, da DGAL e da AICEP.

Acontece que no ano de 2008 apenas intervieram a DGAL e a AICEP. A exemplo do explicitado para os apoios ao emprego, o IEFP teve nesta tipologia de intervenção ainda mais dificuldades na reorganização dos processos em correspondência com a sua passagem da condição de BREP a OREPP, do que resultou a sua ausência nesta prestação anual de contas.

Em termos do cumprimento da meta anual, e pelas razões antes explicitadas, o indicador deteve-se nos 7,58%, sendo que o contributo de cada tipologia é quase equivalente.

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados
Nº de estágios apoiados em território nacional	TI 5.2.2	676	676

Relatório de Execução 2008

Levando em consideração o que se referiu para o IEFP, a execução deste indicador no ano de 2008 esteve a cargo apenas da DGAL e, por isso, centrado na tipologia de intervenção 5.2.2. respeitante ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Local.

As entidades beneficiárias deste programa são autarquias locais (municípios e freguesias) e entidades intermunicipais (comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas) e candidatam-se directamente ao SIIFSE.

Após análise de admissibilidade no POPH, as candidaturas são sujeitas a uma análise técnica (análise de mérito) pela DGAL na qualidade de OISS. Esta análise visa em primeira linha verificar se a candidatura respeita os requisitos fixados no PEPAL, designadamente o nº de estagiários atribuídos por despacho do membro do Governo responsável pela área da administração local, tendo em conta as carências de recursos humanos e as condições internas de acolhimento e acompanhamento dos estagiários. Após decisão técnica a análise de candidatura prossegue no POPH.

Traçado este enquadramento global da tipologia de intervenção, importa agora analisar com algum detalhe o seu comportamento em termos de execução relativo ao ano de 2008, quer do ponto de vista físico, quer financeiro.

Ventilações	Total	H	M
Nível:			
Nível 2 -3	33	14	19
Nível 4-5	643	185	458
Total	676	199	477
Situação face ao emprego:			
NDLD	83	24	59
DLD	70	16	54
1º Emprego	523	159	364
Total	676	199	477

Relatório de Execução 2008

Por regiões	Projectos	Estagiários
Norte	94	255
Centro	92	245
Alentejo	46	176
Total	232	676

Detalhando um pouco mais esta análise, podemos constatar que a maioria dos estágios apoiados foi frequentada por indivíduos do género feminino –, o que em termos percentuais reflecte cerca de 71%.

Os dados relativos ao níveis de qualificação dos estagiários, revelam que os estágios foram dirigidos essencialmente a jovens possuidores de bacharelato e/ou licenciatura, sendo que estes níveis de habilitação correspondem a 643 dos estagiários abrangidos, atingindo uma percentagem de 95%.

Analisando a distribuição dos estagiários por situação face ao emprego, verifica-se a predominância de desempregados à procura de 1º emprego ascendendo os mesmos a valores percentuais na ordem dos 77% do total de estagiários apoiados, situação de acordo com o desenho do Programa de Estágios, uma vez que este se destina principalmente a jovens recém-saídos dos sistemas de educação e formação.

No que diz respeito ao nº de projectos apoiados por região verifica-se que, tendo em conta a dimensão território, o norte e o centro assumem uma clara prevalência face à região do Alentejo, apresentando entre si um equilíbrio face ao número de projectos em desenvolvimento. Esta constatação repete-se no número de estagiários, ou seja, foram reforçados as autarquias locais e entidades intermunicipais do Norte e Centro com idêntico número de estagiários.

Relativamente aos projectos com execução, importa referenciar a distribuição dos estagiários pelos diversos tipos de entidades beneficiárias, sendo o quadro seguinte demonstrativo de uma distribuição de recursos onde as freguesias também aparecem com um papel destacado.

Relatório de Execução 2008

Região	Nº. Total Projectos	Municípios	Freguesias	Entidades intermunicipais
Norte	72	39	30	3
Centro	92	61	27	4
Alentejo	68	61	6	1
Total	232	161	63	8

Un: euros

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira dos estágios apoiados em território nacional	TI 5.2.2	3.081.866,55	2.976.544,54	2.953.193,65	23.350,89

Em termos de execução financeira do indicador, verifica-se que a despesa aprovada representa cerca de 97% da despesa, executada e paga, apresentada pelos beneficiários, o que nos remete para uma grande conformidade entre a despesa submetida pelas entidades com as normas legais aplicáveis, garantindo assim a sua elegibilidade.

O quadro anterior permite-nos verificar que as despesas pagas pelas beneficiárias e submetidas ao gestor, no âmbito das regiões de convergência ascenderam a 3.081.866,55€, sendo 1.156.039,03€ da região Norte, 1.081.202,08€ da região Centro e 844.625,44€ do Alentejo.

➔ INOV Contacto

A Tipologia de Intervenção 5.3 destina-se a apoiar o Programa INOV contacto - Programa de Estágios Internacionais de Jovens Quadros, que é promovida, gerida e executada pela AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. Como referido, este programa visa apoiar a formação de quadros qualificados em contexto internacional, e tem como objectivos a qualificação de jovens para a integração em PME's com potencial internacional em sectores chave de actividade e mercados prioritários em Portugal.

Relatório de Execução 2008

De facto, podem candidatar-se ao INOV Contacto as empresas portuguesas com estruturas próprias em mercados externos e processos de internacionalização em curso ou em preparação. Podem ainda candidatar-se empresas multinacionais com importante implementação em Portugal e com elevado índice estratégico para a economia de Portugal ou implementadas em mercados de elevado potencial para Portugal, nos termos da legislação aplicável.

Fica claro que as empresas são uma das centralidades do INOV Contacto. Porém, contrariamente aos outros dois programas de estágios, os apoios financeiros são concedidos directamente aos estagiários pelo AICEP. Por essa razão, a AICEP acede aos apoios do POPH na condição de BREP.

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados
Nº de estágios apoiados realizados no estrangeiro	TI 5.3	575	575

Ventilações	Total	NDLD		DLD		1º Emprego	
		H	M	H	M	H	M
Nº de estagiários	575	235	167	14	12	94	53

Países de origem das empresas que acolhem os estagiários:

França	4	República Checa	2
Holanda	2	Hungria	2
Alemanha	10	Roménia	5
Itália	1	Bulgária	1
Reino Unido	10	Tunísia	6
Irlanda	3	Cabo Verde	5
Dinamarca	2	Moçambique	4
Portugal	383	Estados Unidos da América	35
Espanha	57	México	4
Bélgica	6	Brasil	9
Áustria	1	China	15
Polónia	2	Outros	6

Relatório de Execução 2008

O número de estágios apoiados e realizados em contexto internacional em 2008 pela presente tipologia, atingiu os 575. A distribuição por género permite-nos concluir que, nesta tipologia e contrariamente ao verificado na tipologia anterior, existe um claro predomínio do género masculino, representando cerca de 60% dos estágios realizados. Esta situação revela uma tendência contrária ao comportamento dos eixos de cariz mais social onde o predomínio do género feminino é uma constante.

No que diz respeito à situação face ao emprego, constata-se que o grosso do contingente dos estagiários são Desempregado à procura de novo emprego (NDLD), ou à procura de 1º emprego, representando os desempregados de longa duração (DLD's) cerca de 5% do universo dos estagiários abrangidos, sendo de notar que este indicador apresenta paridade entre o número de homens e mulheres.

Outro indicador a realçar no âmbito desta tipologia, prende-se com a análise das empresas que acolhem os estagiários.

Neste sentido, os indicadores de 2008, demonstram que a maioria das empresas promotoras são portuguesas, representando cerca de 67% da oferta, seguindo-se as empresas com sede em Espanha com valores percentuais na ordem dos 10% e nos E.U.A com 6%. Dos restantes países destaca-se a China e os países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), como Moçambique, Brasil e Cabo Verde, que apresentam também uma presença no conjunto global na ordem dos 3,13%.

Un: euros

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira dos estágios apoiados realizados no estrangeiro	TI 5.3	3.244.525,76	3.244.525,76	2.426.905,27	817.620,49

Numa análise da execução financeira desta tipologia, constata-se que a despesa aprovada pela Autoridade de Gestão coincide com as despesas apresentadas pelo AICEP.

Relembra-se que, no que reporta à realização de acções no estrangeiro, e por serem indiscutíveis os seus efeitos e impactos em todo o território nacional, particularmente nas regiões de convergência, foi decidido logo em sede de programação e reflectido na respectiva regulamentação específica, o

**Relatório
de
Execução
2008**

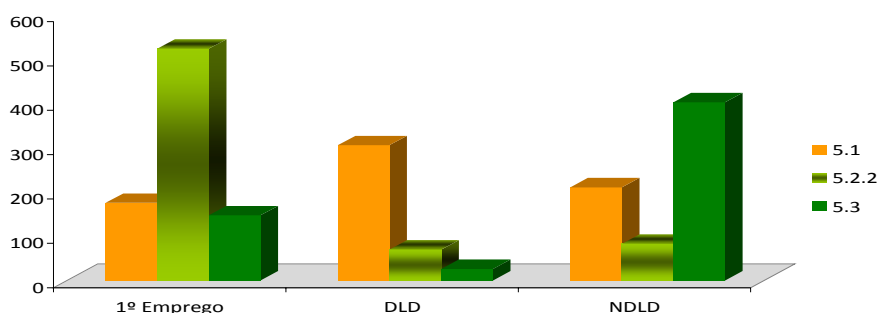
princípio da elegibilidade dos apoios incorridos com estas acções de acordo com o princípio da proporcionalidade das regiões de convergência no território nacional. A aplicação deste princípio visou a redução da base de apoio comunitário às acções realizadas no estrangeiro. No cumprimento deste princípio, a elegibilidade territorial destas acções é de apenas 74,8%, referencial considerado adequado face ao histórico registado em anteriores períodos de programação (i.e., por cada 1000 € de investimento, é considerado para efeitos de co-financiamento comunitário nos eixos da convergência um investimento de 748€). O facto da despesa apresentada pelo BREP já integrar o referido princípio da proporcionalidade do co-financiamento, resultou na coincidência exacta entre despesa apresentada e despesa aprovada.

Atendendo à especificidade da tipologia, a candidatura do AICEP não é regionalizável pelas regiões do objectivo convergência.

• **Análise comparativa das várias intervenções do Eixo 5**

A informação apresentada nas três tipologias do Eixo 5 tratada sob a forma de gráfico no que se refere à situação face ao emprego dos abrangidos, e mesmo tendo em atenção que a medida activa Estágios Profissionais do IEFP não apresentou execução no ano de 2008, evidencia com toda a clareza a natureza das medidas de política activa de emprego. Com efeito, as pessoas à procura de 1º Emprego predominam nos programas de estágios.

Característica diferente tem o programa INOV Contacto, que abrange sobretudo desempregados à procura de novo emprego. Por seu turno, nos apoios à contratação são os desempregados de longa duração que relevam.



3. 6 Análise dos Eixos prioritários 6, 8 e 9

O Eixo 6- Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social tem por objectivo o desenvolvimento de estratégias integradas de base territorial, a promoção de programas específicos de formação orientados para assegurar o desenvolvimento de competências de pessoas em risco de exclusão do mercado de trabalho, o desenvolvimento de programas que actuem preventivamente sobre os factores geradores do abandono escolar e programas dirigidos à integração sócio-profissional de pessoas com deficiência ou incapacidade.

O eixo 6 está estruturado num conjunto de tipologias de intervenção que, por sua vez, estão organizadas no que se pode designar por sectores. Estas tipologias de intervenção têm uma abrangência às regiões de convergência, Algarve e Lisboa.

O conteúdo técnico das intervenções, seja na óptica da elegibilidade das acções, destinatários ou entidades beneficiárias, só para citar alguns aspectos, não divergem de região para região ou de eixo para eixo. Deste modo, são 13 as tipologias de intervenção com conteúdos diferenciados, que se organizam do seguinte modo:

- Formação para a inclusão
- Integração de imigrantes
- Integração de pessoas com deficiência
- Programas para a promoção do sucesso educativo (TI 6.11; 8.6.11; 9.6.11)
- Contratos locais de desenvolvimento social (TI 6.13; 8.6.13; 9.6.13)
- Respostas infra-estruturais de apoio social (TI 6.12; 8.6.12; 9.6.12)

As tipologias referidas nas três últimas marcas não têm execução em 2008, pelas razões expendidas noutro ponto deste relatório.

O conjunto destas 13 tipologias do Eixo 6 e análogas nos Eixos 8 e 9 contribuem para a concretização do Programa Nacional de Apoio à Inclusão (PNAI).

→ Formação para a inclusão

A Formação para a Inclusão apresenta como objectivo o desenvolvimento de competências profissionais, sociais e pessoais junto de grupos excluídos ou socialmente desinseridos, tendo em vista a aquisição de capacidades que lhes permitam integrar ou concluir acções de formação que confirmem certificação e ou a reintegração no mercado de trabalho.

A concessão dos apoios neste âmbito visa contribuir para o reforço de percursos de inserção que promovam quer o regresso ao sistema educativo/formativo, quer a prevenção do seu abandono precoce, bem como a inserção profissional de adultos em situação de maior vulnerabilidade.

Esta tipologia privilegia percursos formativos caracterizados por uma maior flexibilidade e de curta duração, que promovam a aquisição de competências não formais, aprendizagem necessária a uma posterior transição para percursos educativos/formativos com certificação.

Este aspecto permite, de acordo com os objectivos definidos, uma maior abrangência de públicos e territórios, ajustados às suas necessidades específicas. O alcançar dos objectivos de inclusão social leva a que se conjuguem nesta tipologia e, em simultâneo, públicos em diferentes estádios de desenvolvimento e com necessidades distintas, obrigando a uma adequação dos projectos às suas particulares necessidades.

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de formandos abrangidos por programas específicos de formação (para a inclusão)	TI 6.1	5.816	5.816	2.300
	TI 8.6.1	746	746	128
	TI 9.6.1	558	558	270
	Total	7.120	7.120	

Verifica-se assim, que foram atingidas metas muito para além dos indicadores inicialmente previstos, levando a um cumprimento de metas na ordem dos 378,93%, retrata de uma forma muito afirmativa a flexibilidade desta tipologia de intervenção, justificada quer pela flexibilidade de percursos construídos

Relatório de Execução 2008

à medida quer pela sua abrangência, permitindo estruturar intervenções incluindo jovens a partir dos 12 anos. De facto, a conjugação dos apoios junto de crianças e adultos abriu a possibilidade de desenvolver novas formas de intervenção.

Fluxos	No ano de 2008									Valores acumulados desde o início			
	Total	H	M	Pessoas que entram		Pessoas que saem		Abrangidos		Pessoas que entram		Pessoas que saem	
				H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Nº total de abrangidos	7.120	2.232	4.888	n.d	n.d	696	1.568	2.232	4.888	n.d	n.d	696	1.568

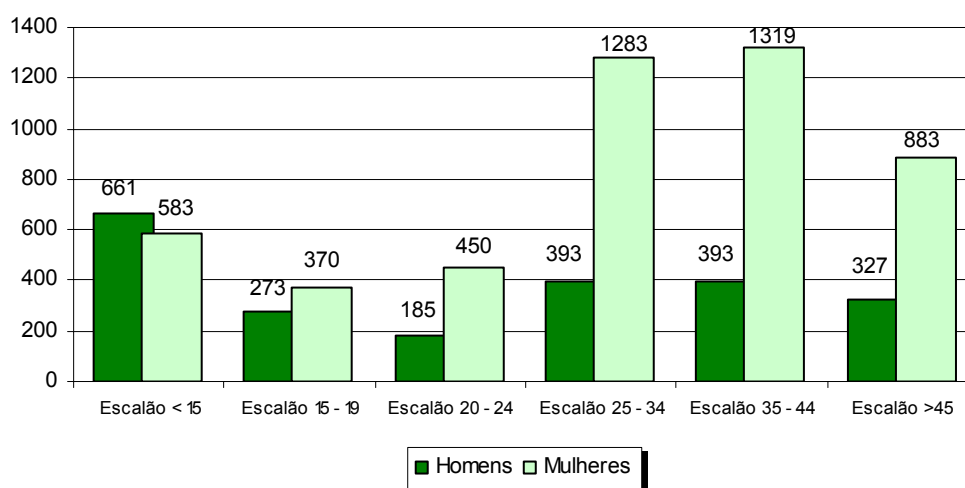
Ao detalhar a análise ao comportamento dos indicadores globais referidos e centrando a nossa reflexão na questão do género, facilmente constatamos que a população feminina assume grande expressividade, representando cerca de 69% no universo dos abrangidos.

A maior concentração das mulheres em segmentos de actividade com níveis de remuneração mais baixos, associada à persistência de práticas de discriminação salarial em função do género e à exposição ao emprego precário, poderão explicar esta desigualdade.

A inclusão de jovens como grupo alvo de intervenção desta tipologia, surge na perspectiva de que a educação formal constitui condição fundamental de partida para a inclusão social dos indivíduos, esforço necessário de combate aos actuais níveis de insucesso e abandono escolar precoce, apresentando o grupo etário dos jovens até aos 15 anos grande incidência na tipologia, representando cerca de 17% do universo.

Pode igualmente constatar-se que o grupo etário com mais de 44 anos caracteriza igualmente 17% do universo, verificando uma estrutura etária onde os seus extremos, os mais novos e os mais velhos representam 34% do total dos beneficiários abrangidos, situação que evidencia a particular fragilidade destes grupos e a necessidade de intervir de forma complementar junto dos mesmos, uns na sua formação e na aquisição de novas competências no sentido de os manter no sistema educativo/formativo, outros no sentido de os motivar a não desistir da sua inserção.

Graf.2E6.



Refira-se que 18% do universo dos destinatários têm idades entre os 15 e os 24 anos e os adultos nos escalões etários entre os 25 e os 44 anos, representam 48% do universo abrangido. De salientar que em todos os grupos etários o género feminino assume a esmagadora maioria dos destinatários

Analisando a caracterização dos destinatários relativamente à situação face ao emprego, verifica-se que a maioria dos mesmos encontra-se numa situação de desemprego, representando cerca de 73% do universo. Os inactivos representam cerca de 26% do universo, sendo que apenas nesta categoria prevalece o género masculino representando 51% dos abrangidos.

Para esta situação contribui o facto de se encontrarem incluídos os indivíduos reclusos, podendo afirmar-se que esta tipologia se tem revelado particularmente adequada junto deste público-alvo, no desenho de percursos individuais de inclusão social e no desenvolvimento de competências relacionais vitais em contexto social livre.

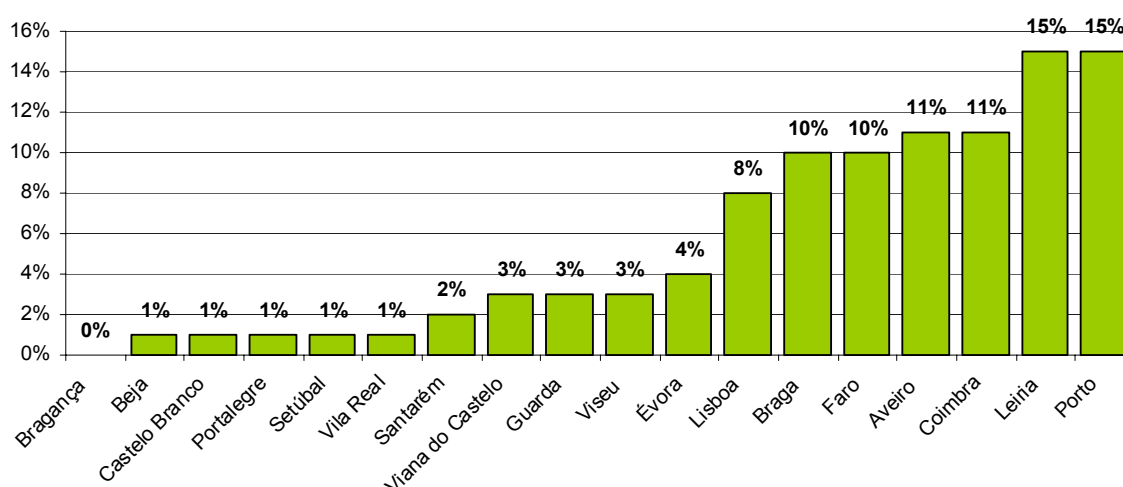
Os indivíduos empregados representam 1% do universo dos abrangidos, podendo incluir esta categoria os indivíduos que embora usufruindo de um emprego, este não lhe permite rendimento suficiente para a sua sustentação.

Relatório de Execução 2008

Ventilações	No ano de 2008			Acumulado 2007-2008		
	Total	H	M	Total	H	M
Situação face ao emprego:						
Empregados	63	4	59	63	4	59
Desempregados	5.229	1.289	3.940	5.229	1.289	3.940
Inactivos	1.828	939	889	1.828	939	889
Total	7.120	2.232	4.888	7.120	2.232	4.888
Escala etária:						
Jovens com idade inferior a 15 anos	1.244	661	583	1244	661	583
Jovens (15 – 19)	643	273	370	643	273	370
Jovens (20 – 24)	635	185	450	635	185	450
Grupo etário (25 – 34)	1.676	393	1.283	1.676	393	1.283
Grupo etário (35 – 44)	1.712	393	1.319	1.712	393	1.319
Com idade superior a 44 anos	1.210	327	883	1.210	327	883
Total	7.120	2.232	4.888	7.120	2.232	4.888

Particularizando um pouco a análise da tipologia e centrando-a numa óptica territorial, podem estabelecer-se dois grupos distintos caracterizados por uma certa homogeneidade relativamente à distribuição do número de formandos abrangidos por distrito. Um primeiro grupo com uma representação até aos 4% de abrangidos e um outro, cujos distritos se destacam por uma maior representatividade de destinatários.

Graf.3E6.



Relatório de Execução 2008

Ventilações	Unidade	Valores
Volume de formação – Horas totais	Horas	833.491,50
Volume de formação – Horas sala	Horas	826.924,50
Volume de formação – Horas PCT	Horas	6.567,00

Ao analisarmos o comportamento da tipologia do ponto de vista da sua execução formativa, verificamos que estamos perante uma intervenção marcada pelo “contexto de formação em sala”, ou seja, vocacionada para actividades que não se relacionam directamente ou exclusivamente com competências profissionais. Estamos em presença de acções que se destinam a promover o desenvolvimento dos denominados “*soft skills*”. Esta perspectiva ganha forma quando aferimos que em termos médios cada formando beneficiou de cerca de 117 horas de formação, o que uma vez mais realça o carácter complementar desta tipologia, a par de outras respostas formativas ou de outros instrumentos de política social, nomeadamente o RSI.

Un: euros

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira das acções de formação para a inclusão	TI 6.1	5.500.986,21	5.359.058,09	5.340.576,06	18.482,03
	TI 8.6.1	447.988,29	436.160,44	436.160,44	0,00
	TI 9.6.1	779.304,65	764.228,07	760.482,65	3.745,42
	Total	6.728.279,15	6.559.446,6	6.537.219,15	22.227,45

Em termos financeiros, verifica-se que para o ano de 2008 a execução foi de 6.559.446,60€, o que representa uma taxa de aprovação de 97,5% da despesa submetida o que revela um elevado grau de qualidade da despesa reportada, seja ela entendida sob a sua dimensão formal (tipo de documento) seja sobre a sua elegibilidade e razoabilidade, o que nos remete para o perfil consolidado de entidades a desenvolver projectos no âmbito desta tipologia. Em termos regionais a despesa aprovada distribui-se: 45,10% no Centro, 31,04% no Norte, 11,65% em Lisboa, 6,65% no Algarve e 5,56% no Alentejo.

→ Integração de imigrantes

A dimensão operacional da intervenção no sector dos imigrantes está estruturada em 4 tipologias, a saber:

- Formação em Língua portuguesa para estrangeiros (TI 6.6; 8.6.6; 9.6.6)
- Apoio ao acolhimento e integração de imigrantes e inclusão social de crianças e jovens (TI 6.8; 8.6.8; 9.6.8)
- Acções de formação e iniciativas de sensibilização dirigidas a públicos estratégicos no domínio do acolhimento e integração dos imigrantes (TI 6.9; 8.6.9; 9.6.9)
- Acções de investigação e promoção de campanhas de sensibilização da opinião pública em matéria de imigração (TI 6.10; 8.6.10; 9.6.10) que em seguida se analisam a partir dos indicadores constantes do texto programático do POPH.

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de formandos abrangidos em acções de formação em língua portuguesa	TI 6.6	755	755	463
	TI 8.6.6	878	878	185
	TI 9.6.6	0	-	552
	Total	1.633	1.633	

O Programa Português para Todos – PPT visa o desenvolvimento de cursos de língua portuguesa e de cursos de português técnico dirigidos à comunidade imigrante residente em Portugal. É gerido pelo ACIDI I.P., enquanto Organismo Intermediário com Subvenção Global (OISG) do POPH, tendo o contrato de delegação de competências sido assinado em 27 de Junho de 2008.

A execução de 2008 saldou-se numa abrangência a 1633 formandos contra uma meta de 1200, o que significa um cumprimento de 136,08%, não obstante a ausência de execução na região de Lisboa. Quer nas regiões de convergência, quer na região do Algarve as metas foram ultrapassadas, sendo mais evidente nesta última.

Relatório de Execução 2008

Fluxos	No ano de 2008								Valores cumulativos desde o início				
	Total	H	M	Pessoas que entram		Pessoas que saem		Abrangidos		Pessoas que entram		Pessoas que saem	
				H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Nº total de abrangidos	1.633	725	908	n.d	n.d	164	245	725	908	n.d	n.d	164	245

Dos 1.633 formandos/as abrangidos/as, verifica-se uma distribuição por 55,6% de mulheres e de 44,4% de homens, sendo que a sua ventilação por situação face ao emprego revela um peso significativo do nº de pessoas desempregadas (43,72%), sendo esta condição mais incisiva nas mulheres (62,04%) do que em relação ao homens (37,96%).

Ventilações	No ano de 2008			Acumulado		
	Total	H	M	Total	H	M
Empregados	909	448	461	909	448	461
Desempregados	714	271	443	714	271	443
Inactivos	10	6	4	10	6	4
Jovens (15 – 19)	74	44	30	74	44	30
Jovens (20 – 24)	135	56	79	135	56	79
Grupo etário (25 – 34)	460	177	283	460	177	283
Grupo etário (35 – 44)	444	203	241	444	203	241
Com idade superior a 44 anos	520	245	275	520	245	275
Total	3.266	1.450	1.816	3.266	1.450	1.816

Em termos nacionais, o peso etário mais significativo no total nacional da população imigrante situa-se entre os 25 e os 44 anos o que está reflectido no quadro abaixo, verificando-se, no entanto, algum enviesamento decorrente da realidade do Algarve, dissonante em termos nacionais e que está relacionada com a particularidade de comunidades instaladas há longo tempo nesta região do país.

Relatório de Execução 2008

A ventilação da distribuição dos abrangidos por distrito reflecte a realidade da imigração em Portugal de acordo com as estatísticas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – SEF, apesar de o quadro não reflectir os dados para a Região QREN de Lisboa, designadamente distritos de Lisboa e Setúbal – onde se verifica a maior incidência de imigrantes.

Habilitações Literárias	No ano de 2008			Acumulado 2007-2008		
	Total	H	M	Total	H	M
4º Ano	144	74	70	144	74	70
6º Ano	88	50	38	88	50	38
3º Ciclo (9º Ano)	226	112	114	226	112	114
Ensino Secundário	846	354	492	846	354	492
Bacharelato e Licenciatura	304	125	179	304	125	179
Mestrado	19	8	11	19	8	11
Doutoramento	4	0	4	4	0	4
Pós-Doutorado	2	2	0	2	2	0
Total	1.633	725	908	1.633	725	908

Dos 1.633 formandos/os abrangidos/as, verifica-se face às habilitações literárias, no Programa Português para Todos – PPT, que dos formandos/as abrangidos/as 59% detêm o Ensino Secundário, acima do Ensino Secundário a percentagem dos abrangidos/as corresponde a 20%, entrando neste grupo imigrantes com Bacharelato e Licenciatura, Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento. A percentagem do nº de abrangidos/as com habilitações académicas abaixo do Ensino Secundário situa-se nos 28%. Não se verificaram formandos/as com níveis de escolaridade inferior a 4 anos.

Distribuição por Distritos

Aveiro	102	Leiria	103
Beja	45	Lisboa	11

Relatório de Execução 2008

Distribuição por Distritos

Braga	49	Portalegre	10
Bragança	11	Porto	262
Castelo Branco	29	Santarém	12
Coimbra	67	Setúbal	0
Évora	10	Viana do Castelo	29
Faro	878	Vila Real	0
Guarda	0	Viseu	15

Ventilações do ano	Unidade	Valores
Volume de formação – Horas totais	Horas	80.467
Volume de formação – Horas sala		80.467
Volume de formação – Horas PCT		n. a

Os 1633 abrangidos frequentaram um volume de formação de 80.467 horas, distribuídas em 36,69 % pelo Algarve, 30, 85% pelo Centro, 28,52% pelo Norte e finalmente 3,94% no Alentejo. Os cursos e respectivas acções decorreram em períodos diferentes e nalguns casos, ainda se encontram a decorrer

Un.: Euros

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira acções de formação em língua portuguesa	TI 6.6	144.958,64	138.562,02	138.562,02	0,00
	TI 8.6.6	80.709,46	80.709,46	80.709,46	0,00
	TI 9.6.6	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	225.668,1	219.271,48	219.271,48	0,0

Durante o ano de 2008, a Despesa Pública Total submetida ao ACIDI I.P. importou em 225.668,30 €, tendo sido aprovado 219.271,48 €, o que revela uma elevada taxa de elegibilidade da despesa.

Relatório de Execução 2008

Em termos de distribuição regional, a despesa aprovada segue os demais indicadores, com os seus 31,59% no Centro, 26,18% no Norte, 5,43% no Alentejo e 36,81% no Algarve.

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de actividades locais apoiadas	TI 6.8	60	60	58
	TI 8.6.8	4	4	23
	TI 9.6.8	8	8	69
	Total	72	72	

A Tipologia 6.8 – Apoio ao Acolhimento e Integração de Imigrantes e Inclusão Social de Crianças e Jovens, em todos os seus eixos de intervenção, alimentam este indicador.

Esta intervenção tem por objectivo a promoção da informação junto dos cidadãos imigrantes sobre os seus direitos e deveres, tendo em vista a facilitação do seu processo de integração e a promoção de uma cidadania plena, bem como a promoção da inclusão social das crianças e jovens provenientes de contextos económicos mais vulneráveis, destinando-se exclusivamente a apoios concedidos ao Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural I. P. (ACIDI), na qualidade de BREP.

Da análise qualitativa dos valores de execução do indicador pode verificar-se que a maior percentagem das actividades locais aprovadas dizem respeito à Região de Convergência, tendo ultrapassado a meta prevista para o ano de 2008, o que não foi suficiente para contrabalançar a baixa execução das regiões de Algarve e Lisboa.

Ventilações	CNAI	Centros Locais – Entidades Apoiadas	Consórcios Locais
Nº de actividades locais apoiadas por região:			
Norte	1	5	17
Centro		10	12
Lisboa	1	7	0
Alentejo		6	9
Algarve		1	3
Total	2	29	41

Da análise qualitativa há a destacar que através da mesma foi prestado apoio, em 2008, a:

- 2 Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI), no Porto e em Lisboa: estruturas dependentes do ACIDI que têm por objectivo a prestação de um atendimento integrado à população imigrante residente em Portugal que contribua para a sua integração. No CNAI o imigrante pode contactar com diferentes instituições públicas (Ministérios da Educação, da Saúde, da Justiça, da Administração Interna e do Trabalho e Solidariedade Social) e com gabinetes de apoio especializado, mediante a actuação de mediadores sócio-culturais destacados de associações de imigrantes protocoladas.
- 29 Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII): espaços de acolhimento, informação e apoio descentralizado, que visam ajudar a responder às questões que se colocam aos imigrantes. Os CLAII resultam do estabelecimento de parcerias entre o ACIDI e diversas instituições da sociedade civil, organismos e serviços locais, autarquias/juntas de freguesia, e são dinamizados por técnicos formados pelo ACIDI.
- 41 Consórcios Locais desenvolvidos no âmbito do Programa Escolhas. Actualmente na sua 3ª fase, o Programa Escolhas viu as suas 1ª e 2ª fase financiadas no QCA III (POEFDS) no âmbito de uma Pequena Subvenção. Por essa razão a estes projectos é-lhes conferido um tratamento de 'projectos transitados'. Os Consórcios são estabelecidos pelo ACIDI com diversas organizações que em parceria promovem a inclusão, introduzindo método, rigor e inovação nas práticas organizacionais locais de intervenção social.

Em termos globais, foram envolvidos nestas intervenções 85 mediadores .

Un: euros

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Nº de actividades locais apoiados	TI 6.8	1.133.316,66	1.125.482,96	1.125.482,96	0
	TI 8.6.8	89.426,47	89.426,47	89.426,47	0
	TI 9.6.8	735.563,24	735.563,24	735.563,24	0
	Total	1.958.306,37	1.950.472,67	1.950.472,67	0

Relatório de Execução 2008

Da análise da execução financeira, verifica-se que foram apresentadas ao POPH despesas no valor de 1.958.306,67€, tendo sido reembolsado pela Autoridade de Gestão o montante de 1.950.472,67€, o que corresponde a uma percentagem de aprovação na ordem dos 99.6%. A análise do mesmo mapa, tendo em conta a distribuição regional, permite apurar uma percentagem de 57,70% do total de despesas aprovadas para a região de convergência e, dentro desta, 26.47% corresponde à região Norte, 18,62% à região Centro e 12,61% à região do Alentejo. Verifica-se ainda, que a região de Lisboa representa 37,71% do total aprovado enquanto que a região do Algarve representa 4,58%.

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de acções de formação e iniciativas de sensibilização e informação (para imigrantes)	TI 6.9	12	12	
	TI 8.6.9	4	4	
	TI 9.6.9	7	7	
	Total	23	23	

A Tipologia 6.9 – Acções de Formação e Iniciativas de Sensibilização Dirigidas a Públicos Estratégicos no Domínio do Acolhimento e Integração dos Imigrantes, em todos os seus eixos de intervenção, tem os seguintes objectivos:

- Promover uma melhor compreensão da diversidade cultural no seio das organizações públicas e privadas e um melhor acolhimento e integração de imigrantes;
- Sensibilizar técnicos, agentes educativos, agentes sociais, instituições e outros cidadãos interessados na problemática da igualdade de oportunidades no acesso dos imigrantes aos serviços do país de acolhimento, bem como relativamente ao combate a atitudes de discriminação;
- Formar técnicos e agentes educativos e sociais em sectores e áreas de formação em que a temática da imigração assuma particular relevância.

A realização das acções formativas previstas na alínea c) precedente, para as quais existe meta fixada no texto programático do POPH (Média anual de: 97, 39 e 115, respectivamente, para as regiões de convergência, Algarve e Lisboa) está suspensa da criação de condições a montante,

Relatório de Execução 2008

designadamente, a preparação de referenciais de formação pelo ACIDI, I.P. Por isso, a análise deste indicador incide apenas sobre as alíneas a) e b), tendo por referencial as actividades desenvolvidas nos 7 projectos com execução.

Ventilações	Total
Nº de actividades por região:	
Norte	4
Centro	4
Lisboa	7
Alentejo	4
Algarve	4
Total	23

Assim, foram desenvolvidas ou estão em desenvolvimento 11 actividades relativas à “concepção e produção de recursos técnico-pedagógicos”, está em execução, em Lisboa, uma 1 acção de sensibilização dirigida a 74 técnicos superiores dos Centros Locais de Apoio ao Imigrante, bem como 11 “outras actividades”, de que se destacam as Oficinas de Formação, Cooperação e Aprendizagem.

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira das acções de formação e iniciativas de sensibilização e informação (para imigrantes)	TI 6.9	1.442,17	1.387,17	1.387,17	0,00
	TI 8.6.9	348,00	348,00	348,00	0,00
	TI 9.6.9	348,00	348,00	348,00	0,00
	Total	2.138,17	2.083,17	2.083,17	0,0

Em termos de execução, verifica-se que o ACIDI, que actua como BREP nesta tipologia de intervenção, viu aprovada despesa no montante de 2.083,17€.

Relatório de Execução 2008

Indicador	Tipologia	No ano 2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de campanhas de sensibilização da opinião pública	TI 6.10	5	5	

A Tipologia 6.10 – Acções de Investigação e Promoção de Campanhas de Sensibilização da Opinião Pública em Matéria de Imigração, apenas aplicável à Região de Convergência, tem os seguintes objectivos:

- Alertar e mobilizar a sociedade civil e os organismos públicos e privados para a importância da diversidade e diálogo intercultural, para a efectiva igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho e na progressão na carreira; para o combate à discriminação por motivos baseados na nacionalidade, religião, origem étnica ou cor bem como à exploração da mão-de-obra imigrante e à promoção da responsabilidade social em matéria de acolhimento e integração de imigrantes;
- Estimular o desenvolvimento de projectos de investigação em matérias de imigração e cidadania intercultural, tendo em vista um melhor conhecimento da realidade da imigração na sociedade portuguesa.

Esta Tipologia destina-se a apoiar o Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural I. P. (ACIDI), na qualidade de BREP.

Este indicador não tem efectivamente meta fixada, por ausência de histórico precedentemente ao QREN que permitisse fixar um referencial para esta intervenção.

A execução dos dois únicos projecto não regionalizáveis do ACIDI, vem demonstrar a dificuldade de montagem deste tipo de actividades, dado que apenas conseguiu efectuar os trabalhos preparatórios das campanhas programadas:

- A realização de trabalhos de investigação sobre várias temáticas ligadas à imigração, ao diálogo intercultural e as comunidades presentes em território nacional;
- A realização de campanhas de comunicação de Rua (mupis), Televisão e Imprensa - assente no poder da imagem de imigrantes em situações reais do quotidiano

- A produção e disseminação de um conjunto alargado (brochuras, desdobráveis, folhetos) de materiais informativos específicos sobre determinadas matérias, e em diversas línguas, dirigidos aos imigrantes.
- O apoio à publicação de Teses Científicas no quadro do Observatório da Imigração
- A tradução, adaptação e divulgação de documentação produzida pela Agência Europeia para os Direitos Fundamentais (FRA).
- A realização de Workshops e seminários, para partilha de experiências, saberes e divulgação de boas práticas, visando a sua posterior replicação numa procura constante do conhecimento.

Un: euros

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira das campanhas de sensibilização da opinião pública	TI 6.10	47.035,15	47.035,15	47.035,15	0,00

→ Integração de pessoas com deficiência

A dimensão operacional da intervenção no sector das pessoas com deficiência está estruturada em 4 tipologias, a saber:

- Qualificação das pessoas com deficiências e incapacidades (TI 6.2; 8.6.2; 9.6.2)
- Qualidade dos serviços e organizações (TI 6.4; 8.6.4; 9.6.4)
- Apoio à mediação e integração das pessoas com deficiências e incapacidades (TI 6.3; 8.6.3; 9.6.3)
- Acções de investigação, sensibilização e promoção de boas práticas (TI 6.5; 8.6.5; 9.6.5)

Destas tipologias, há a destacar que para as duas tipologias referidas em primeiro lugar a Autoridade de Gestão do POPH delegou competências de gestão e controlo no Instituto do Emprego e Formação Profissional, ao qual atribuiu uma subvenção global, mediante contrato assinado em 28 de Julho de 2008. De referir, todavia, que essa delegação de competências apenas abrange as acções de formação profissional (TI 6.2, 8.6.2, 9.6.2) e acções de sensibilização dirigidas a técnicos e outros

Relatório de Execução 2008

profissionais de reabilitação profissional, organizadas na alínea a) da tipologia 6.4, 8.6.4, 9.6.4. As acções de consultoria inserida no processo que visa conferir uma certificação de qualidade às organizações que trabalham no âmbito da reabilitação, que estão organizadas na alínea b) desta última tipologia, são de candidatura directa ao POPH.

Quanto às tipologias 6.3, 8.6.3 e 9.6.3 em que o IEFPP passou do estatuto de BREP para OREPP, não foi possível em tempo útil recuperar a informação relativa à execução de 2008 para SIIFSE, pelo que estas tipologias não são neste ponto objecto de análise.

Indicadores	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de abrangidos em acções de desenvolvimento pessoal e profissional	TI 6.2; 6.4	719	719	4.800
	TI 8.6.2; 8.6.4	392	392	300
	TI 9.6.2; 9.6.4	214	214	520
	Total	1.325	1.325	

A tipologia 6.2 possui como objectivo a promoção de acções que visam a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiências e incapacidades, orientadas para o exercício de uma actividade no mercado de trabalho. Nesta tipologia são elegíveis acções de informação, avaliação e orientação profissional (IAOP), que se assumem como acções de natureza não formativa, bem como acções de formação profissional inicial e acções de formação profissional contínua, ambas de natureza formativa.

A tipologia 6.4. alínea a) Qualidade dos serviços e organizações, especificamente acções de formação e sensibilização dirigidas a técnicos/profissionais de reabilitação profissional, tem como objectivo melhorar a qualidade da intervenção das equipas técnicas das entidades públicas e privadas que desenvolvem programas de reabilitação. Nesta tipologia são elegíveis acções de formação profissional e acções de sensibilização, dirigidas a técnicos e outros profissionais de reabilitação profissional.

Tendo por base o número de abrangidos em acções de desenvolvimento pessoal e profissional, destacam-se as Tipologias 8.6.2 e 8.6.4 alínea a), que, no conjunto, superaram a média da meta

Relatório de Execução 2008

anual fixada para o período em causa, sendo a taxa atingida de aproximadamente 131%. Já as Tipologias 9.6.2 e 9.6.4 alínea a), apresentam um menor desempenho, com uma taxa de execução de 41%, e as Tipologias 6.2 e 6.4 alínea a) registam uma execução de 15% face à média da meta anual estabelecida.

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados
Nº de formandos abrangidos por acções de formação para pessoas com deficiências e incapacidades	TI 6.2; 6.4	577	577
	TI 8.6.2; 8.6.4	381	381
	TI 9.6.2; 9.6.4	72	72
	Total	1.030	1.030

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados
Nº de pessoas com deficiências e incapacidades abrangidos em acções de desenvolvimento pessoal	TI 6.2	142	142
	TI 8.6.2	11	11
	TI 9.6.2	142	142
	Total	295	295

Da análise dos dados constantes dos quadros anteriores verifica-se que, em termos globais, registou-se um maior número de participantes nas acções de carácter formativo, que perfazem 1.030 formandos e que representam cerca de 78% do número total de abrangidos. Do universo total (1.325 pessoas), 295 correspondem a pessoas com deficiências ou incapacidades que participaram em acções não formativas (IAOP).

Fluxos	No ano de 2008									Valores acumulados desde o início			
	Total	H	M	Pessoas que entram		Pessoas que saem		Abrangidos		Pessoas que entram		Pessoas que saem	
				H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Nº total de abrangidos	1.030	518	512	n.d	n.d	518	512	518	512	n.d	n.d	518	512

Relatório de Execução 2008

Nas acções de carácter formativo, registou-se um equilíbrio ao nível do género, com 50,2% de homens e 49,8% de participantes do sexo feminino.

Ventilações	No ano de 2008			Acumulado 2007-2008		
	Total	H	M	Total	H	M
Situação face ao emprego:						
Empregados	147	14	133	147	14	133
Desempregados	0	0	0	0	0	0
Inactivos	883	504	379	883	504	379
Total	1030	518	512	1030	518	512
Escalão etário:						
Jovens < 15	8	6	2	8	6	2
Jovens (15 – 19)	396	242	154	396	242	154
Jovens (20 – 24)	165	84	81	165	84	81
Grupo etário (25 – 34)	234	90	144	234	90	144
Grupo etário (35 – 44)	139	67	72	139	67	72
Com idade superior a 44 anos	88	29	59	88	29	59
Total	1.030	518	512	1.030	518	512
Distribuição por regiões:						
Região Norte	57	11	46	57	11	46
Região Centro	520	270	250	520	270	250
Região Lisboa	72	0	72	72	0	72
Região Alentejo	0	0	0	0	0	0
Região Algarve	381	237	144	381	237	144
Total	1.030	518	512	1.030	518	512

Os dados agora em análise reportam-se, apenas, às acções de carácter formativo. Assim, e em termos de situação face ao emprego, cerca de 86% dos participantes, enquadrados em acções de formação para pessoas com deficiências e incapacidades inserem-se na categoria de inactivos. Os restantes (147 participantes), são técnicos e outros profissionais de reabilitação que desenvolvem as suas actividades em entidades que intervêm na área da reabilitação profissional, enquadrando-se na categoria de empregados.

Relatório de Execução 2008

Analisando, de seguida, a caracterização dos formandos por escalão etário, verifica-se que se trata de uma população jovem, sendo que cerca de 55% dos formandos apresentam idades inferiores a 25 anos. Já os escalões dos 25 aos 44 anos representam 36 % do universo, sendo o valor residual, de cerca de 9%, correspondente aos formandos com idades superiores a 44 anos.

Reportando-nos, agora, à distribuição regional das pessoas abrangidas, constata-se que a região Centro foi a responsável por metade das pessoas apoiadas, sendo imediatamente seguida pela região do Algarve, com cerca de 37%. As regiões do Norte e Lisboa contribuem com aproximadamente 6% e 7%, respectivamente, de pessoas apoiadas nestas acções formativas.

A análise da distribuição dos destinatários por região e género permite também concluir que o género masculino predominou nas regiões do Centro e do Algarve. Relativamente à região do Alentejo, esta não apresentou execução ao nível das acções de natureza formativa. Todavia, contribuiu para a execução no âmbito das acções de carácter não formativo, que não se encontram aqui retratadas.

Indicador	2008	Valores acumulados
Volume de formação das acções de formação para pessoas com deficiências e incapacidades	871.374,5	871.374,5

Ventilações	Unidade	Valores
Nº total de abrangidos	Formandos	883
Volume de formação – Horas totais	Horas	871.374,5
Volume de formação – Horas sala	Horas	567.596
Volume de formação – Horas PCT	Horas	303.778,5
Volume de formação – Horas estrangeiro	Horas	0
Volume de formação - Estágio	Horas	0

Relatório de Execução 2008

No que se refere às acções formativas inseridas, estas abrangeram 883 formandos e um volume de formação de 871.374,5 horas, das quais 567.596 horas foram executadas em sala. A formação prática em contexto de trabalho, que representa aproximadamente 35%, assume particular importância face ao tipo de público envolvido, dado que contribui para o processo de aproximação dos formandos ao mercado de trabalho.

Indicador	2008	Valores acumulados
Volume de formação das acções de formação para profissionais da reabilitação	4.375	4.375

Ventilações	Unidade	Valores
Nº total de abrangidos	Formandos	147
Volume de formação – Horas totais	Horas	4.375
Volume de formação – Horas sala	Horas	4.375
Volume de formação – Horas PCT	Horas	0
Volume de formação – Horas estrangeiro	Horas	0

Quanto às acções formativas enquadradas na tipologia 6.4.alinea a) (Eixos 6, 8 e 9), estas envolveram 147 técnicos e outros profissionais de reabilitação profissional, ascendendo o volume de formação a 4.375 horas, que foram todas ministradas em sala.

Un: euros

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira das acções de desenvolvimento pessoal e profissional de pessoas com deficiências e incapacidades	TI 6.2; 6.4	3.612.703,60	3.454.915,54	3.434.933,31	19.982,23
	TI 8.6.2; 8.6.4	2.923.835,08	2.657.775,97	2.657.417,38	358,59
	TI 9.6.2; 9.6.4	86.159,38	86.159,38	86.159,38	0,00
	Total	6.622.698,06	6.198.850,89	6.178.510,07	20.340,82

Relatório de Execução 2008

Através da análise do quadro anterior, podemos verificar que a despesa aprovada, cifrou-se em 3.454.915,54€ para as tipologias 6.2 e 6.4, sendo 15.918,50€ da região Norte, 3.437.683,40€ da região Centro e 1.313.64€ do Alentejo.

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de acções de carácter complementar e estruturante	TI 6.5	26	26	
	TI 8.6.5	2	2	
	TI 9.6.5	4	4	
	Total	32	32	

A Tipologia 6.5 – Acções de Investigação, sensibilização e Promoção de Boas Práticas, em todos os seus eixos de intervenção, tem por objectivos:

- Desenvolver mecanismos de concepção e avaliação de políticas para a deficiência, através de um sistema integrado e transversal de sistematização de indicadores, podendo implicar acções específicas destinadas à investigação do fenómeno da deficiência em Portugal;
- Desenvolver instrumentos de suporte à elaboração e implementação de planos ou programas que promovam as acessibilidades nos territórios e nos serviços.

Deste modo e pelo seu carácter estruturante apenas têm acesso a esta tipologia entidades da administração local, para além do INR, visando pois uma estratégia de incorporação de mais-valia desenvolvida no âmbito dos projectos nos plano de acessibilidade destas organizações ou na sua estratégia normativa.

A ausência de histórico em Quadros Comunitários precedentes e de um padrão referencial justificam a não fixação de metas anuais para esta tipologia de intervenção, as quais se vão definindo com a própria execução.

**Relatório
de
Execução
2008**

Ventilações	N.º de Projectos	N.º de Actividades
N.º de projectos apoiados por região:		
Norte	8	29
Centro	14	82
Lisboa	4	67
Alentejo	4	11
Algarve	2	2
Total	32	191

Os projectos desta tipologia têm uma natureza “integrante”, fazendo coincidir num único projecto um conjunto amplo de actividades, pelo que, encontram-se em execução 191 actividades sendo que cerca de 43% correspondem à região Centro, seguida das regiões de Lisboa, Norte, Alentejo e Algarve, que representam em termos percentuais cerca de 35%, 15%, 6% e 1%, respectivamente.

São entidades beneficiárias desta tipologia, o INR, Municípios, Comunidades e Associações de Municípios. Os projectos desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Reabilitação visam a promoção do reforço da capacidade Institucional e da sua eficiência nas políticas de apoio à deficiência com o desenvolvimento de acções do tipo estudos sobre a deficiência e acções de sensibilização junto Organismos da Administração Pública Central e Local, enquanto que os Municípios visam desenvolver acções que contribuem para garantir uma plena acessibilidade nas suas zonas de influencia, realizando estudos e implementando acções de sensibilização das populações e técnicos envolvidos no processo.

As Comunidades Urbanas e Associações de Municípios apresentam projectos que promovem as acessibilidades de uma forma mais vasta, abrangendo vários Municípios, também através da realização de estudos, concepção e produção de materiais informativos, como sejam conteúdos de Sítios na internet, publicações de brochura turística em Braille, etc., bem como acções de Informação/formação.

Neste sentido, e da análise qualitativa dos valores apresentados para o indicador “acções de carácter complementar e estruturante” verifica-se que a maior percentagem das acções aprovadas dizem

Relatório de Execução 2008

respeito a Planos Locais, Sectoriais e Municipais de Acessibilidade, cujas entidades Beneficiárias são os Municípios, com uma maior incidência na Região de Convergência.

De notar que a execução das acções aprovadas foi afectada pela necessidade de adaptação à nova Lei do Código dos Contratos Públicos, decreto-lei 18/2008, de 29 de Janeiro, segundo o qual, os procedimentos com vista à contratação pública devem decorrer numa plataforma digital, plataforma essa que, no caso dos Municípios, foi desenvolvida pelas Associações respectivas, verificando-se alguns atrasos na sua implementação.

Un: euros

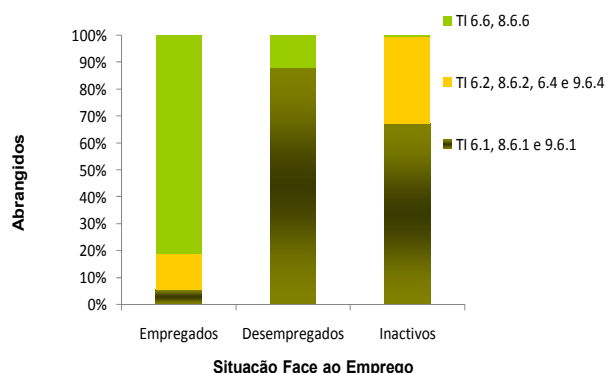
Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira das acções de carácter complementar e estruturante	TI 6.5	193.350,22	188.294,08	188.294,08	0,00
	TI 8.6.5	1.309,36	654,68	654,68	0,00
	TI 9.6.5	2.990,44	2.986,82	(4.156,69)	7.143,51
	Total	197.650,02	191.935,58	184.792,07	7.143,51

Não há aspectos particulares a destacar, referindo-se, contudo, que, do montante total aprovado para as regiões de convergência, 14.779,83€ correspondem à região Norte, 172.196,41€ à região Centro, e 1.317,84€ à região do Alentejo.

• Análise comparativa da situação face ao emprego dos abrangidos nas acções formativas do Eixo

Tendo por base o número de abrangidos nas acções formativas destacam-se as TI da formação para a inclusão que, no seu conjunto, apresentam a maior percentagem de desempregados e inactivos com valores na ordem dos 89% e 67%, respectivamente. As TI direccionadas à integração de imigrantes, concentram a maior percentagem de empregados, comparativamente às restantes Tipologias, assumindo uma expressão de aproximadamente 81%. Relativamente às TI vocacionadas para a integração de pessoas com deficiência, estas caracterizam-se pela predominância de inactivos.

**Relatório
de
Execução
2008**



3.7 Análise dos Eixos prioritários 7, 8 e 9

O Eixo 7 – Igualdade de Género, tem como objectivo fundamental, difundir uma cultura de igualdade através da integração da perspectiva de género nas estratégias de educação e formação, a igualdade de oportunidades no acesso e na participação ao mercado de trabalho, a conciliação entre a vida profissional e familiar, a prevenção da violência de género e a promoção da eficiência dos instrumentos de política pública na promoção da igualdade de género e de capacitação dos actores relevantes para a sua prossecução.

O Eixo está estruturado num conjunto de tipologias de intervenção específicas, mais concretamente em 7 tipologias, enquadradas pelo Eixos, 7, 8 e 9 do POPH constituídas da forma seguinte:

7.1 Sistema Estratégico de Informação e Conhecimento

7.2. Planos para a Igualdade

7.3. Apoio Técnico e Financeiro às Organizações não Governamentais,

7.4. Apoio a Projectos de Formação para Públicos Estratégicos

7.5 Sensibilização e Divulgação da Igualdade de Género e Prevenção da Violência de Género

7.6 Apoio ao Empreendedorismo, Associativismo e Criação de Redes Empresariais de Actividades Económicas Geridas por Mulheres

7.7 Projectos de Intervenção no Combate à Violência do Género

Esta última tipologia não teve execução no ano de 2008

Indicador	Tipologia	No ano 2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de acções de informação e divulgação	TI 7.1; 7.5	28	28	

O indicador que mede o 'Nº de acções de informação e divulgação' sobre a temática da igualdade de oportunidades recolhe informação das tipologias de intervenção 7.1 e 7.5, sendo que a primeira tem como ponto focal a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, na qualidade de BREP.

Este indicador não tem meta quantificada, por ausência de histórico deste tipo de intervenções.

Do lado da execução, a retirada de informação útil para a interpretação deste indicador remete necessariamente para o detalhe dos projectos. Assim, foram desenvolvidos 5 projectos que no seu conjunto implicaram 28 actividades ou acções, 9 na tipologia 7.1 e 19 na tipologia 7.5.

Quanto aos 3 projectos da tipologia 7.1 – Sistema Estratégico de Informação e Conhecimento, as acções são as seguintes:

- Sistema Integrado de Informação e Conhecimento que consiste na elaboração de um sistema integrado de informação, que permita o conhecimento objectivo das relações de género, a consulta e o apoio à decisão e intervenção da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e de decisores políticos nesta temática.

- Portal para a Igualdade que prevê a concepção e implementação de um Portal para a Igualdade.
- Estudos e Referenciais de Formação :

Concepção e produção de recursos técnico-pedagógicos

Construção de um guião pedagógico sobre Cidadania e Igualdade de Género para integrar no sistema educativo formal, pré-escolar e 3º Ciclo.

Este guião irá funcionar como um instrumento para se promover a integração da dimensão de género na Administração Pública Central (Ministérios e Inter-departamentos) - "*Mainstreaming* de Género

Este guião irá funcionar como um instrumento para se promover a integração da dimensão de género na Administração Pública Local

Este guião irá funcionar como um instrumento para integração da dimensão de género nas empresas e nas organizações

Desenvolvimento de módulos de formação/ informação

Construção de um referencial de formação sobre Cidadania e Igualdade de Género destinado a integrar esta temática na educação e formação de adultos

Este referencial de formação funcionará como um instrumento indispensável de formação de agentes de forças de segurança em violência doméstica e tráfico de seres humanos

Estes referenciais funcionarão como um instrumento indispensável para formação de profissionais de saúde no atendimento e apoio a vítimas de violência doméstica e tráfico de seres humanos

Quanto à tipologia de intervenção 7.5 – Sensibilização e Divulgação da Igualdade de Género e Prevenção da Violência de Género, foram aprovados 2 projectos com as seguintes características:

- Sensibilizar e Divulgar para uma Cidadania Plena que visa, sensibilizar e divulgar temas como a violência de género, o tráfico de seres humanos, a conciliação entre a vida familiar e profissional e a promoção de acesso paritário a lugares de decisão.

Neste sentido, o projecto abrangeu 3 campanhas de sensibilização. O projecto constitui-se ainda pela definição de conteúdos para a atribuição de 2 prémios: um promove a Igualdade de Género nos meios de comunicação social e o outro promove o mesmo tema junto do meio empresarial.

- Divulgar e Debater a Cidadania e a Igualdade de Género que dando seguimento às orientações do III Plano Nacional da Igualdade, III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica e I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos pretende editar publicações sobre estas matérias que permitam conhecer e fornecer ferramentas fundamentais para o combate aos estereótipos e violência de

género e possibilitem a introdução destas temáticas na educação e de medidas para a integração socioprofissional de mulheres em áreas onde se encontram sub-representadas.

Concepção e produção de materiais informativos

Código de Boas Práticas para uma linguagem inclusiva nos produtos institucionais escritos e visuais

Check list para avaliação dos manuais escolares

Glossário sobre conceitos e terminologia utilizados na temática da Igualdade de Género

Publicação da Recomendação do Conselho da Europa, de Outubro de 2007 - Igualdade de Género na Educação, em língua portuguesa

Publicação da Recomendação do Conselho da Europa, de Dezembro de 2007 – Políticas para a Igualdade Mecanismos e medidas em língua Portuguesa

Publicação do Manual da UE para a Política de Emprego, em língua portuguesa

Publicação do Manual da UE para a Inclusão social, em língua portuguesa.

Conjunto de sugestões dirigidas a docentes de Educação Física com vista à integração da igualdade entre raparigas e rapazes nas práticas desportivas em contexto escolar

Jogo Infantil de Cartas sobre a Igualdade de Género nas profissões, para distribuição nas Bibliotecas dos agrupamentos escolares

Primeiro Estudo nacional para promover a visibilidade e aprofundar o conhecimento deste fenómeno subterrâneo com impacto ao nível mundial, disseminando pelas entidades não governamentais e sociedade em geral

Publicação da Convenção do Conselho da Europa sobre Tráfico de Seres Humanos (já ratificada por Portugal), em língua portuguesa

Folhetos traduzidos em várias línguas para apoio aos imigrantes sobre legislação portuguesa, sobre locais e formas de apoio a pessoas vítimas de tráfico e exploração sexual. Folhetos para técnicos sobre encaminhamento de situações de Violência Doméstica. Folhetos sobre o Plano de segurança para vítimas, para profissionais de saúde e direito das vítimas.

Publicação do Inquérito Nacional sobre Violência de Género, primeiro estudo realizado de um modo abrangente sobre a temática Pretende-se disseminar o conhecimento pela sociedade em geral.

Estudo de caracterização da pobreza no feminino em Portugal através do cruzamento de indicadores de diferentes naturezas. Este estudo foi um dos produtos que serviu de suporte à presidência Portuguesa em matéria de Igualdade de Género.

Em termos de despesas aprovadas pela Autoridade de Gestão as actividades em execução ou já concluídas geraram:

Un: euros

**Relatório
de
Execução
2008**

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira das acções de informação e divulgação	TI 7.1; 7.5	519.225,54	519.225,54	519.225,54	0

Relatório de Execução 2008

No que respeita à execução financeira destas tipologias, temos o valor de 519.225,54€ de despesa total aprovada pelo POPH para o ano de 2008, sendo que a mesma representa 18,7% da tipologia 7.1 e 81,3% da tipologia 7.5, para esse ano.

→ Intervenção contratualizada

O Eixo prioritário da Igualdade de Género tem 4 das suas sete tipologias de intervenção contratualizadas com a Comissão para Cidadania e Igualdade de Género (CIG) mediante um contrato de delegação de competências com Subvenção Global, assinado em 11 de Abril de 2008.

As tipologias de intervenção objecto de contratualização são:

7.2. Planos para a Igualdade

7.3. Apoio Técnico e Financeiro às Organizações não Governamentais,

7.4. Apoio a Projectos de Formação para Públicos Estratégicos

7.6 Apoio ao Empreendedorismo, Associativismo e Criação de Redes Empresariais de Actividades Económicas Geridas por Mulheres

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de empresas/entidades apoiadas para desenvolverem planos para a igualdade	TI 7.2	5	5	17
	TI 8.7.2	1	1	1
	TI 9.7.2	2	2	2
	Total	8	8	

A Tipologia de Intervenção 7.2. – Planos para a Igualdade, tem como objectivo mobilizar instituições públicas e privadas para a implementação de Planos para a Igualdade, através do reforço da integração da perspectiva de género nas políticas da Administração Pública Central e Local e do desenvolvimento de Planos para a igualdade no sector empresarial, público e privado e nas organizações em geral.

Relatório de Execução 2008

O plano para a Igualdade é fundamentalmente, um instrumento para apoiar a modificação das práticas de gestão das organizações, enquanto entidades empregadoras. Neste sentido, a elaboração do Plano pode implicar várias fases, conforme a situação organizacional, nomeadamente:

- Diagnóstico, com identificação das metodologias;
- Elaboração do Plano, que inclui o plano de formação/acção e as estratégias para a mudança organizacional
- Implementação, incluindo estratégias de aplicação, bem como a monitorização e a avaliação.

À data de referência deste relatório estão em plena execução **8** projectos, o que representa 40% da meta, com a seguinte distribuição regional:

Ventilações	Total
Nº de projectos apoiados por região:	
Norte	0
Centro	4
Lisboa	2
Alentejo	1
Algarve	1
Total	8

Un: euros

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira das empresas/entidades apoiadas para desenvolverem planos para a igualdade	TI 7.2	30.185,71	30.185,71	30.185,71	0,00
	TI 8.7.2	3.964,02	3.964,02	3.964,02	0,00
	TI 9.7.2	7.915,83	7.915,83	7.915,83	0,00
	Total	42.067,54	42.067,54	42.067,54	0,00

Relatório de Execução 2008

A despesa submetida pelos beneficiários foi totalmente aprovada. Em termos de distribuição geográfica da despesa verifica-se que 71,76% provém das regiões de convergência, despesa que não é regionalizável, 18,82% da região de Lisboa e 9,42% da região do Algarve.

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de projectos promovidos por ONG	TI 7.3	8	8	84
	TI 8.7.3	0	0	5
	TI 9.7.3	1	1	12
	Total	9	9	

A Tipologia de Intervenção 7.3. – Apoio Técnico e Financeiro às Organizações não Governamentais, tem como objectivo apoiar as organizações não governamentais (ONG) e outras entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, que actuem na área da Igualdade de Género, na sua capacitação e organização, de forma a proporcionar-lhes os meios que lhes permitam agir de forma complementar com as intervenções públicas para a promoção da igualdade de género através do reforço da sua intervenção e aprofundamento da capacidade de participação das mulheres na actividade económica e social, e dos homens na esfera privada.

À data de referência deste relatório estão em plena execução apenas 9 projectos dos 62 aprovados até 31 de Dezembro de 2008, o que representa 8,9 % da meta perspectivada.

A obrigatoriedade destas organizações preverem nos seus estatutos a intervenção no âmbito da igualdade de género, enquanto condição de acesso à tipologia, apresentou-se como uma dificuldade e provocou o afastamento de muitas entidades com actuação relevante neste domínio. De referir que esta avaliação teve como consequência a revisão da regulamentação específica, processo que se encontra em curso.

Os 9 projectos a que se referiu anteriormente correspondem a igual número ONG's com a seguinte distribuição regional:

**Relatório
de
Execução
2008**

Ventilações	Total
Nº de projectos apoiadas por região:	
Norte	4
Centro	4
Lisboa	1
Alentejo	0
Algarve	0
Total	9

Un: euros

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira dos projectos promovidos por ONG	TI 7.3	48.865,75	21.472,25	18.080,94	3.391,31
	TI 8.7.3	0,00	0,00	0,00	0,00
	TI 9.7.3	11.655,87	10.287,87	10.287,87	0,00
	Total	60.521,62	31.760,12	28.368,81	3.391,31

A redução da despesa aprovada face à submetida deve-se ao facto de não se ter verificado uma justificação sistematizada por parte das entidades na apresentação da despesa, motivo porque esta não pôde ser considerada nesta fase.

Indicador	Tipologia	No ano 2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de abrangidos em acções de formação em igualdade de género	TI 7.4	140	140	1.598
	TI 8.7.4	12	12	102
	TI 9.7.4	0	0	228
	Total	152	152	

Relatório de Execução 2008

Tipologia de Intervenção 7.4. – Apoio a projectos de formação para públicos estratégicos, tem como objectivo formar e qualificar actores e decisores estratégicos na temática da Igualdade de Género e na prevenção da Violência de Género e alterar a perspectiva existente sobre os papéis de mulheres e homens.

A execução do ano releva de apenas 8 projectos tendo-se cifrado pelos 8,76%. Todavia, os 29 projectos aprovados no ano de 2008 permitem perspectivar uma melhor aproximação à meta anual.

Fluxos	No ano de 2008									Valores cumulativos desde o início			
	Total	H	M	Pessoas que entram		Pessoas que saem		Abrangidos		Pessoas que entram		Pessoas que saem	
				H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Nº total de abrangidos	152	46	106	n.d	n.d	4	2	46	106	n.d	n.d	4	2

Ventilações	No ano de 2008			Acumulado 2007-2008		
	Total	H	M	Total	H	M
Situação face ao emprego:						
Empregados	152	46	106	152	46	106
Desempregados	0	0	0	0	0	0
Inactivos	0	0	0	0	0	0
Total	152	46	106	152	46	106
Escalão etário:						
Jovens (15 – 19)	0	0	0	0	0	0
Jovens (20 – 24)	40	11	29	40	11	29
Grupo etário (25 – 34)	81	24	57	81	24	81
Grupo etário (35 – 44)	21	8	13	21	8	13
Com idade superior a 44 anos	10	3	7	10	3	7
Total	152	46	106	152	46	130

Relatório de Execução 2008

Distribuição por região:

Região Norte	100	31	69	100	31	69
Região Centro	40	7	33	40	7	33
Região Lisboa	0	0	0	0	0	0
Região Alentejo	0	0	0	0	0	0
Região Algarve	12	8	4	12	8	4
Total	152	46	106	152	46	106

Ventilações	Unidade	Valores
Volume de formação – Horas totais	Horas	3115
Volume de formação – Horas sala	Horas	3115
Volume de formação – Horas PCT	Horas	00
Volume formação – Horas TIC	Horas	200
Volume formação – Horas IO	Horas	246

Em relação aos 152 abrangidos verifica-se que a formação de públicos estratégicos, na sua concepção os agentes de formação, profissionais de educação, gestores, profissionais de recursos humanos, agentes sociais, forças e serviços de segurança, pessoal dos serviços de saúde, advogados, funcionários judiciais, consultores, jornalistas, agentes de publicidade e outros profissionais, cativa um número já significativo de homens (30,26%), se bem que seja no grupo das mulheres que encontra maior audiência (69,74%).

Como expectável estes 152 abrangidos são todos pessoas empregadas, sendo o grupo etário mais representativo (53,29%) o que se encontra limitado entre os 25 e os 34 anos.

Em termos de regionalização, verifica-se que cabe à região do Norte o maior dinamismo.

Em termos de volume, a formação desenvolvida tem uma componente de 6,4% de TIC e de 7,9 % de IO, apresentando uma carga horária média de 20 horas por formando.

Em termos financeiros, o indicador segue com valores pouco representativos, apresentando a maior

Relatório de Execução 2008

execução nas regiões de convergência e dentro destas na região do Norte com 77,09%.

Un: euros

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira dos abrangidos em acções de formação em igualdade de género	TI 7.4	42.106,78	40.774,80	40.774,80	0,00
	TI 8.7.4	2.442,16	2.442,16	2.442,16	0,00
	TI 9.7.4	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	44.548,94	43.216,96	43.216,96	0,0

Indicador	Tipologia	2008	Valores acumulados	Meta anual (média)
Nº de mulheres abrangidas em acções de consultoria e assistência técnica para a criação de micro empresas geridas por mulheres	TI 7.6	135	135	477
	TI 8.7.6	15	15	30
	TI 9.7.6	71	71	17
	Total	221	221	

A Tipologia de Intervenção 7.6. – Apoio ao empreendedorismo, associativismo e criação de redes empresariais de actividades económicas geridas por mulheres, tem como objectivo promover estratégias de apoio ao empreendedorismo das mulheres e incentivar o associativismo e a criação de redes, favorecendo o auto emprego, a capacidade empresarial e a qualidade da sua participação na vida activa.

Este indicador tem uma construção complexa, tendo na sua formulação presente apenas as acções de consultoria e de assistência técnica para a criação de micro empresas geridas por mulheres.

Relatório de Execução 2008

Sucedem, porém, que para alcançar o objectivo da criação de micro empresas geridas por mulheres existe uma fase prévia de formação, a que se segue uma fase de consultoria e, por fim, os prémios de apoios à constituição das empresas.

O faseamento no tempo destes apoios conduz a que possam existir desfasamentos entre a concretização do projecto – criação de micro empresa – e todo o investimento dispendido a montante – formação e consultoria.

Em relação aos 16 projectos com execução em 2008, apenas foi desenvolvida a componente de formação.

Mesmo assim, e sendo esta a fase de prospectiva de criação de micro empresas geridas por mulheres, o cumprimento da meta (42,2%) fica aquém do que seria desejável nesta fase.

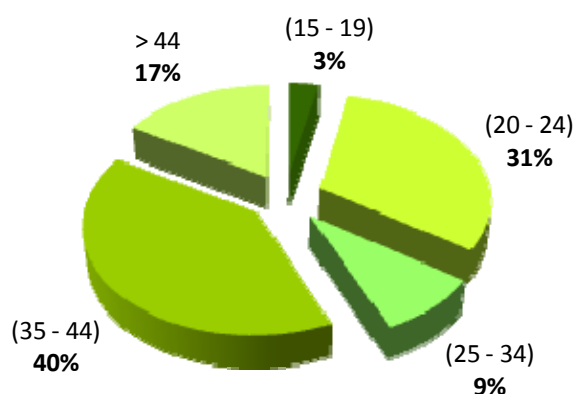
Ventilações	Total	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
Nº total de mulheres abrangidas	221	57	52	71	26	15
Situação face ao emprego:						
Empregadas	78	24	18	18	11	7
Desempregadas	143	33	34	53	15	8
Inactivas	0	0	0	0	0	0
Total	221	57	52	71	26	15
Escalão etário						
Jovens (15 – 19)	4	0	2	0	2	0
Jovens (20 – 24)	38	17	8	5	4	4
Grupo etário (25 – 34)	110	31	19	38	12	10
Grupo etário (35 – 44)	49	9	13	20	6	1
Com idade superior a 44 anos	20	0	10	8	2	0
Total	221	57	52	71	26	15
Intervenções:						
Volume de formação – horas totais	16.242,5	3.276,0	1.069,5	9.079,0	2.394,0	424,0
Horas de consultoria	–	–	–	–	–	–
Nº de prémios atribuídos	–	–	–	–	–	–

**Relatório
de
Execução
2008**

Na pronúncia de constituição de micro empresas surgem as desempregadas como o grupo que mais aderiu á formação (64,71%) e o grupo etário dos 25 aos 34 anos como o mais representado (49,77%).

Em termos regionais, as regiões do norte e do centro encontram-se equilibradas. A região de Lisboa é que apresenta o peso mais elevado (40,27%) do número de formandos, sendo o seu local de residência determinante para o efeito.

Distribuição dos Abrangidos por Grupo Etário TI 7.6



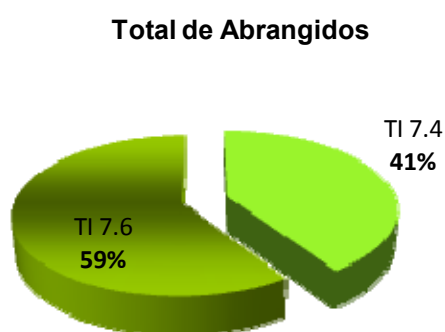
Un: euros

Indicador	Tipologia	Despesas pagas pelos beneficiários submetidas à AG	Despesas aprovadas pela AG	Contribuição pública aprovada pela AG (FSE + CPN)	Despesas privadas (inclui receitas)
Execução financeira das acções de formação e consultoria para a criação de micro empresas geridas por mulheres. Atribuição de prémios.	TI 7.6	57.570,70	40.622,83	40.622,83	0,00
	TI 8.7.6	4.700,06	4.594,58	4.594,58	0,00
	TI 9.7.6	85.709,99	84.938,66	84.938,66	0,00
	Total	147.980,75	130.156,07	130.156,07	0,00

**Relatório
de
Execução
2008**

Em termos financeiros, o indicador segue com valores pouco representativos, apresentando a maior execução nas regiões de convergência e dentro destas na região de Lisboa com 65,26%.

Por último, a execução das tipologias de intervenção 7.4 e 7.6 pode ser comparada pela representação gráfica do total de abrangidos.



4. Coerência e Concentração

A Estratégia Europeia de Emprego coordena as prioridades políticas na área do emprego, aprovadas por todos os Estados-Membros à escala da UE. Os líderes europeus definem em conjunto um quadro de acção em torno de objectivos e prioridades comuns que são posteriormente transpostos para programas nacionais.

A *Estratégia de Lisboa* faz uma aposta no investimento em capital humano e científico, aposta na qualificação das pessoas, das empresas, das instituições e do território. A Estratégia de Lisboa, no âmbito nacional, traduz-se para o *Plano Tecnológico*

O Fundo Social Europeu é um instrumento financeiro da maior relevância para os apoios das políticas de desenvolvimento do Emprego, da inclusão social, da competitividade da economia e da modernização administrativa. As acções do Fundo Social europeu contribuem para a concretização das recomendações de emprego e dos objectivos da Comunidade relacionadas com o emprego nos domínios da inclusão social, da educação e da formação.

Relatório de Execução 2008

A arquitectura do Programa Operacional Potencial Humano é inquestionavelmente um ponto focal da consecução destes objectivos, os quais exigem uma concertação estratégica dos vários actores políticos e operacionais.

Um elemento importante subjacente ao POPH, e para o qual ele será fundamental, é a complementaridade existente entre as diferentes medidas constantes dos vários Planos Nacionais e as intervenções previstas nas tipologias do programa.

A execução do POPH em 2008 concorreu para a concretização de políticas públicas consubstanciadas em diversos Planos Nacionais - PNACE e Plano Tecnológico -, como poderá ser constatado no quadro seguinte, em que se optou igualmente por destacar a Iniciativa Novas Oportunidades, que pese embora constitua uma medida destes Planos, pela sua importância no POPH, justifica estar individualizada.

Eixo	Indicador de realização	Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego (PNACE)	Plano Tecnológico (PT)	Iniciativa Novas Oportunidades
1. Qualificação Inicial	N.º de abrangidos em acções de dupla certificação (9º ano de escolaridade e nível II)	24.245		24.245
	N.º de abrangidos em acções de dupla certificação (12º ano de escolaridade e nível III)	76.447		76.447
	N.º de abrangidos em cursos de especialização tecnológica (nível IV)		1.836	
2. Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	N.º de Centros / Equipas Novas Oportunidades apoiados	352	352	352
	N.º de abrangidos em Centros Novas Oportunidades	243.524	243.524	243.524
	N.º de adultos abrangidos em cursos de educação formação	39.647	39.647	39.647
	N.º de adultos abrangidos em formações modulares certificadas	142.829	142.829	142.829
3. Gestão e Aperfeiçoamento Profissional	N.º de empresas e outras entidades de direito privado sem fins lucrativos abrangidas em programas de formação-acção	407	407	
	N.º de activos abrangidos em acções de formação para a inovação e gestão	46.066	46.066	
	N.º de activos abrangidos em acções de formação para a inovação e gestão na Administração Pública	19.193	19.193	

Relatório de Execução 2008

Eixo	Indicador de realização	Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego (PNACE)	Plano Tecnológico (PT)	Iniciativa Novas Oportunidades
4. Formação Avançada	N.º de Bolsas de Formação Avançada apoiadas anualmente	4.365	4.365	
	N.º de empresas e instituições de I&D apoiadas anualmente	38	38	
	N.º de estudantes do ensino superior apoiados anualmente	110.045	110.045	
5. Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa	N.º de projectos apoiados	652		
	N.º de estágios apoiados		1.251	

Destaca-se ainda o contributo do POPH para outros Planos Nacionais temáticos, a saber:

Eixo	Indicador realização	Plano Nacional para a Inclusão (*)	Plano para a Integração do Imigrantes	Plano Nacional para a Igualdade	Plano de Combate à Violência Doméstica
6. Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social	N.º de formandos abrangidos por programas específicos de formação	7120			
	N.º de formandos abrangidos em acções de formação em língua portuguesa		1.633		
	N.º de consórcios locais para o apoio a imigrantes apoiados				
	N.º de acções de formação e iniciativas de sensibilização				
	N.º de abrangidos em acções de desenvolvimento pessoal e profissional de pessoas com deficiência	1.325			
7. Igualdade de Género	N.º de projectos promovidos por ONG / instituições sem fins lucrativos apoiados				9
	N.º de empresas apoiadas para desenvolverem Planos para a Igualdade				8
	N.º de pessoas abrangidas em acções de formação em Igualdade de Género			152	152
	N.º de pessoas abrangidas em acções de formação em violência de género				
	N.º de mulheres abrangidas em acções de consultoria e assistência técnica à criação e desenvolvimento de micro-empresas geridas por mulheres			221	221

(*) Para o contributo para o PNAI foram consideradas apenas as tipologias mais directamente relacionadas com a promoção da inserção dos grupos desfavorecidos.

Esta coerência estratégica exprime-se, de igual modo, na complementaridade das intervenções dos programas operacionais temáticos, através de uma clara demarcação dos respectivos domínios de intervenção, de uma articulação e coordenação a vários níveis, no sentido de garantir uma efectiva consistência das acções e dos apoios passíveis de ser concedidos em cada PO, designadamente em áreas de potencial sobreposição.

Esta articulação foi prosseguida entre o POPH e os Factores de Competitividade e materializada num protocolo, que visa a troca de informação relevante e à racionalização dos processos de análise, acompanhamento e decisão dos projectos com desígnios comuns, nomeadamente nas seguintes áreas de intervenção:

Tipologia de Intervenção	PO PH	PO FC
Formação Inovação e Gestão	Formação contínua dos activos	Formação inserida em projectos empresariais (projectos de investimento/FEDER)
Formação Administração Pública	Dimensão Formação Profissional	Formação incluída em projectos integrados (Investimento/FEDER)

5. Assistência técnica

A assistência técnica do programa destina-se ao financiamento dos custos associados à gestão, ao acompanhamento, ao controlo interno, à avaliação e à informação e divulgação do programa operacional, com o objectivo primeiro de criar um sistema de apoio à gestão que permita gerir, dinamizar, divulgar e implementar de forma eficaz e eficiente o programa operacional.

As entidades responsáveis pelo exercício destas actividades e pelo cumprimento destes objectivos, e por conseguinte, as entidades beneficiárias dos apoios afectos à assistência técnica são a Autoridade de Gestão, os Organismos Intermédios do programa e os Parceiros Sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social.

Relatório de Execução 2008

Durante o ano de 2008, a utilização da assistência técnica pela autoridade de gestão foi essencialmente direccionada para o apoio à instalação e funcionamento das estruturas de apoio técnico à gestão e acompanhamento do programa, para o apoio ao desenvolvimento de acções de informação, divulgação e promoção do programa e das medidas que o enformam, designadamente, através da execução do plano de comunicação do programa, para os trabalhos preparatórios de planeamento e operacionalização da monitorização e avaliação do programa e para o apoio ao desenvolvimento, adaptação e manutenção do Sistema Integrado de Informação do FSE (SIIFSE).

No decorrer do ano de 2008, o POPH celebrou 16 contratos de delegação de competências com 15 organismos intermédios. No texto dos contratos foi prevista a afectação de uma dotação da assistência técnica destinada a financiar os custos destes organismos com o exercício das competências que lhes foram delegadas pela autoridade de gestão em sede de contrato. A utilização da assistência técnica pelos organismos intermédios centrou-se no apoio à instalação e funcionamento das suas estruturas de apoio à gestão e acompanhamento e no desenvolvimento de acções de informação e divulgação das tipologias de intervenção ao abrigo dos contratos.

Quanto aos Parceiros Sociais, a sua intervenção é mais numa óptica de acompanhamento do Programa, enquanto entidades responsáveis na definição, implementação e execução da política de emprego e da política social e na concretização dos objectivos do FSE nos termos previstos no Tratado da União Europeia.

Os projectos apoiados pelo programa para o reforço da capacitação institucional dos parceiros sociais concentraram-se, essencialmente, nas seguintes tipologias de acções: acções no âmbito do diálogo social promotoras da articulação entre o nível nacional e o nível europeu; acções que visam impulsionar o trabalho em rede, a nível nacional e europeu, promovendo a troca de experiências e a divulgação de boas práticas; acções de formação destinadas a melhorar a capacidade de intervenção dos parceiros sociais, nomeadamente, nos domínios da informação sobre mecanismos de participação e negociação no âmbito das políticas sociais; produção e edição de análises, estudos, estatísticas e indicadores; produção de códigos éticos e de boas práticas; apoio ao funcionamento de gabinetes de apoio ao associativismo e de pólos de atendimento; promoção de campanhas de sensibilização e informação; desenvolvimento de bases de dados que garantam o acesso a informação sobre acordos colectivos e legislação do trabalho; outras acções promotoras do papel dos parceiros sociais na melhoria das condições de trabalho e no funcionamento do mercado de trabalho;

Relatório de Execução 2008

A intervenção de cada um dos grupos de entidades beneficiárias no âmbito da assistência técnica reportada ao ano de 2008 foi a seguinte:

Entidades Beneficiárias	N.º Projectos Aprovados	Aprovações em 2008			Execução em 2008		
		CT	DPT	FSE	CT	DPT	FSE
Autoridade de Gestão	1	9.528.000,00	9.528.000,00	7.917.824,40	3.585.236,86	3.585.236,86	2.979.353,06
Organismos Intermédios	8	9.289.126,99	9.289.126,99	7.829.675,91	2.242.787,89	2.242.787,89	1.889.782,62
Parceiros Sociais	8	2.307.939,88	2.307.939,88	1.918.015,98	1.026.064,81	1.026.064,81	852.665,89
Total	17	21.125.066,87	21.125.066,87	17.665.516,29	6.854.089,56	6.854.089,56	5.721.801,57

A imputação regional das despesas relativas a operações de assistência técnica, durante o ano de 2008, foi a seguinte:

Regiões	N.º Projectos Aprovados	Aprovações em 2008			Execução em 2008		
		CT	DPT	FSE	CT	DPT	FSE
Convergência	17	20.041.968,37	20.041.968,37	17.035.777,38	6.472.796,51	6.472.796,51	5.501.877,02
Algarve		371.154,33	371.154,33	269.495,16	122.627,42	122.627,42	89.039,78
Lisboa		711.944,17	711.944,17	360.243,75	258.665,63	258.665,63	130.884,77
Total	17	21.125.066,87	21.125.066,87	17.665.516,29	6.854.089,56	6.854.089,56	5.721.801,57

A percentagem da contribuição do FSE para o programa operacional gasta no âmbito da assistência técnica foi de 1,56%.

6. Informação e publicidade

A Autoridade de Gestão concebeu e iniciou, em 2007, de acordo com o estipulado no Regulamento (CE) 1083/2006, de 11 de Julho, a execução de um Plano de Comunicação através do qual foi feito o planeamento das acções de comunicação e a definição das medidas de acompanhamento e de avaliação das acções de informação e publicidade a levar a cabo durante o período de programação 2007 – 2013.

Mais do que uma resposta a uma determinação regulamentar o plano de comunicação do POPH constitui um instrumento concretizador do próprio modelo de gestão assumido pela Comissão Directiva que tem na comunicação interna e externa uma das suas dimensões estruturantes.

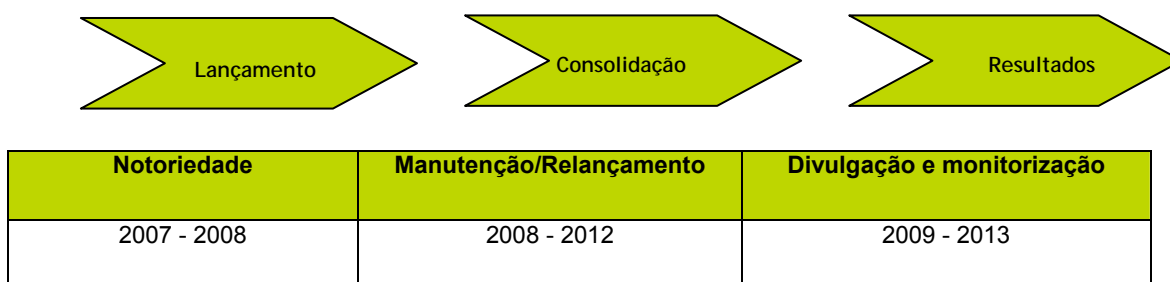
O Plano de Comunicação traduz-se também num instrumento dinâmico de intervenção com objectivos claros e actividades calendarizadas ao longo de todo o período de programação,

Relatório de Execução 2008

planeamento que igualmente prevê, como actividade essencial, a avaliação das medidas de informação e divulgação, acção fundamental para obter o “*feedback*” sobre a eficácia e eficiência das restantes actividades.

Não obstante o Plano em causa ter sido formalmente aprovado pela Comissão Europeia em 2008, a sua implementação arrancou em 2007, como descrito e exemplificado no relatório de execução desse ano.

É relevante referir que a concretização da estratégia de comunicação do PO prevista no Plano contempla 3 fases que podem no entanto decorrer em paralelo e complementarmente:



No ano de 2008 foi desenvolvido um conjunto de actividades que se enquadram na fase prevista “Lançamento e Notoriedade do POPH” e que se agrupa em “eventos”, “acções de divulgação e publicidade na imprensa escrita, electrónica e rádio”, “comunicados de imprensa”, “entrevistas e artigos”, “comunicação Web” e “outras acções de informação e divulgação” enquanto categorias de informação a prestar:

Eventos:

- ✓ Foram realizadas 8 sessões de divulgação do Programa (Porto, Guimarães, Vila Real, Coimbra, Castelo Branco, Lisboa, Évora e Faro), envolvendo um total de cerca de 5.000 participantes;

Relatório de Execução 2008

- ✓ Foram também realizadas 6 sessões públicas de assinatura de contratos com Organismos Intermédios contando, este conjunto de eventos, com perto de 3.000 participantes, designadamente:
 - Assinatura de contrato com a Associação Industrial Portuguesa
 - Assinatura de contrato com a Associação Industrial do Minho
 - Assinatura de contrato com o Conselho Empresarial do Centro
 - Assinatura de contrato com a Associação Empresarial de Portugal
 - Assinatura de contrato com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- ✓ Sessão de apresentação do projecto “Dinamizar”
- ✓ Participação do POPH na Feira da Juventude, Qualificação e Emprego (Futurália), certame realizado de 10 a 13 de Dezembro.

Este evento contou com cerca de 35.000 participantes.



Nas actividades de divulgação e publicidade na imprensa escrita, electrónica e rádio foi desenvolvida uma campanha promocional de lançamento do POPH que abrangeu um conjunto de 3.554 inserções na imprensa escrita nacional e regional, rádios locais e imprensa regional – suporte electrónico. Conforme o mapa que se segue, foram ainda publicadas outras notícias na imprensa escrita nacional e regional, a saber:

Imprensa Nacional		Imprensa Regional	
Road Show	Jornal de Notícias	Road Show	Voz de trás-os-montes
	Jornal de Negócios		Reconquista
	Correio da Manhã		Diário do Sul
	Diário de Notícias		Barlavento
	Correio do Minho		
	Diário de Coimbra		
Divulgação de abertura de candidaturas	Jornal de notícias		
	Correio da Manhã		
	Jornal Record		
Concurso "Dar a Volta ao Futuro"	Correio da Manhã		
	Diário de notícias		

Participação do POPH no tablóide Jornal Record e Correio da Manhã

No ano de 2008 foram enviados 3 comunicados de imprensa sobre:

- A Divulgação do Road – Show;
- O Ponto de situação do Programa;
- O Concurso “ Dar a volta ao Futuro”.

Em 2008 foram divulgados os seguintes artigos e entrevistas:



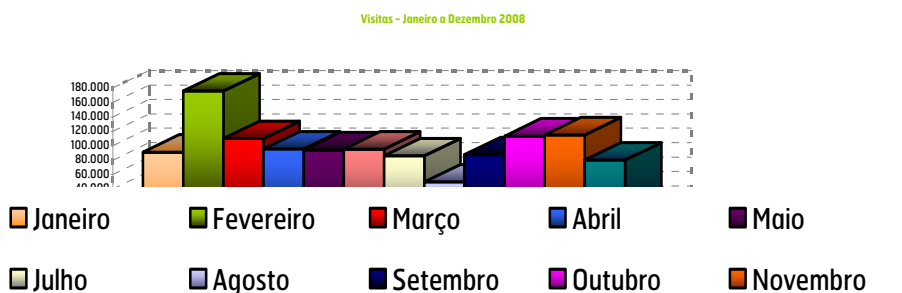
- ✓ «Um Programa que está a dar a volta ao futuro», Diário do Minho, nº 28398, de 3 de Fevereiro, pág. III do suplemento « Potencial Humano – Inovação e tecnologia »;
- ✓ «Dar a volta ao futuro», Jornal Público, n.º 6847, de 30 de Dezembro, pág. 59;
- ✓ «POPH já começou verificações no terreno», Agência Lusa, 17 de Dezembro (entrevista);
- ✓ «Os caminhos da qualificação», in O Economista, Anuário da Economia Portuguesa, 21ª Edição, págs. 120-123
- ✓ «Incentivos às empresas no âmbito do POPH», Revista Formar, nº 63, págs. 4-8;
- ✓ «Qualificar é crescer». Revista Empresas e Empresários, nº 4, pág. 17-20 (entrevista)

Relatório de Execução 2008

- ✓ «Incentivos pedidos ao POPH atingem sete mil milhões de euros», Vida Económica, 23 de Maio, pág. 7 (entrevista);
- ✓ «Qualificar é crescer», Suplemento Formação Profissional, Jornais Correio da Manhã n.º 10573 e Record n.º 10629, pág. 3, Maio;
- ✓ «Temos pela frente um quadro de metas muito ambicioso», Diário de Coimbra, 9 de Maio, Suplemento Formação Profissional, págs. 8-9 (entrevista);
- ✓ «O contributo do POPH para a luta contra a pobreza e a exclusão social», Revista Rediteia, n.º 40, págs. 54-55;
- ✓ «As cinco marcas do Programa Operacional Potencial Humano», Jornal Público, n.º 6550, de 7 de Março, pág. 59.

A 16 de Novembro de 2007, aquando da realização da sessão pública de lançamento do POPH, foi lançado o seu sítio Web.

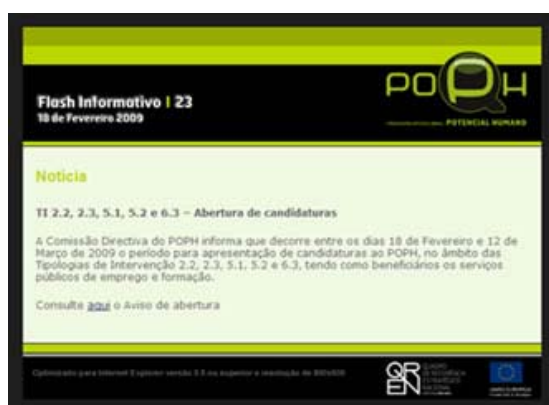
Sendo o site um dos veículos privilegiados de difusão de informação útil aos destinatários do Programa e à opinião pública em geral, verifica-se, no gráfico infra, que Fevereiro, Outubro e Novembro foram os meses que registaram maior quantidade de visitas, representando cerca de 40% do total de visitas efectuadas (1.193.964).



Relatório de Execução 2008

Por outro lado, a 18 de Dezembro de 2008 foi inaugurada a Newsletter electrónica do Programa tendo, este documento, sido remetido a 16.240 destinatários.

Ainda no âmbito da comunicação Web é prática do POPH informar os seus colaboradores das notícias mais recentes e relevantes através do flash informativo cujo exemplo pode ser visualizado na imagem que se segue:



Refira-se também que o POPH desenvolve acções de direct-mail, via conta electrónica “Novidades POPH”, dirigidas a entidades específicas do Programa contendo informação útil, divulgando sistematicamente os períodos de candidatura e orientando as entidades subscritoras sobre as datas de prestação de contas ou novas práticas ou regras (ver exemplo abaixo):



**Relatório
de
Execução
2008**

Outras acções de informação e divulgação:

Através da Linha Azul de atendimento o Programa recebeu 66.842 chamadas em 2008 e por via electrónica foram processadas 15.388 mensagens escritas.

No que concerne ao material promocional distribuído ao público em geral aquando da realização das iniciativas agora descritas, refere-se também que foram produzidas cerca de 85.500 peças de merchandising, designadamente cartazes, brochuras institucionais, desdobráveis, pastas de congresso, t-shirts, canetas, *pens* e sacos promocionais.

Anexo 1 - Legislação Aplicável

→ Comunitária

Regulamento (CE) n.º 1081/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho -Relativo ao Fundo Social Europeu.

Regulamento (CE) N.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho - Estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão.

Rectificação ao Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho (publicada a 01 de Setembro de 2006) – Substitui o Anexo IV – categorias de despesas, do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão.

Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 08 de Dezembro - Prevê as normas de execução do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão e do Regulamento (CE) n.º 1080/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Regulamento (CE) n.º 1989/2006 do Conselho, de 21 de Dezembro (Adenda ao Regulamento (CE) n.º 1083/2006) - Altera o anexo III do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão.

Rectificação ao Regulamento (CE) n.º 1989/2006 do Conselho, de 21 de Dezembro (publicada a 02 de Fevereiro de 2007) - Que altera o anexo III do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão.

Rectificações ao Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 08 de Dezembro (publicadas a 15 de Fevereiro de 2007) - Que prevê as normas de execução do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão e do Regulamento (CE) n.º 1080/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Rectificação ao Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho (publicada a 07 de Junho de 2007) - Que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão.

Rectificação ao Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho (publicada a 26 de Junho de 2007) - Que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão.

Relatório de Execução 2008

Rectificação ao Regulamento (CE) n.º 1081/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho (publicada a 28 de Junho de 2007) - Relativo ao Fundo Social Europeu.

→ Nacional

Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2006, de 10 de Março - Referencial Estratégico e Operacional do QREN e dos Programas Operacionais.

Resolução de Conselho de Ministros n.º 86/2007, de 3 de Julho - Definição das Prioridades Estratégicas Nacionais a Prosseguir pelo QREN e pelos Programas operacionais no Período 2007-2013.

Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro - Define o Modelo de Governação do Q.R.E.N.

Resolução de Conselho de Ministros n.º 162/2007, de 12 de Outubro - Define a Composição dos Órgãos de Coordenação e Direcção Política que asseguram a Coordenação Global do QREN e dos Programas Operacionais.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2007, de 19 de Outubro – Cria as Estruturas de Missão para os PO regionais do continente e Nomeia os seus responsáveis

Despacho n.º 26327/2007, de 16 de Novembro – Integração do POEFDS na Autoridade de Gestão do POPH

Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro - Estabelece o regime geral de aplicação do Fundo Social Europeu.

Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro - Estabelece o Regime Jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e Define as Estruturas que Regulam o seu Funcionamento.

Despacho de Normativo n.º 4-A/2008, de 24 de Janeiro - Fixa a natureza e os limites máximos dos custos considerados elegíveis para efeitos de co-financiamento.

Declaração de Rectificação n.º 3/2008, de 30 de Janeiro - Rectificação ao Decreto-Regulamentar n.º 84-A/2007.

Declaração de Rectificação n.º 5-A/2008, de 30 de Janeiro – Alteração ao n.º 2 do artigo 2.º e n.º 1 do artigo 24.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007

Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro – Aprova a configuração definitiva das Estruturas de Missão dos PO regionais do continente e dos PO temáticos.

Despacho n.º 4026/2008, de 15 de Fevereiro – Integração do PRODEP III na Autoridade de Gestão do POPH

Relatório de Execução 2008

Portaria n.º 230/2008, de 07 de Março - Define o regime jurídico dos cursos de educação e formação de adultos (cursos EFA) e das formações modulares previstos no Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de Dezembro, e revoga a Portaria n.º 817/2007, de 27 de Julho.

Declaração de Rectificação n.º 19-B/2008, de 11 de Abril – Alteração dos n.ºs 8 e 10 do texto da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, bem como, alteração ao n.º 4 dos anexos da mesma resolução.

Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril - Alteração ao Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, diploma que define o modelo de governação do QREN 2007-2013.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2008, de 30 de Abril – Clarifica o estatuto dos Secretários Técnicos, alterando o n.º 7 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, e o n.º 4 dos anexos da mesma resolução.

Despacho n.º 12.872/2008, de 7 de Maio – Estrutura Orgânica do Programa Operacional de Assistência Técnica/FSE.

Decreto Regulamentar n.º 13/2008, de 18 de Junho - Altera o artigo 52.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro, garantindo que as candidaturas apresentadas à Autoridade de Gestão até 30 de Junho de 2008 possam beneficiar do período de elegibilidade transitória que permite co-financiar despesas relativamente ao ano de 2007.

Despacho n.º 18.120/2008, de 7 de Julho – Estabelece a relação nominativa do pessoal que transita da Estrutura de Apoio Técnico do POEFDS para a Estrutura de Missão do POPH

Despacho n.º 18.235/2008, de 8 de Julho – Relação nominativa do pessoal que transita da Estrutura de Apoio Técnico do PRODEP III para a Estrutura de Missão do POPH

Despacho Normativo n.º 12/2009, de 17 de Março - Altera o Despacho Normativo nº 4-A/2008, de 24 de Janeiro.

→ Específica

Despacho 18225/2008, de 8 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 1.1 – Sistema de aprendizagem.

Despacho 18224/2008, de 8 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 1.2 – Cursos profissionais.

Despacho 18228/2008, de 8 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 1.3 – Cursos de educação e formação de jovens.

Relatório de Execução 2008

Despacho 18232/2008, de 8 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 1.4 – Cursos de especialização tecnológica.

Despacho 31221/2008, de 4 de Dezembro de 2008: Regulamento específico da TI 1.5 – Reequipamento dos estabelecimentos de ensino.

Despacho 18229/2008, de 8 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 2.1 – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Despacho 18227/2008, de 8 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 2.2 – Cursos de Educação Formação de Adultos.

Despacho 18223/2008, de 8 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 2.3 – Formações Modulares Certificadas.

Despacho 3121/2008, de 4 de Dezembro de 2008: Regulamento específico da TI 2.4 – Reequipamento e Consolidação da Rede de Centros de Formação.

Despacho 18363/2008, de 9 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 3.1.1 – Programa de formação-acção para PME.

Despacho 18366/2008, de 9 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 3.1.2 – Programa de formação-acção para entidades da economia social.

Despacho 18362/2008, de 9 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 3.2 – Formação para a inovação e gestão.

Despacho 18474/2008, de 10 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 3.3 – Qualificação dos profissionais da administração pública central e local e dos profissionais da saúde.

Despacho 18369/2008, de 9 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 3.5 – Qualificação dos profissionais do sector da educação.

Despacho 18370/2008, de 9 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 4.1 – Bolsas de formação avançada.

Despacho 18368/2008, de 9 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 4.2 – Promoção do emprego científico.

Despacho 18367/2008, de 9 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 4.3 – Formação avançada.

Despacho 18233/2008, de 8 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 5.1 – Apoios ao emprego.

Despacho 18359/2008, de 9 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 5.2 – Estágios Profissionais.

Despacho 18231/2008, de 8 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 5.3 – INOV Contacto.

Relatório de Execução 2008

Despacho 18361/2008, de 9 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 6.1 – Formação para a inclusão.

Despacho 18360/2008, de 9 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 6.2 – Qualificação das pessoas com deficiências e incapacidades.

Despacho 18234/2008, de 8 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 6.3 – Apoio à mediação e integração das pessoas com deficiências e incapacidades.

Despacho 18364/2008, de 9 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 6.4 – Qualidade dos serviços e organizações.

Despacho 18475/2008, de 10 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 6.5 – Acções de investigação, sensibilização e promoção de boas práticas.

Despacho 18476/2008, de 10 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 6.6 – Formação em língua portuguesa para estrangeiros.

Despacho 18477/2008, de 10 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 6.8 – Apoio ao acolhimento e integração de imigrantes e inclusão social de crianças e jovens.

Despacho 18478/2008, de 10 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 6.9 – Acções de formação e iniciativas de sensibilização dirigidas a públicos estratégicos no domínio do acolhimento e integração dos imigrantes.

Despacho 18479/2008, de 10 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 6.10 – Acções de investigação e promoção de campanhas de sensibilização da opinião pública em matéria de imigração.

Despacho 18365/2008, de 9 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 6.11 – Programas integrados de promoção do sucesso educativo.

Despacho 4749/2009, de 9 de Fevereiro de 2009: Regulamento específico da TI 6.12 – Apoio ao Investimento a Respostas Integradas de Apoio Social.

Despacho 31220/2008, de 4 de Dezembro de 2008: Regulamento específico da TI 6.13 – Contratos Locais de Desenvolvimento Social.

Despacho 18226/2008, de 8 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 7.1 – Sistema estratégico de informação e conhecimento.

Regulamento específico da TI 7.2 - Planos para a Igualdade, aguarda publicação em Diário da República

Regulamento específico da TI 7.3 - Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais, aguarda publicação em Diário da República

Regulamento específico da TI 7.4 - Apoio a Projectos de Formação Para Públicos Estratégicos, aguarda publicação em Diário da República

Despacho 18230/2008, de 8 de Julho de 2008: Regulamento específico da TI 7.5 – Sensibilização e divulgação da igualdade de género e prevenção da violência de género.

Regulamento específico da TI 7.6 - Apoio ao Empreendedorismo, Associativismo e Criação de Redes Empresariais de Actividades Económicas Geridas por Mulheres, aguarda publicação em Diário da República

Regulamento específico da TI 7.7 - Projectos de Intervenção no combate à Violência de Género, aguarda publicação em Diário da República

→ Contratos de Delegação de Competências dos OISG

- Contrato de delegação de competências celebrado entre o gestor do POPH e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), assinado em 2008.04.11, tendo as cláusulas 8.ª, 9.ª e 11.ª do mesmo Contrato sido alteradas posteriormente.
- Contrato de delegação de competências celebrado entre o gestor do POPH e o Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI), assinado em 2008.06.27
- Contrato de delegação de competências celebrado entre o gestor do POPH e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), assinado em 2008.07.28
- Contrato de delegação de competências celebrado entre o gestor do POPH e a Associação Empresarial de Portugal (AEP), assinado em 2008.08.29
- Contrato de delegação de competências celebrado entre o gestor do POPH e o Conselho Empresarial do Centro/Câmara de Comércio e Indústria do Centro (CEC/CCIC), assinado em 2008.09.16
- Contrato de delegação de competências celebrado entre o gestor do POPH e a Associação Industrial do Minho (AIMinho), assinado em 2008.09.26
- Contrato de delegação de competências celebrado entre o gestor do POPH e a Associação Industrial Portuguesa (AIP), assinado em 2008.09.30
- Contrato de delegação de competências celebrado entre o gestor do POPH e a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), assinado em 2008.10.24

- Contrato de delegação de competências celebrado entre o gestor do POPH e a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), assinado em 2008.11.20
- Contrato de delegação de competências celebrado entre o gestor do POPH e o Instituto de Apoio às pequenas e Médias Empresas (IAPMEI), assinado em 2008.12.31
- Contrato de delegação de competências celebrado entre o gestor do POPH e o Instituto da Segurança Social (ISS), assinado em 2009.01.30

→ Contratos de Delegação de Competências dos OISS

- Contratos de delegação de competências celebrado entre o gestor do POPH e Direcção-Geral da Administração Local (DGAL), assinado em 2008.05.14
- Contrato de delegação de competência celebrado entre o gestor do POPH e a Direcção-geral dos Recursos Humanos da Educação (DGRHE), assinado em 2008.07.29
- Contrato de delegação de competência celebrado entre o gestor do POPH e a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), assinado em 2008.08.26
- Contrato de delegação de competência celebrado entre o gestor do POPH e a Direcção-geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC), assinado em 2008.11.11
- Contrato de delegação de competência celebrado entre o gestor do POPH e a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), assinado em 2008.12.03

LISTA DE SIGLAS

- ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde
- ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural
- AEP - Associação Empresarial de Portugal
- AG - Autoridade de Gestão

**Relatório
de
Execução
2008**

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

AI MINHO - Associação Industrial do Minho

AIP - Associação Industrial Portuguesa

ANQ - Agência Nacional para a Qualificação

AT - Assessoria Técnica

ASI - Assessoria de Sistemas de Informação

BREP - Beneficiário Responsável pela Execução das Políticas Públicas

CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal

CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal

CEC/CCIC - Conselho Empresarial do Centro/Câmara de Comércio e Indústria do Centro

CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CLAII - Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes

CNAI - Centro Nacional de Apoio ao Imigrante

CNO - Centro de Novas Oportunidades

CNQ - Catálogo Nacional de Qualificações

CPN - Contribuição Pública Nacional

DGAL - Direcção-Geral da Administração Local

DGIDC - Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular

DGRHE - Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação

EFA - Educação e Formação de Adultos

FRA - Agência Europeia para os Direitos Fundamentais

FSE - Fundo Social Europeu

**Relatório
de
Execução
2008**

IAOP - Informação, Avaliação e Orientação profissional

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional

IGFSE - Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu

ILE - Iniciativas locais de Emprego

INR - Instituto Nacional para a Reabilitação

ISS - Instituto da Segurança Social

OI - Organismo Intermédio

OISG - Organismo Intermédio com Subvenção Global

OISS - Organismo Intermédio sem Subvenção Global

OREP - Organismo Responsável pela Execução das Políticas Públicas

PEPAL - Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública

PCT - Prática em Contexto de Trabalho

PNAI - Plano Nacional de Apoio à Inclusão

PO - Programa Operacional

POEFDS - Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social

POPH - Programa Operacional Temático do Potencial Humano

PPT - Programa Português para Todos

QCA III - Terceiro Quadro Comunitário de Apoio

QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional

RVCC - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

**Relatório
de
Execução
2008**

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SIIFSE - Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu

TI - Tipologia de Intervenção

UA I - Unidade de Análise I

UA II - Unidade de Análise II

UA III - Unidade de Análise III

UACI - Unidade de Avaliação e Controlo Interno

UFCD - Unidades de Formação de Curta Duração

UGFA - Unidade de Gestão Financeira e Administrativa

AVENIDA INFANTE SANTO N.º 2, 2º ANDAR
1350 - 346 LISBOA PORTUGAL

T 21 394 48 00 **F** 21 394 48 90

E geral@poph.qren.pt

